



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica

WILLIAN HIGA

**A COMPREENSÃO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA PELO
MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO.**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Política Científica e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Renato Peixoto Dagnino

UNICAMP
BIBLIOTECA CEN
SEÇÃO CIRCULA

CAMPINAS - SÃO PAULO

Agosto - 2000

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida por *William Higa* e aprovada pelo orientador em *28/08/2000*

Renato Peixoto Dagnino
ORIENTADOR

UNIDADE 30
L. CHAMADA: UNICAMP
H.533c
F. 42947
CONTABIL. 16.278/00
C. D.
PREÇO R\$ 11,00
DATA 25/10/00
V. CPD

CM-00149550-8

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA do I.G. - UNICAMP**

Higa, Willian Toshio Minatogawa

~~SisTe~~

A Compreensão da Ciência e da Tecnologia pelo Movimento Sindical Brasileiro.: área de Política Científica e Tecnológica/Willian Toshio Minatogawa
Higa - Campinas, SP: [s.n.], 2000.

Orientador: Renato Peixoto Dagnino

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

I. Movimento Sindical. 2. Ciência e Tecnologia. 3. Sociologia da Inovação. I. Dagnino, Renato Peixoto. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências.

III. A Compreensão da Ciência e da Tecnologia pelo Movimento Sindical Brasileiro.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA

AUTOR: WILLIAN TOSHIO MINATOGAWA HIGA

**A COMPREENSÃO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA PELO
MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO.**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Renato Peixoto Dagnino

Aprovada em: 21/08/2000

PRESIDENTE: Prof. Dr. Renato Peixoto Dagnino

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Renato Peixoto Dagnino

Prof.^a. Dr.^a. Léa Maria Strini Velho

Prof. Dr. Salvador Sandoval

Three handwritten signatures are present, each written over a horizontal line. The top signature is clearly legible as "Renato Dagnino". The other two are less legible but appear to be "Léa Maria Strini Velho" and "Salvador Sandoval".

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Campinas, 21 de agosto de 2000

200016390

À Dona Domingas e seu Luiz, pelos esforços,
apoios e diálogos fraternos que sempre tivemos.
Sem vocês nada teria sido possível.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Agradecimentos

Durante este processo de formação acadêmica, profissional e humana, muitas foram as pessoas que colaboraram, direta ou indiretamente, para que eu pudesse concluir este trabalho. Sem as opiniões, as críticas e o diálogos rigorosos, mas sinceros e construtivos, sobre os assuntos abordados na pesquisa, seria muito difícil chegar ao término deste trabalho. Agradeço a seguir algumas das pessoas que mais me auxiliaram nesta etapa:

Ao colega Luís Paulo Bresciani, pela disposição de ajudar, com questões, observações e críticas sempre pertinentes ao trabalho.

Ao pessoal da Comissão de Fábrica da Mercedes Benz de São Bernardo, pela possibilidade de atender, entre uma luta e outra, às demandas crescentes de pesquisadores pelo trabalho pioneiro desenvolvido por eles no chão de fábrica.

Ao pessoal da subseção dos Metalúrgicos do ABC/DIEESE pelas diversas vezes que fui bem recebido, com acesso livre e direto, sem contar o contato propiciado por vocês a outros departamentos do Sindicato. Ao Jefferson, Tadashi, , David, Osvaldo, Silvana e Cristiane, meus sinceros agradecimentos.

Ao pessoal do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC: documentação, secretaria geral, formação, saúde do trabalhador e serviços de apoio, como o xerox. A boa vontade e o interesse em ajudar no trabalho foram fundamentais para o estudo desta organização sindical.

Ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, João Leite, e aos diretores, Gerardo e Durval, ao departamento de Formação e de Imprensa (muito obrigado pela força, Eliana e William), pelos subsídios e a abertura de espaços para a coleta de informações.

Ao Norton e ao Adilson pelas conversas e auxílios no trabalho de pesquisa sobre saúde do trabalhador e segurança do trabalho em Campinas.

Ao Fernando Cotanda, que muito me ajudou pela comunicação eletrônica e que espero conhecê-lo oportunamente.

Ao Gustavo Codas, pela ajuda e indicações dadas na CUT Nacional.

À Valdirene, da CPG, pelas informações e pelo atendimento sempre cordial e prestativo.

À Adriana, por toda a ajuda dada nestes anos. Desculpe qualquer incômodo...

Ao DPCT, por todas as possibilidades e alternativas oferecidas nestes anos.

Ao Erasmo pela ajuda e pelo apoio acadêmico no processo pedagógico.

Ao companheiro Greiner, com a qual aprendi com seu excelente trabalho acadêmico, e com questões, opiniões e críticas relevantes para o trabalho dentro e fora desta esfera de produção do conhecimento.

Ao Prof. Renato Dagnino, pelo apoio decisivo e pela confiança dada. Entre a utopia e a resignação, o processo pedagógico dispensado em horas de debate propiciou a existência deste trabalho.

À FAPESP, que possibilitou a minha permanência na pós-graduação e o desenvolvimento da dissertação.

“Como é possível pensar o presente, e um presente bem determinado, com um pensamento elaborado por problemas de um passado bastante remoto e superado? Se isto ocorre, nós somos “anacrônicos” em face da época em que vivemos, nós somos fósseis e não seres modernos.”

Antonio Gramsci, “Concepção dialética da História”

“a engenharia cai sobre as pedras/ um curupira já tem seu tênis importado/ não conseguimos acompanhar o motor da história/ mas somos batizados pelo batuque e apreciamos a agricultura celeste/mas enquanto o mundo explode; nós dormimos no silêncio do bairro/fechando os olhos e mordendo os lábios/sinto vontade de fazer muita coisa.”

Chico Science, “Enquanto o mundo explode”.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA C&T SEGUNDO UMA VISÃO DE CLASSE.....	6
1.1. A construção social da C&T.....	6
1.2. Um conceito de classe social e de hegemonia.....	10
1.2.1. <i>Classe para si</i>	11
1.2.2. <i>Do econômico corporativo ao ético político</i>	14
1.2.3. <i>Relações sociais de produção</i>	17
1.3. A discussão sobre a tecnologia no marxismo.....	19
1.4. Uma visão de classe para a Ciência.....	24
2. UM REFERENCIAL PARA A ANÁLISE DA COMPREENSÃO DA C&T PELO MOVIMENTO SINDICAL.....	33
2.1. Posturas Sindicais.....	33
2.1.1. <i>Discurso Sindical</i>	36
2.1.2. <i>Proposição Sindical</i>	37
2.1.3. <i>Ação sindical</i>	39
2.2. Temas sindicais.....	40
2.2.1. <i>Precarização e Exclusão Social (Emprego e Desemprego)</i>	42
2.2.2. <i>A subordinação</i>	48
2.2.3. <i>Coerção</i>	51
2.2.4. <i>Consentimento</i>	56
2.2.5. <i>Resistência sindical</i>	60
2.2.6. <i>Organização Sindical</i>	62
3. A ANÁLISE DA COMPREENSÃO DA C&T PELO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO.....	65
3.1. Aplicação do referencial analítico na Comissão de Fábrica da Mercedes Benz do Brasil (CF-MBB).....	70
3.2. Aplicação do referencial analítico – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SMABC.....	74
3.3. Aplicação do referencial analítico no Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região - SMCPS.....	79
3.4. Aplicação do referencial analítico – CNM, sindicatos filiados à CUT e CUT Nacional.....	83
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92
5. ANEXO A – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO MS.....	A 1
5.1. A COMPREENSÃO DA C&T PELOS METALÚRGICOS DO ABC.....	A 2
5.1.1. <i>Da fundação aos anos 80 na luta pelo reconhecimento e pela identidade</i>	A 2
5.1.2. <i>Os anos 90 – Da Câmara Setorial à proposta de renovação da frota nacional de veículos: a hora e a vez do sindicalismo propositivo</i>	A 5

5.1.3.	<i>A Câmara Setorial automotiva e uma nova compreensão da C&T pelo SMABC.....</i>	<i>A 6</i>
5.1.4.	<i>. O programa de renovação da frota.....</i>	<i>A 9</i>
5.1.5.	<i>A compreensão da C&T pelo SMABC e pelos sindicalistas.....</i>	<i>A 10</i>
5.2.	Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas: A Compreensão da C&T	A 29
5.2.1.	<i>A emergência do Novos Sindicalismo e os metalúrgicos de Campinas.....</i>	<i>A 29</i>
5.2.2.	<i>Anos 90: a crise e a resposta.....</i>	<i>A 30</i>
5.3.	A Organização Nacional do MS Brasileiro: CNM, CUT e a C&T	A 31
6.	ANEXO B – EXEMPLO DE ENTREVISTA.....	B 1

FIGURAS

Figura 2.1.	35
Figura 3.1.	66
Figura 3.2.	67
Figura 3.3.	91

Glossário - Siglas

- ABC - região que compreende as cidades de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André.
- ABIFA - Associação Brasileira da Indústria de Fundição
- AIEs - Aparelhos ideológicos de Estado
- ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotivos
- ANIP - Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos
- CAD - Computer Aided Design
- CAM - Computer Aided Manufacturing
- CGIL - Confederazione Generale Italiana dei Lavoratori. Confederação Geral Italiana dos Trabalhadores.
- CIOSL - Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres
- CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
- CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CUT - Central Única dos Trabalhadores
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
- FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Organizacional
- FAT - Fundo de Apoio ao Trabalhador
- FENABRAVE - Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
- FHC - Fernando Henrique Cardoso
- FIOM - Federazione degli Impiegati e Operai Metalurgici. Federação Nacional dos Metalúrgicos ligada à CGIL.
- FITIM - Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas, ligada à CIOSL
- FNM - Fábrica Nacional de Motores
- IG Metall - Industriell Gewerkschaft Metallarbeiter - Sindicato Nacional dos Metalúrgicos da Alemanha
- MBB - Mercedes Benz do Brasil
- MS - Movimento Sindical
- MTS - Movimento dos Trabalhadores Socialistas.
- OESP - jornal "O Estado de São Paulo"
- PCB - Partido Comunista do Brasil/Partido Comunista Brasileiro (a partir de 1963)
- PCdoB - Partido Comunista do Brasil
- PLR - Participação nos lucros e resultados
- PT - Partido dos Trabalhadores
- SINDIELETRO - Sindicato dos Eletricistas
- SINDIFORJA - Sindicato Nacional da Indústria de Forjaria
- SINDIPEÇAS - Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores
- UAW - Union Auto Workers. Sindicato dos trabalhadores de indústrias automotivas dos EUA.
- VW - Volkswagen

Abreviações

ASS – Alternativa Sindical Socialista
C&T - Ciência e Tecnologia
CEB - Comunidades Eclesiais de Base
CF - Comissão de Fábrica
CN/CNC - Comando Numérico Computadorizado
CNB - Confederação Nacional dos Bancários
CNM - Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CNTA - Comissão Nacional de Tecnologia e Automação
CONCUT - Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
CPB – CUT pela Base, atual ASS.
CSC - Corrente Sindical Classista
CSB/CSE/CSF – comitê sindical de base/empresa/fábrica
DGABC - jornal “Diário do Grande ABC”
DNM - Departamento Nacional dos Metalúrgicos
FEM - Federação Estadual dos Metalúrgicos
FS - Força Sindical
FSP - jornal “Folha de São Paulo”
FUP - Federação Única dos Petroleiros
GF - grupos de fábrica
GM - General Motors
GMe - Gazeta Mercantil
GSA - grupos semi-autônomos
JIT - just in time
LER - lesão por esforços repetitivos
OLT - Organização por local de trabalho
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
SMABC - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
SMBC- Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema
SMCPS - Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região
SML – Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e Região
SMSJC – Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA**

RESUMO

Este trabalho analisa a compreensão da Ciência e da Tecnologia (C&T) pelo Movimento Sindical (MS) brasileiro. Ele possui três capítulos, intitulados “A construção social da C&T segundo uma visão de classe”, “Um referencial para a análise da compreensão da C&T pelo Movimento Sindical” e “A análise da compreensão da C&T pelo Movimento Sindical brasileiro”.

O capítulo 1 explora o campo teórico conhecido como “Construção Social da C&T” através de uma visão de classe, baseada pelo Marxismo. Ela fornece a orientação para a para a construção do referencial de análise apresentado no capítulo 2. Este referencial pode ser representado por uma matriz que possui, nas colunas, as três Posturas Sindicais (discurso, proposição e ação) e, nas linhas, os seis Temas Sindicais (precarização e exclusão social, subordinação, coerção, consentimento, resistência e organização sindical). A análise conjunta das células da matriz (que são “cruzamentos” entre estas duas categorias analíticas que possuem relevâncias específicas), permitem a avaliação da compreensão da C&T da organização sindical. O capítulo 3 apresenta o resultado da aplicação do referencial analítico construído. Ele sistematiza a informação coletada na pesquisa de campo sobre três organizações sindicais e, finalmente, uma visão global da compreensão da C&T pelo MS brasileiro, que é a resposta à questão contida no título do trabalho.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA**

ABSTRACT

This work analyzes the comprehension of Science and Technology (S&T) by the Brazilian Trade Unionism (TU). It comprises three chapters - "A class approach to social construction of S&T", "A framework to analyze the comprehension of S&T by TU" and "The comprehension of S&T by the Brazilian TU".

Chapter 1 explores the theoretical field known as Social Construction of S&T through a class approach based on Marxism. It gives the methodological foundations for the construction of an analytical framework presented in chapter 2. This framework can be represented by a matrix in which the columns are the three Trade Union Postures (discourse, proposition and action) and, the lines are the six Trade Union Themes (social exclusion, subordination, coercion, consentment, trade union resistance and organization). The joint analysis of the matrix cells (which are "crossings" among these two analytical categories that possess specific relevance) allows the evaluation of the comprehension of S&T of a trade union organization. Chapter 3 is the outcome of putting into practice the framework designed. It systematizes the collected information in the field research on four organizations and, finally, offers a global perspective of Brazilian TU, which is an answer to the question contained in the title of the work.

INTRODUÇÃO

O título do trabalho contém uma pergunta a responder: qual é o nível de compreensão da Ciência e Tecnologia (C&T) pelo Movimento Sindical (MS) brasileiro? A resposta imediata a esta pergunta esbarra no fato de que a avaliação deste nível é, não apenas difícil mas até impossível de ser dada diretamente através da observação do discurso. A análise de declarações de lideranças e a consulta a documentos produzidos pelas organizações sindicais ou por terceiros não são suficientes. E isto não somente porque o material é escasso. Ainda que existissem documentos e declarações em grande número, elas poderiam ser meras declarações. Isto é, atos de fala sem consequência política, sem ações que levassem um impacto significativo em termos políticos. Assim, o resultado da análise, caso essas declarações fossem tomadas como referência, seria pouco fidedigna.

Mas, por outro lado, o fato das declarações serem escassas não implica necessariamente que não existam proposições ou ações sendo efetivadas pelo MS. Mesmo sem um discurso concatenado a respeito de temas de interesse sindical, podem ocorrer propostas e ações que denotam algum grau de compreensão sobre a C&T. Ou seja, a existência de um discurso não é condição suficiente nem necessária para que o MS possua uma compreensão sobre C&T (ou sobre um tema qualquer). De qualquer forma, a falta de literatura limita o alcance de uma avaliação direta, o que no nosso entender já justificaria o trabalho realizado .

Por essas razões, boa parte do esforço de pesquisa que deu origem a este trabalho se dedicou à construção de um referencial analítico-metodológico que, a partir de indicadores especialmente construídos que guardam entre si relações imputadas, permitisse proceder essa avaliação de forma indireta. Esta tarefa de modelização (entendida como o procedimento de destacar variáveis pertencentes a uma realidade observada e imputar relações entre elas), que

teve que ser realizada dada a inexistência de um referencial analítico apropriado e não porque fosse realmente o nosso objetivo inicial, terminou se revelando como um percurso interessante de nossa pesquisa.

A forma de apresentação deste trabalho - três capítulos intitulados “A construção social da C&T segundo uma visão de classe”, “Um referencial para a análise da compreensão da C&T pelo Movimento Sindical”, “A análise da compreensão da C&T pelo Movimento Sindical brasileiro” – se adequa à forma canônica: marco teórico conceitual, aplicação empírica. Ela dá uma idéia que não corresponde à maneira como se desenvolveu a pesquisa que o originou.

Como freqüentemente ocorre, a pesquisa transcorreu de forma iterativa. Uma sucessão de momentos de investigação que, partindo de um conhecimento teórico e interesse pelo assunto nos levou à análise empírica (cujo conteúdo é apresentado no terceiro capítulo, fruto do contato com lideranças do MS e o material por este produzido), remeteu a buscar os elementos que permitiam fundamentar a análise tentativa que fazíamos (apresentados no primeiro capítulo), ou a avançar na difícil tarefa de montar o mosaico taxonômico que desse conta do problema pesquisado (que se apresenta no terceiro capítulo). O trabalho é, portanto, o resultado de um processo um tanto heterodoxo, metodologicamente falando.

Assim, a formatação dos resultados da pesquisa, levou a que os dois primeiros capítulos possam ser entendidos como uma proposta teórico-metodológica genérica, quem sabe passível de ser utilizada para abordar realidades semelhantes e, o terceiro, como sua aplicação a um caso concreto: o MS brasileiro.

O capítulo 1 trata da orientação escolhida para a construção do referencial de análise. Esta orientação privilegia dois elementos: um enfoque para estudar as relações ciência - tecnologia - sociedade, proposto pela abundante literatura da construção social da C&T, e uma visão (de classe) para abordar o mundo sindical, proporcionada pelo marxismo. Na escolha da visão (termo que empregamos para denotar uma postura “menos neutra” que a

correspondente ao termo enfoque) teve-se em conta que este é o corpo de conhecimento mais afim com a análise que em todo o mundo se realiza sobre o MS. E também o fato de que o MS brasileiro o tem empregado como substrato para suas análises, para a formação política de seus integrantes e como referência para suas lutas concretas. O capítulo apresenta como resultado uma exploração de um campo teórico já relativamente bem consolidado - da construção social da C&T - segundo uma visão de classe.

No capítulo 2, apresentamos o referencial analítico-metodológico para a compreensão da C&T pelo MS concebido, segundo o processo descrito, ao longo do período de realização da trabalho. É mediante de sua aplicação que avaliamos, através do trabalho de campo, o grau de compreensão da C&T das organizações e lideranças sindicais estudadas. E, a partir do material apresentado no capítulo 3, formular a visão de conjunto que é a resposta à questão contida no título do trabalho.

Dado que o entendimento do capítulo inicial e do objetivo trabalho pode ser facilitada pelo prévio conhecimento do referencial proposto no capítulo 2, ele é aqui sintetizado. Ele é construído a partir de duas categorias de análise. A primeira - Posturas Sindicais - se refere a como o MS expressa sua compreensão da C&T na sua prática sindical e a segunda - Temas Sindicais - se relaciona ao que é expressado. Elas são independentes e, a maneira específica como se combinam numa organização sindical denota um modo particular de compreensão da C&T.

A categoria de análise Postura, buscando incorporar as situações descritas acima, pode assumir três "valores": discurso, proposição e ação. Isto é, a postura de uma organização ou liderança pode ser simplesmente discursiva, envolver a elaboração de propostas no âmbito das instâncias sindicais ou, o que geralmente, ainda que não necessariamente, implica num maior grau de comprometimento com o discurso, ações concretas implementadas pelo MS.

As Posturas se dão em torno ao que denominamos, na falta de melhor palavra, Temas sindicais. Eles são um misto de valores, julgamentos, atitudes e posicionamentos e práticas que são veiculados cada vez que o MS se expressa, através de Posturas sindicais, sobre C&T.

Os Temas sindicais não são “assuntos”, embora possam aparecer materializados sob esta forma. Talvez possam ser mais adequadamente entendidos como “espaços cognitivos” nos quais as Posturas de alguma forma se manifestam e podem então ser captadas por um observador, como os “canais” pelos quais fluem os Temas. Os Temas sindicais se depreendem da experiência histórica concreta do MS e respondem a sua visão classe, isto é, à influência teórica e política a que está submetido o MS.

Os “valores” que assume a categoria de análise Temas Sindicais se depreendem do exame dos aspectos relacionados à C&T reiteradamente veiculados na agenda sindical. Eles são seis: precarização e exclusão social (emprego e desemprego); subordinação; coerção; consentimento; resistência sindical e organização sindical.

Estas duas categorias permitem construir uma “taxonomia” do MS capaz de ser usada para caracterizar e avaliar organizações sindicais segundo a compreensão da C&T. Isto se dá mediante uma matriz hipotética de seis linhas - Temas Sindicais - e três colunas - Posturas. O resultado é uma caracterização (de natureza qualitativa) da organização, que descreve a(s) Postura(s) por ela adotada(s) no tratamento de cada um dos seis Temas Sindicais, e que torna possível identificar o grau de compreensão da C&T que possui a organização.

Cada um dos “cruzamentos” (ou células da matriz) possui um significado e relevância específicos e, dependendo do contexto estabelecido por todos os outros “cruzamentos” da organização sindical estudada (e de outras, do mesmo tipo, analisadas), contribui para a avaliação do grau em que percebe a problemática da C&T.

Este procedimento é um passo no sentido de contornar a dificuldade, típica da realidade sindical de países periféricos como o nosso, mencionada no início desta apresentação. Isto é, o fato de que mesmo sem que exista um discurso concatenado a respeito de determinados Temas, podem ocorrer propostas e ações que denotam algum grau de compreensão sobre a C&T. O “cruzamento” entre Posturas e Temas proporcionado pela matriz que traduz o referencial analítico concebido.

O capítulo 3 apresenta o resultado da pesquisa empírica. Decidimos limitar a pesquisa a um ramo produtivo, o metalúrgico da CUT, por ser o que conta com maior informação disponível e maior presença na discussão sobre C&T. Foram então objeto de pesquisa - documental e por meio de entrevistas - o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/ ABC, o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e região, a Comissão de Fábrica da Mercedes Benz do Brasil de São Bernardo, e organizações nacionais como a CNM-CUT e a direção da CUT.

A rede UNITRABALHO (Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho) e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) foram fontes importantes para a realização da pesquisa. A documentação consultada se refere ao período de 1990 a 1999. É este também o período em que as lideranças entrevistadas encontravam-se mais diretamente ligadas ao tema pesquisado. Neste período, marcado por um intenso processo de mudança tecnológica e pela abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, agudizou-se a percepção sobre Temas ligados à C&T do MS.

1. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA C&T SEGUNDO UMA VISÃO DE CLASSE

Pode-se tratar a construção social da C&T a partir de distintas visões: de gênero, étnica, religiosa, de classe e ambiental, entre outras. Este trabalho parte do estudo da compreensão da C&T a partir de uma visão de classe devido à influência que o marxismo teve sobre a construção de concepções de mundo no âmbito do Movimento Sindical (MS). Questões como a exploração do homem pelo homem, a existência das classes sociais, a luta de classes, o funcionamento dos modos de produção e a construção do socialismo estão ou estiveram presentes na formação política do MS moderno. Inclusive recentemente, na construção e na consolidação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), nos anos 80.

A pesquisa de campo, talvez porque tenha focado o ramo metalúrgico, onde se verificou um maior interesse sobre o tema da C&T, obrigou a uma distinção como a aqui realizada entre o que se denomina tecnologia (organização dos meios de produção e máquinas/equipamentos) e ciência (conhecimentos produzidos externos ao ambiente de trabalho, derivados de pesquisa em outras organizações e/ou instituições). É, portanto, tendo como referência esta distinção que o trabalho é realizado.

A decisão de estudar a compreensão da C&T pelo MS brasileiro a partir de uma visão de classe exigiu a construção de um referencial analítico específico (apresentado no capítulo 2) uma vez que ela envolve uma concepção de mundo particular ao ator social pesquisado, influenciado que tem sido pelo pensamento e pelo debate marxista.

As seções que seguem mostram como se procurou combinar esta visão de classe e o enfoque da construção social da C&T para conceber os conceitos e relações que conformam o referencial proposto.

1.1. A construção social da C&T

A C&T vêm despertando crescente interesse dos atores sociais com ela diretamente envolvidos e da opinião pública em geral. Estudiosos têm

discutido, às vezes criticamente, a C&T e os impactos econômicos, sociais, culturais e políticos causados pela sua introdução no sistema produtivo.

A melhoria das condições de vida e do trabalho, o aumento da qualidade dos produtos e dos serviços prestados à sociedade e a ampliação das alternativas de lazer e cultura são algumas dos pontos tidos como positivos trazidos pelo desenvolvimento da C&T. Entretanto, consequências negativas também têm sido observadas. Problemas ambientais, sociais, éticos, morais e religiosos, têm sido relacionados à C&T. A sociedade civil discute os avanços técnicos, criticando ou buscando alternativas. Esta situação gera questionamentos: a C&T estão imunes às interferências do meio externo a ela? Pode a C&T ter sido construída por interesses que determinam os seus fins? Elas são neutras, verdadeiras e universais? O desenvolvimento da C&T possui uma direção inexorável? Há possibilidades de controle social sobre elas?

Qualquer que seja a resposta a essas perguntas, não há dúvida de que as mudanças científico-tecnológicas e dos padrões de produção e consumo interferem nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. As revoluções científico-tecnológicas estão associadas a fenômenos econômicos e políticos. A globalização econômica e a reestruturação produtiva são exemplos atuais deste processo de causação. A relação inversa, ou seja, as interferências “externas” sobre a C&T também ocorrem e podem determinar trajetórias de inovação. Entretanto nem sempre isto é percebido da mesma maneira por cientistas, sindicalistas e “policy makers”. Existem visões e concepções divergentes sobre as características do desenvolvimento da C&T e o seu relacionamento com outras atividades sociais.

A idéia da neutralidade da C&T desenvolveu-se a partir de construções teóricas do século XIX que se consolidaram no século XX. Parte do pressuposto de que a C&T podem (e devem) ser isoladas do contexto no qual são geradas. Esta visão isola o meio de produção científico-tecnológico do contexto social, político e econômico e dificulta a percepção de que os

interesses dos atores sociais envolvidos no desenvolvimento da C&T podem determinar a trajetória de inovação.

A visão instrumental contemporânea da C&T constitui-se através do enraizamento da neutralidade enquanto senso comum na sociedade, pertencente à concepção de mundo da classe dominante. No entanto, é também possível que esse senso comum esteja associado a uma visão de mundo fragmentada e desconexa, na qual a idéia de neutralidade não esteja ligada a uma construção teórica propriamente dita e seja, portanto, “anterior” ou independente do desenvolvimento da visão neutra. Ela mantém entretanto a não-percepção da C&T como uma construção social.

De acordo com estas visões, técnicas e conhecimentos criados e utilizados por diferentes civilizações poderiam ser apropriados a qualquer tempo. A acumulação pura e simples de conhecimentos científico-tecnológicos é suficiente para garantir o progresso econômico e social de todos. A C&T teriam uma apropriação universal, seriam um patrimônio da Humanidade. A qualidade, a “excelência acadêmica” da produção científica e a eficiência e a produtividade da tecnologia, avaliadas geralmente por critérios quantitativos, possibilitariam o desenvolvimento social.

Isto leva a um determinismo da C&T, à impossibilidade de desenvolvimentos alternativos que coabitem em um mesmo ambiente. Ou seja, só existe uma única C&T verdadeira. As diferenças contextuais geográficas, culturais, éticas, entre outras, ficariam em um plano secundário, de “adaptação”. Quando isto não ocorresse, surgiriam “anomalias” que poderiam se acumular com o passar do tempo e quebrar o paradigma vigente (Kuhn, 1989). Assim, as contradições se resolveriam naturalmente, com novos conhecimentos e técnicas que superariam racionalmente os antigos, sem que se questionasse a ação e os interesses dos atores sociais no processo inovativo.

Estes conceitos foram sistematizados no meio acadêmico por diversos autores. Merton (1979) constituiu um conjunto de normas e valores, morais e éticos, os imperativos institucionais da Ciência. Ele trata idealmente a Ciência,

como se ela estivesse à disposição da humanidade (comunalismo). Para que este ideal se cumprisse, seria necessário o distanciamento de influências externas ao meio científico e que expressassem interesses - religiosos, políticos, econômicos ou de grupos sociais - (universalismo). Expressa, portanto, um suposto desprendimento do cientista de sua concepção de mundo (desinteresse) e um rigor acadêmico que garantiria a isenção do pesquisador. Seus interesses, crenças e valores, estariam totalmente subordinados aos critérios empíricos, racionais e lógicos.

Estes imperativos, pensados enquanto uma “ética” do cientista, ainda se mantêm dominantes, muito embora essa visão tenha sido derrotada no debate da Sociologia da Ciência contemporânea. A cientometria, os diversos instrumentos de avaliação quantitativa da pesquisa, assim como a falta de ferramentas de análise qualitativa da produção acadêmica, são fruto deste tipo de compreensão neutra/instrumental da C&T e estão disseminados enquanto “senso comum acadêmico”, apesar da existência de debates, divergências e controvérsias ¹.

Os imperativos institucionais da Ciência podem ser, portanto, entendidos como normas de conduta da comunidade científica socialmente construídas. Eles não são necessariamente conservadores em relação à manutenção das relações de poder e de produção/reprodução do conhecimento contemporâneo. Mas a suposta neutralidade defendida por Merton, e uma confusão entre o normativo (o que deveria ser) e o descritivo (o que é) termina dificultando aos cientistas a percepção de que as influências “externas” são inevitáveis. E isto ao reforçar o determinismo científico-tecnológico e a inviabilidade de construção de alternativas, favorece o desenvolvimento da C&T enquanto um mecanismo de acumulação do capital.

Estas questões têm sido muito abordadas por aqueles que concebem a C&T enquanto uma construção social. E que as consideram como não-

neutras, não-únicas ou determinadas e, portanto, abertas ao debate entre as diversas visões que dão origem aos estudos sobre a construção social da C&T que têm por base as disciplinas da sociologia, economia, filosofia e política desde meados da primeira metade do século XX.

Os Estudos Sociais da C&T têm tratado nos últimos anos da influência da política, da cultura e da economia no desenvolvimento científico-tecnológico. Com isso, possibilitaram a apreensão da construção social da C&T como algo intrínseco à sua dinâmica. Contudo, isto ainda é pouco percebido pela maioria dos atores sociais. A compreensão da C&T enquanto instrumento neutro, verdadeiro, universal e indiferente aos interesses políticos é ainda predominante, o que evidencia a importância destes estudos.

A Nova Sociologia da Ciência e a Sociologia da Inovação argumentam que as relações sociais envolvendo instituições e atores sociais revelam a existência de controvérsias e contradições que demonstram a multiplicidade de alternativas e trajetórias de desenvolvimento da C&T. Idéias e valores subjetivos permeiam a produção e a reprodução da C&T. A relação dos atores sociais com a C&T pode inclusive levá-los a uma compreensão crítica, na medida em que percebem que interesses objetivos e subjetivos são inseparáveis da trajetória inovativa.

1.2. Um conceito de classe social e de hegemonia

Nesta seção se aborda a construção social da C&T destacando a visão de classe, o que pressupõe a utilização de conceitos do marxismo. Estes conceitos estão associados ao reconhecimento por parte de trabalhadores de seus interesses coletivos e de sua organização, como ocorreu no sindicalismo e em outros movimentos sociais brasileiros.

Estes conceitos podem ser associados a um nível ético-político se os relacionamos à consciência da existência da luta de classes e da percepção dos trabalhadores da necessidade de promover a articulação de seus interesses

¹ Na discussão sobre a quantificação da ciência pode se destacar, nos países centrais, a Price (1986) e, nos periféricos a Velho (1992). Sobre a Nova Sociologia da Ciência e da Inovação pode se destacar, nos países centrais,

com os de outros atores sociais, como parece ter ocorrido com parte significativa das entidades ligadas à CUT e dos seus militantes. Por isso, se trabalha com conceitos relacionados a uma visão de classe: classe social, classe para si, nível econômico-corporativo, nível ético-político e hegemonia, relacionando-os à C&T. Isto é feito buscando uma interlocução entre os níveis micro, do local de trabalho, meso, do ramo produtivo, e macro, da articulação de interesses e da disputa de hegemonia, nacional e internacional (Gramsci, 1991a).

1.2.1. Classe para si

Marx (1988b: 143) define classe para si da seguinte forma:

“As condições econômicas transformaram primeiro a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Portanto esta massa já é uma classe, quando relacionada ao capital, mas não é uma classe para si. Na luta, que temos assinalado mais do que algumas fases, esta massa se une, se constitui enquanto classe para si. Os interesses que defende se convertem em interesses de classe. A luta de classe contra classe é uma luta política.”

Thompson (1987:9) afirma que:

“A classe ocorre quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses são diferentes dos seus (geralmente opostos).”

Classe para si é, portanto, uma relação histórica, cultural e econômica construída a partir do processo de luta, em que se reconhecem interesses comuns ao conjunto dos trabalhadores e se constituem elementos que possibilitam uma resistência à exploração capitalista. Torna-se realidade quando a classe dos trabalhadores deixa de ser simplesmente uma “classe em si”. Quando passa a lutar por seus interesses comuns construídos historicamente e que se desenvolvem por contraste com as estruturas

Pinch & Bijker (1990) e, nos periféricos, Vessuri (1991).

econômicas, políticas e ideológicas. Processo que tende a se iniciar no nível micro e se desenvolver organicamente abarcando os outros níveis.

Segundo Burawoy (1978:275):

“classe social torna-se o efeito combinado de um sistema de estruturas políticas, econômicas e ideológicas encontrada em todas as arenas da atividade social”.

O conceito de classe para si, portanto, transcende uma referência à posição que uma dada classe ocupa em relação aos meios de produção. Ele está referido também a processos históricos, políticos e ideológicos, relacionados à superestrutura.

A identidade dos trabalhadores pode dar-se em torno de interesses econômico-corporativos imediatos presentes no local de trabalho. O emprego, as reivindicações salariais, a melhoria nas condições de trabalho, a resistência ao autoritarismo exercido pelos encarregados da produção podem criar uma identidade entre os iguais, uma consciência da necessidade de lutar por direitos e interesses comuns. Luta-se então contra as relações de poder autoritárias e não-consentidas pelos trabalhadores².

Thompson (1987:14) assinala o momento em que ocorre esse ganho de consciência da seguinte forma:

“A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.”

O movimento sindical tem como um de seus objetivos primários explicitar o fato de que os trabalhadores estão submetidos no capitalismo a vender a sua força de trabalho ao detentor dos meios de produção capitalista por um valor

² No momento econômico-corporativo, se explicitam as relações de poder estabelecidas no chão de fábrica, no nível micro. E, em seguida, é possível perceber relações de poder e de opressão, os conflitos que se estabelecem entre os diversos atores, inclusive entre os próprios trabalhadores. Um autor interessante para esta discussão é Foucault

menor do que aquele que ela é capaz de gerar. Na medida em que eles percebem a existência da extração de um trabalho não pago, a mais valia, pelo seu empregador, se constrói uma solidariedade de classe que se manifesta no local de trabalho. Esta solidariedade pode levar a ações de resistência coletiva ao modo de produção capitalista mediante a organização dos trabalhadores; o que corresponde a um estágio posterior a esta tomada de consciência.

A ação sindical pode incorporar trabalhadores de outros setores da fábrica, como os engenheiros e administradores, constituindo um grupo social de novo tipo. Este grupo mais amplo passa a ter conhecimento de todas as etapas envolvidas no processo produtivo (áreas de planejamento, projeto, marketing, comercialização). Esta nova relação social aumenta a possibilidade de que ocorra uma quebra da alienação e da subordinação no processo de trabalho.

Gramsci, referindo-se ao processo de defesa dos Conselhos de Fábrica na cidade de Turim, em 1919, afirma:

“A organização por fábrica torna a classe (toda a classe) em uma unidade homogênea e coesa que adere plasticamente ao processo industrial de produção...” (Gramsci, Bordiga, 1981:44)

Neste contexto histórico da luta de classes italiana, a possibilidade de um processo mais amplo, externo ao meio industrial, não estava colocada. Não obstante, o contexto propiciado pela Revolução Russa de 1917 e a 1ª Guerra Mundial e o envolvimento do conjunto dos trabalhadores industriais (inclusive do pessoal técnico) que ele assistia, parece ter levado o autor a visualizar os Conselhos de Fábrica como sendo capazes de promover uma transformação social, econômica e política, radical de toda a sociedade.

Talvez seja em função dessa conjuntura que, em outro trecho, Gramsci expanda o conceito de classe para si, dizendo:

(1979), quando analisa as relações de poder estabelecidas em um nível micro, a microfísica do poder. Esta análise, quando sistematizada em redes de poder, segundo Clegg (1998), se aproxima da discussão acerca do bloco histórico.

“O operário pode se imaginar como produtor somente se se imagina como parte não rescindível de todo o sistema de trabalho que se resume no objeto fabricado, somente se vive a unidade do processo industrial que pede a colaboração do servente, do operário qualificado, do empregado da administração, do engenheiro, do diretor técnico.” (Gramsci, Bordiga, 1981:63)

Assim, quando o trabalhador percebe a possibilidade de ser produtor, ou ao menos de reduzir a subordinação, ele passa a articular os seus interesses com outros trabalhadores do sistema fabril. Passa a ser capaz de reconstituir o processo industrial que para ele se apresentava fragmentado e construir uma identidade coletiva. Passa então a se relacionar a trabalhadores que não se encontram na mesma posição em relação aos meios de produção, transpondo o local de trabalho.

Como afirma Gramsci:

“O operário pode conceber-se como produtor se, depois de ter-se inserido psicologicamente em um determinado processo produtivo de uma determinada oficina (no caso, a FIAT de Turim), vê toda a atividade turinense como existente e se desenvolvendo (...), concebe os trabalhadores dessas múltiplas atividades gerais como sendo, também eles, produtores da indústria automobilística, pois criam as condições necessárias para a existência dessa indústria (...). O operário, então, é produtor, pois adquiriu a consciência da sua função no processo produtivo, em todos os seus graus, da fábrica à nação, ao mundo...” (Gramsci, Bordiga, 1981:63, 64)

A constituição da *classe para si* possibilita, portanto, a ampliação do conceito de classe social na medida em que coloca a possibilidade de superação do próprio capitalismo. A reapropriação do conhecimento do processo de trabalho pela classe operária, em todas as suas etapas e processos, a quebra da subordinação, ainda na vigência do capitalismo, é considerada fundamental por Gramsci. Isto o diferencia de outros autores marxistas que entendem que qualquer transformação no processo de subordinação só existirá com a implantação da ditadura do proletariado.

1.2.2. *Do econômico corporativo ao ético político*

As transformações que ocorriam no modo de produção capitalista foram percebidas desde o início do século XIX. As revoluções industrial e científico-tecnológica modificaram o processo de produção fazendo com que a criatividade das funções exercidas pelo trabalhador viesse a ser drasticamente reduzida, ocorrendo uma quase total apropriação do saber operário pelo capital.

Gramsci se refere a este processo da seguinte forma:

“Esta ‘humanidade e espiritualidade’ só podem existir no mundo da produção e do trabalho, na ‘criação’ produtiva; elas eram absolutas no artesão, no ‘demiurgo’, quando a personalidade do trabalhador refletia-se no objeto criado, quando era ainda bastante forte o laço entre arte e trabalho. Mas é exatamente contra este ‘humanismo que luta o novo industrialismo’ (Gramsci, 1991b: 397)

Gramsci, analisando uma etapa mais avançada do capitalismo, chega à conclusão de que a hegemonia capitalista centrada nos Estados Unidos tinha como núcleo renovador a indústria moderna fordista-taylorista. Este modelo de organização da produção encontrava menos resistências nos EUA do que na Europa (presa, segundo o autor, a resistências fruto de antigas tradições e até de modos de produção anteriores) para estabelecer um modo de regulação adequado a uma “revolução passiva”. Um esforço coletivo intenso, rápido e coercitivo para criar “um novo tipo de trabalhador e de homem” que se adeque ao novo industrialismo (Gramsci, 1991b: 376).

Este trecho de “Americanismo e Fordismo” de Gramsci trata das transformações na sociedade norte-americana:

“As iniciativas ‘puritanas’ só têm o objetivo de conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção (o fordismo-taylorismo...)” (Gramsci, 1991b: 397)

A nova forma de sociedade em processo de constituição, depende portanto, segundo Gramsci, de instituições e organizações externas à fábrica.

A família, a igreja, a escola, a universidade, os meios de comunicação e diversos organismos do Estado e da iniciativa privada constituem um sistema que potencializa a transformação no mundo do trabalho. A regulação estatal, por outro lado, faz com que existam direitos trabalhistas assegurados, negociações coletivas e autonomia na reprodução da força de trabalho, disciplinando a exploração capitalista.

Como indica o autor:

“... o Estado não tem uma concepção unitária, coerente e homogênea, onde os grupos intelectuais estão desagregados...” (Gramsci, 1991a: 29).

As modificações no mundo da produção e por consequência no conjunto da sociedade levam a uma complexificação das relações de solidariedade entre os trabalhadores (nível micro), com a ampliação das relações de classe para outros estratos sociais, alcançando o nível meso e macro. Isto pode levar a uma articulação de interesses mais abrangente na sociedade civil. A visão econômico-corporativa pode ser superada e passar-se a uma dimensão mais ampla da luta de classes; na qual a exploração seja contestada por outros setores, ampliando-se as contradições na sociedade. Isto caracteriza o momento ético-político, em que os cidadãos tornam-se conscientes do conflito entre as forças materiais de produção num plano ideológico.

Segundo Gramsci, o momento ético-político caracteriza-se pela articulação de interesses de parcelas majoritárias da sociedade, provenientes de estratos sociais diversificados, ao longo de um processo histórico determinado. Verifica-se um novo tipo de relação entre elementos da estrutura e da superestrutura, dando origem a um “bloco social, histórico e moral”. Ocorrem ações derivadas de uma “consciência atual coerente e sistemática e vontade precisa e decidida”, um processo de catarse (Gramsci, 1991a:53). É a unidade da força material (a persuasão popular) e das ideologias, entre forma e conteúdo. Constitui-se então uma nova hegemonia que pode se manifestar desde o chão de fábrica até às relações entre as nações.

O “bloco social, histórico e moral” luta contra a existência de diversas explorações além da econômica, como a dominação de gênero, étnica, cultural, religiosa e entre nações. Amplia-se então para conceitos que tenham como pressuposto a democracia, o equilíbrio entre o individual e o coletivo, a pluralidade, a solidariedade, a justiça, o meio ambiente, entre outras questões que fundamentam a superação do capitalismo e constituem uma concepção de mundo e de totalidade, orgânica e coerente.

A vigência desta nova visão (de classe) não está garantida, nem economicamente, nem historicamente; depende de ações políticas em contextos econômicos, sociais e históricos. Está sujeita a retrocessos, contradições e tensões internas. Entretanto, pode-se desenvolver a partir de elementos já consolidados no nível macro de um determinado contexto abarcando o micro; influenciando, por exemplo, a criação de sindicatos em bases operárias desorganizadas, a ação político-partidária. As enormes diferenças encontradas na luta de classes dos diversos países são, no limite, o móvel de processos deste tipo.

1.2.3. Relações sociais de produção

As relações sociais no local de trabalho podem ser entendidas a partir das relações técnicas na produção, isto é, as decorrentes das tecnologias utilizadas no ambiente de trabalho. As relações técnicas são observadas no gerenciamento do trabalho, nos métodos e técnicas incorporadas, além das máquinas e equipamentos da produção que constituem a estrutura voltada para a produção no local de trabalho.

O poder no local de trabalho está ligado às relações técnicas na produção. E estas são peças-chave para entender as relações sociais de produção.

Marx afirma:

" O Sr. Proudhon, economista, compreende muito bem que os homens façam tecidos, materiais de linho e seda em determinadas relações de produção. Mas o que ele não entendeu é que essas relações sociais determinadas são igualmente produzidas pelos homens, do mesmo modo que os tecidos de algodão, linho, etc.

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, e mudando o modo de produção, a maneira geral de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. O moinho de mão dar-vos-á a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalista industrial" (Marx, 1988b: 90).

As relações técnicas na produção reproduzem novas relações sociais de produção. Burawoy (1978:261) esclarece esta questão quando compara o modo de produção feudal ao modo de produção capitalista. Segundo ele, no feudalismo, a relação entre servo e senhor dependia muito de fatores extraeconômicos para a manutenção das relações sociais de produção e as mudanças técnicas não eram o elemento principal para a extração do excedente de trabalho. No capitalismo, o trabalhador faz o trabalho necessário e o excedente (em geral obscurecido, por não ser claramente distinguido do trabalho necessário), o que possibilita a acumulação do capital e o desenvolvimento tecnológico necessário para a sua expansão. A partir desta comparação, chega à conclusão que uma das principais diferenças entre os dois modos de produção reside nas mudanças técnicas que se verificam no sistema capitalista, que possibilitam aos produtores a superação da queda tendencial da taxa de lucro (Gramsci, 1991a; Bryan, 1992), a acumulação do capital e a sua expansão, ao contrário do que ocorre num modo de produção estático, como o feudal.

Essa determinação pode ser melhor percebida pelo trabalhador quando ocorrem nas mudanças técnicas mais profundas, como as vividas nas Revoluções industriais. Descrições feitas por Marx (1985), Braverman (1981) e Hobsbawm (1986) ilustram as mudanças sociais ocorridas na 1ª. e 2ª. Revoluções Industriais. Modernamente, as novas tecnologias baseadas na automação e num novo conceito de organização da produção constituem novos ambientes nos quais o trabalhador passa a viver, trabalhar e se relacionar, criando um novo padrão sócio-econômico. Evidencia-se, assim, como mudanças na organização da produção, aliadas às tecnologias de informação,

transformam o fordismo-taylorismo e exigem novas relações sociais na produção e na sociedade (Mattoso, 1995; Leite, 1994; Coriat, 1995).

O estudo das relações técnicas na produção e das relações sociais de produção deve ser realizado à luz das relações de poder e de hegemonia, uma vez que elas transcendem o ambiente de trabalho. Elas estão envolvidas com técnicas, métodos e práticas que modificam o modo de vida dos trabalhadores-cidadãos-consumidores, o modo de regulação, o padrão de consumo da sociedade e a forma como se dá a sustentação desta organização para o trabalho.

Em todos os níveis, do micro, no local de trabalho, passando pelo meso, do ramo produtivo, até o macro, da sociedade, pode ser percebida a importância determinante das relações de poder na produção. Estas relações podem ser alteradas, às vezes radicalmente, por inovações tecnológicas e gerenciais impostas pelo capital sem que haja um consentimento laboral ou sindical. É através desta questão que se introduz a discussão sobre um marco teórico para a análise da compreensão da C&T sob uma visão de classe.

1.3. A discussão sobre a tecnologia no marxismo

A compreensão da C&T desenvolvida por Marx é contraditória em relação à sua construção social. Pode-se encontrar momentos em sua obra em que a tecnologia é apresentada como um elemento neutro, meramente instrumental e que o decisivo ou importante é a sua apropriação. Em outras reflexões pode se encontrar afirmações em que ela é vista como um elemento de subordinação e de uma maior exploração do trabalhador (Marx, 1985). Esta ambigüidade não chega a ser removida pelo desenvolvimento ulterior do marxismo. A questão da tecnologia foi colocada em um plano secundário pela grande maioria dos autores marxistas.

A contribuição marxista provavelmente mais importante para o estudo da tecnologia deu-se recentemente com o livro de Braverman (1981). Ele atacou a “administração científica” de Taylor, mostrando a sua não-neutralidade e como foi responsável pela construção de métodos que objetivavam a exploração do

trabalhador e o aumento do lucro. Ele estudou este modelo de organização e a tentativa da gerência de controlar todo o processo de trabalho, com a separação entre a concepção e a execução. Para Braverman, este processo levaria à desqualificação do trabalhador, à perda da capacidade de produzir e de conceber a produção e o produto, e à alienação.

Mas por que a discussão sobre a tecnologia entre os marxistas teria sido colocada em um plano secundário? As causas possíveis seriam, entre outras: a priorização da questão da transição ao socialismo e, em função dela a necessária busca da apropriação – pura e simples - da tecnologia; o determinismo histórico; o determinismo tecnológico. Estas razões explicariam a adoção de posturas sindicais que levaram às compreensões neutra, instrumental e pouco ativa (ou até não ativa) frente à tecnologia.

A transição ao socialismo, tema controvertido no debate marxista, teve prioridade nos estudos sobre as utopias libertárias. E, na maior parte delas, o controle e a tomada do poder de Estado eram vistos como condição necessária e suficiente para a construção das políticas que consolidariam o socialismo. A Revolução Socialista através da tomada do Estado, concorrente da posição social democrata das reformas etapistas no interior do capitalismo e da simples melhoria do capitalismo, monopolizou a atenção dos autores e dos atores sociais envolvidos com o sindicalismo. A questão da tecnologia envolvida na construção do socialismo por eles proposto não era problematizada; na realidade ela era vista, à semelhança do que ocorria no âmbito do liberalismo econômico, como uma variável, se não exógena, pelo menos dependente.

A Universidade, a Igreja, as prisões, os hospitais, entre outras instituições do Estado capitalista eram percebidos pelo marxismo como aparelhos ideológicos de Estado (Althusser, 1980) ou seja, simples reprodutores da ideologia dominante no âmbito do Estado. Isto deu margem a que se desenvolvesse uma noção de que, com a tomada do poder, novos aparelhos ideológicos de Estado poderiam ser facilmente construídos sob o comando dos

trabalhadores. A idéia de que bastaria a tomada do poder para colocar a C&T a serviço dos trabalhadores, reforçou uma compreensão neutra/instrumental.

As variantes mais extremadas do movimento socialista simplesmente consideravam a tecnologia existente antes da tomada do poder que selaria a derrubada do capitalismo como sendo neutra; isto é passível de ser utilizada sem qualquer problema no novo modo de produção. Outras, menos radicais, entendiam que resolvido o problema do poder, isto é estando ele nas mãos da classe operária, uma nova tecnologia e uma nova ciência, mais adaptada ao socialismo, passaria a existir.

A transição ao socialismo levava em conta somente a apropriação da tecnologia, que era a única questão a ser discutida para a superação do capitalismo. Era como se a bandeira anticapitalista e libertária de que todos deveriam ter acesso à tecnologia, já que o prioritário eram as políticas distributivas (de renda, de direitos, de poder) ainda sob a égide do capitalismo, já fosse radicalismo suficiente... A tecnologia desenvolvida no sistema capitalista era considerada um avanço que poucos tinham acesso e a tomada do poder e o controle do Estado pela classe trabalhadora iria corrigir tal situação. Ela seria a base cognitiva do modo de produção socialista, e sua paulatina adaptação, segundo a tese mesmos extremada, dar-se-ia em função do pelo controle dos trabalhadores.

A idéia da apropriação, radical no que respeita aos limites do capitalismo, tinha entretanto, como pressuposto, a da neutralidade; o que reforçou uma visão instrumental e neutra da C&T.

Como aponta Feenberg (1991):

“...a constituição de uma compreensão neutra entre os marxistas fortaleceu a omissão dos atores sociais nos contornos do desenvolvimento científico-tecnológico...”

A Revolução Russa de 1917 colocou grande ênfase na transição ao Socialismo e na apropriação pura e simples da tecnologia. Segundo Bryan (1992), as principais lideranças bolcheviques possuíam uma percepção

negativa em relação à utilização capitalista da organização científica do trabalho de Taylor. Mas adotaram-na como a “mais moderna” tecnologia de gestão, que deveria ser adaptada ao poder e às formas soviéticas. A conjuntura pós-revolucionária exigia métodos que aumentassem a produtividade e a eficiência em um país com a indústria destruída, fome, carência de mão-de-obra especializada e ausência de um “proletariado” bem constituído, ou seja, segundo alguns, semi-feudal. Isto fortaleceu uma postura frente a apropriação marcada pelo pragmatismo, aproximando as lideranças bolcheviques de uma compreensão instrumental da C&T.

Outro fator de significativa importância para o fortalecimento desta visão foi o determinismo histórico. Este “desvio” típico de muitas correntes filosóficas nascidas no século XIX, entre elas a marxista, apontava para a crença de que o desenvolvimento da humanidade seria linear, progressivo e contínuo, e concluía que o capitalismo teria naturalmente o seu fim e que o socialismo seria inevitável. Ele teve influência na compreensão da C&T entre os marxistas. O desenvolvimento contínuo das forças produtivas, determinado pelo próprio avanço do conhecimento científico sobre a natureza provocaria forçosamente uma ruptura nas relações sociais de produção indicando o surgimento das condições objetivas para a superação do capitalismo. Esta é também uma das razões que afastou a tecnologia do debate e reforçou a visão instrumental, chegando-se até uma visão positivista do desenvolvimento tecnológico³.

A conhecida posição de Lenin de que o transplante da ciência, da técnica e da cultura ocidentais para a URSS pós-revolução seria um prelúdio do socialismo, pode ser traduzida na sua simples expressão (Lenin, 1918: 572):

³ No Brasil, o MS hegemônico pelo PCB nos anos 50, 60 e 70 partilha desta compreensão neutra, instrumental e determinista. Para esta corrente, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil (e daí a aliança que propugnava com a chamada burguesia nacional) tinha um papel fundamental na construção do socialismo. Assim, o desenvolvimento tecnológico assume papel central no Brasil, mesmo sem a interferência dos trabalhadores, pois significava o desenvolvimento histórico do qual o país precisava para acirrar as contradições do capitalismo e chegar ao socialismo.

“Poder soviético + ordem prussiana das ferrovias + técnica e organização norte-americana dos trustes + instrução pública norte americana, etc, etc, + + = socialismo”

No decorrer do século XX, outros elementos reforçaram a compreensão instrumental da tecnologia. O determinismo tecnológico acaba por consolidar a percepção da inovação como um processo incontrolável, irreversível. Ela não poderia ser controlada ou detida em seu avanço, era autônoma. Suas conseqüências, positivas ou negativas, estariam dadas. Restava aos atores sociais a adaptação a elas. O que origina um cenário conformista, sombrio e negativista em relação à tecnologia.

Por outro lado, a perspectiva de que a tecnologia é uma construção social e que, sob o marco do capitalismo, está condicionada à reprodução da mais valia, da subordinação e da alienação e da oligopolização, do consumismo e da guerra não foi explorada. Estas conseqüências foram interpretadas como simples resultados de uma má utilização dos instrumentos científico-tecnológicos. Isto dificultou a percepção de que parece ser necessária uma considerável inflexão nas trajetórias de inovação existentes para que o conhecimento gerado possa ser utilizado para uma sociedade distinta.

A teoria crítica da tecnologia proposta por Feenberg procura fugir dos determinismos - tecnológico, histórico, econômico ou cultural - quando trata da construção social da tecnologia. Baseado em Lukacs, na Escola de Frankfurt, ele procura conceber novas vias para a reconstrução da base tecnológica das sociedades modernas, buscando uma maior liberdade do homem (Feenberg, 1991). Apesar de reconhecer a dificuldade desta tarefa, ele ressalta que a análise que procura desenvolver, sobre a construção social da tecnologia, é fundamental para a democratização das relações sociais de produção e da própria sociedade.

Segundo ele, é necessário a contratação das tecnologias, incorporando no seu projeto (“design”) variáveis sociais, culturais e ambientais. Tal postura transcende a da apropriação da tecnologia, criticada acima, que não consegue

vislumbrar alternativas aos possíveis elementos negativos intrínsecos à tecnologia a ser apropriada. Ela adota uma propositada ambivalência: dependendo da capacidade de negociação entre as partes (classes) e da possibilidade de transformação do modo de produção capitalista, a tecnologia deveria não apenas ser apropriada, mas reprojeta para atender aos interesses da sociedade.

Mas como aponta Feenberg (1991:13):

“ ... este é um caminho difícil entre a utopia e a resignação...”

A ambivalência parte do pressuposto que as trajetórias tecnológicas, sobretudo num contexto em que todas as regras básicas de funcionamento do modo de produção capitalista estejam vigentes, dificilmente podem ser alteradas ⁴. Mas a perspectiva de democratização da sociedade tenderá a colocar na agenda da política da C&T as questões da apropriação e da reconstrução de tecnologias por outros os atores sociais envolvidos. Pressões de natureza política, econômica, sociocultural poderão alterar a correlação de forças no contexto daquela política e colocar na agenda de decisão, a exemplo do que já ocorre com as questões ambientais, outro tipo de condicionante, que não o lucro privado, ao desenvolvimento da C&T.

1.4. Uma visão de classe para a Ciência

O saber que hoje chamaríamos de científico e tecnológico era produzido e reproduzido de maneira diversa nos períodos anteriores à ascensão do capitalismo como sistema político, econômico e social dominante. No feudalismo europeu, por exemplo, a ciência tinha o espaço reduzido frente à religião, que manteve a sua dominação sobre os rumos da sociedade por vários séculos. O início do processo de consolidação do capitalismo é marcado pela disputa de hegemonia entre a igreja católica e a classe ascendente - a

⁴ Essas trajetórias encontram-se cada vez mais determinadas pelo grande empresa. As 20 empresas que mais gastam em pesquisa despendem hoje mais do que dois países líderes em muitos campos da C&T em conjunto. De fato, o gasto conjunto de França e Inglaterra, dois países que estão entre os sete que gastam quase 90% do que se despende em pesquisa no planeta é menor do que o destas 10 empresas transnacionais. Um outro comentário pontual, o fato de que uma empresa - a norte-americana Bell - já teve em seus laboratórios 11 prêmios Nobel enquanto que o Japão obteve 5 prêmios em ciências duras, dá uma dimensão do que queremos assinalar.

burguesia - nas universidades e em outros espaços, com a perda sistemática de poder da primeira para a segunda (Hessen, 1985; Ponce: 1979).

Novamente Gramsci (1991a: 71) nos ajuda a entender este ponto:

“... na realidade, também a Ciência é uma superestrutura, uma ideologia. É possível dizer, contudo, que no estudo das superestruturas a Ciência ocupa um lugar privilegiado, pelo fato de que a sua reação sobre a estrutura tem um caráter particular, de maior extensão e continuidade de desenvolvimento, notadamente após o século XVIII, a partir de quando a Ciência torna-se uma superestrutura, é o que é demonstrado também pelo fato de que ela tenha tido períodos inteiros de eclipse, obscurecida que foi por uma outra ideologia dominante, a religião, que afirmava ter absorvido a própria Ciência; assim, a Ciência e a técnica dos árabes eram tidas pelos cristãos como pura bruxaria.”

No capitalismo a ciência se afirmou enquanto uma superestrutura especial. A ligação da ciência com os Estado capitalistas, através da elaboração de novas idéias, conhecimentos e valores importantes para sua consolidação interna, e na disputa entre, e com capital, através de seu potencial de gerar mais valia relativa, levaram-na a ser um dos principais motores da expansão do sistema capitalista. A partir de meados do século XIX, as novas formas de exploração do trabalhador, a complexificação da extração do excedente no processo de trabalho e da subordinação ganham características que marcam profundamente o modo de funcionamento do capitalismo contemporâneo.

O trabalho de Boris Hessen apresentado no 2º Congresso Internacional de História da C&T em 1931, com o título “As Raízes Sócio-econômicas da Mecânica de Newton”, foi um dos primeiros que buscou relacionar a construção social da ciência a uma visão de classe. Nele, Hessen descreve o contexto que envolveu a elaboração dos Princípios Matemáticos da Filosofia Natural, relacionando os estudos de Newton às necessidades dos grupos econômicos, como o aperfeiçoamento da navegação (hidrostática,

hidrodinâmica) e às inovações militares relacionadas ao lançamento de projéteis (balística - gravidade).

Gramsci (1991a, 1991b), de forma menos sistemática e academicamente elaborada, tratou da construção social da C&T durante as décadas de 20 e 30. O tratamento da ciência enquanto uma superestrutura especial e a caracterização do americanismo e do fordismo como modelos de organização social baseados na técnica, possibilitaram que ele abordasse o papel dos intelectuais na disputa de hegemonia na sociedade capitalista, uma de suas contribuições importantes para o pensamento marxista.

Mas os trabalhos sobre a construção social da C&T só começaram a ganhar relevo no mundo acadêmico a partir dos anos 60. Diversos autores trataram da construção social da tecnologia sob uma visão de classe. Braverman (1981) ataca a organização científica do trabalho de Taylor. Gorz (1974) e Marglin (1974) discutem a relação entre o processo de segmentação técnica e divisão social do trabalho e o capitalismo. Burawoy (1978 e 1979) trata das políticas da produção e Feenberg (1991) ataca as visões instrumental, neutra e determinista da tecnologia, relacionando o desenvolvimento tecnológico à expansão do sistema capitalista.

Eles caracterizam a relação entre a ciência e o sistema capitalista, como uma forma específica de produção e de reprodução de conhecimentos que garantiu, mediante mudanças significativas nas relações técnicas na produção, a partir da 2ª. Revolução Industrial, o processo de expansão do capital. O surgimento de indústrias baseadas nos novos conhecimentos científicos, como a eletricidade, a química, a termodinâmica e a metalurgia, possibilitaram a emergência de novas potências econômicas internacionais e de um novo padrão de acumulação do capital à escala mundial.

A C&T, como coloca Hobsbawn (1986), ganham contornos específicos:

“Os principais progressos técnicos da segunda metade do séc. XIX foram essencialmente científicos; ou seja, exigiam como mínimo indispensável para invenções originais algum conhecimento das novas evoluções no campo da

Ciência pura, um processo muito mais organizado de experimentação científica e de comprovação prática (...) e uma ligação cada vez mais estreita e contínua entre industriais, tecnologistas e cientistas profissionais e instituições científicas.”

Hobsbawn caracteriza esta transformação nas relações na produção do conhecimento à produção em massa mecanizada, ao fordismo-taylorismo e ao aparecimento de trustes, oligopólios e monopólios. Essas mudanças, que garantiram um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social no mundo do século XX, não poderiam ocorrer sem que o padrão de produção científica, que se tornou dominante nas novas indústrias baseadas na ciência, se afirmasse como um dos sustentáculos do capitalismo mundial.

A visão dominante no capitalismo, talvez devido a influência que sofreu o processo de construção social da ciência do iluminismo e do positivismo, não admite que existam alternativas para o desenvolvimento da C&T. Ao contrário, coloca este desenvolvimento e seu resultado – conhecimento – como neutro, verdadeiro e único, colaborando assim ao nível do discurso para a legitimar o caráter capitalista da ciência. Isto dificultou a construção de inovações através de atores sociais que não estavam contemplados nesta produção científica e que não dispunham de meios para entendê-las, apropriá-las ou redesenhá-las.

Como afirma Adorno (1996:18,19):

“Na escravização da criatura aos senhores do mundo, o saber que é poder não conhece limites. Esse saber serve aos empreendimentos de qualquer um, sem distinção de origem, assim como, na fábrica e no campo de batalha, está a serviço de todos os fins da economia burguesa.(...) A técnica é a essência desse saber. Seu objetivo não são os conceitos ou imagens nem a felicidade da contemplação, mas o método, a exploração do trabalho dos outros, o capital.”

Segundo este autor, a ciência colabora para a dominação capitalista enquanto técnica e os seus objetivos fortalecem a hierarquia, a coerção e a divisão do trabalho (principalmente entre o trabalho intelectual e manual). Ela participa enquanto instrumento de consentimento quando apropriada e desenhada pelas classes dominantes, sem negociação ou concertação que

possibilite a proposição de outros grupos sociais, tendo como mecanismo a linguagem e a argumentação da verdade, da neutralidade e da unicidade do conhecimento produzido.

Ainda, segundo Adorno (1996: 39)

“A própria linguagem conferiu às relações de dominação a universalidade que ela própria assumiu enquanto meio de comunicação de uma sociedade burguesa (...) Quanto mais crescia o poder social da linguagem, mais supérfluas tornavam-se as idéias para fortalecê-lo, e a linguagem da Ciência lhes deu o golpe de misericórdia...”

Como se vê, para Adorno, a ciência está muito longe de apresentar uma organização baseada nos imperativos institucionais sugeridos por Merton. Ela não apenas viabiliza uma injustificável do ponto de vista da justiça social e do humanismo a extração do excedente de trabalho. Ela colabora para o obscurecimento desta situação de exploração através de um conteúdo ideológico ainda mais sutil e subliminar do que outros elementos legitimadoras da coerção do capital que integram a superestrutura do capitalismo.

A ciência enquanto linguagem é destacada por Adorno (1996:40) em outro trecho:

“Na imparcialidade da linguagem científica o desprovido de poder perdeu completamente a força de expressão e só o subsistente encontra seu signo neutro. Tal neutralidade é mais metafísica do que a própria metafísica.”

A linguagem científica, enquanto técnica de dominação, pode quebrar a possibilidade de contestação e da proposição de alternativas científicas. A voz de um cientista em seu campo de trabalho equivale a um fato, uma verdade e uma contraposição superior às crenças, às religiões e à própria política. Por isso, o domínio do conhecimento científico transforma as relações sociais e subordina aqueles que não o possuem ou o produzem.

Por outro lado, a ciência possui características específicas que na aparência não são assimiláveis aos valores capitalistas. Algo como uma lógica interna, que lhe garante uma autonomia relativa e até, em algumas

conjunturas políticas e sob Temas que dizem respeito aos privilégios da comunidade científica, independência em relação ao Estado e aos detentores dos meios de produção.

O que abre a possibilidade de que a produção do conhecimento possa ser utilizada em favor de interesses mais amplos e do atendimento das demandas materiais que dizem respeito à melhoria das condições de vida da maioria da população. No entanto, sem cientistas que vocalizem estes interesses, a ciência tenderá a continuar beneficiando os interesses da classe dominante.

De fato, o papel dominante que possui a comunidade de pesquisa no processo decisório da política de C&T no Brasil a torna o ator em melhores condições (se não o único) para iniciar um necessário processo de sua reorientação no sentido de alterar a trajetória da C&T. Utilizando sua autonomia relativa em relação à estrutura capitalista no âmbito de uma política pública específica (no caso da política de C&T) que depende diretamente de sua ação, a comunidade de pesquisa pode determinar uma mudança qualitativa nessa trajetória sem que uma transformação política e econômica estrutural tenha lugar. Ao fazê-lo ela tenderá a transformar sua visão cientificista pelo contato com outros atores (inclusive uma parte significativa da própria comunidade de pesquisa) interessados na materialização de futuro distinto (Dagnino e Thomas, 1998b).

No limite, e ainda que incorrendo num certo voluntarismo, pode ser argumentado que a transformação do modelo da política científica e tecnológica, que pode ocorrer pela via da ação da comunidade de pesquisa - ator hegemônico no processo decisório da C&T -, pode ter um impacto significativo não apenas na apropriação dos resultados da pesquisa pela maioria da população, mas pela significativa inflexão da trajetória da C&T.

Assim, o conceito de ambivalência tecnológica desenvolvido por Feenberg (1991) poderia ser ampliado (e na verdade radicalizado) para a ciência. A apropriação e o redesenho da ciência podem levar a desenvolvimentos em áreas e para utilizações que impliquem em novas trajetórias de inovação. A

ambivalência na C&T caminha portanto, entre a utopia e a resignação, dependendo da capacidade dos atores sociais em modificar os conhecimentos produzidos num dado contexto. Mas mais do que isto, a trajetória de desenvolvimento da ciência pode ser redirecionada, dependendo da capacidade dos atores sociais em interferir no processo decisório da política da C&T introduzindo na agenda interesses relativos a outros segmentos da sociedade.

O que significa que é plausível supor, apesar de existir uma óbvia tendência à irreversibilidade, que a partir de situações em que conhecimentos formulados para outros fins possam ser utilizados para satisfazer a outros interesses inicialmente não contemplados, se possa chegar a alterar significativamente a dinâmica de exploração da fronteira do conhecimento científico e tecnológico.

Essa dinâmica é ditada pelas elites políticas, econômicas e científicas dos países ricos que, via Estado e mercado, colocam sucessivos desafios a um sistema de produção de conhecimento de C&T cada vez mais privatizado, ávido por resultados econômicos e internacionalizado. Por estar baseada numa sinergia entre pesquisa e produção em que as empresas ocupam posição central, gera novo conhecimento cada vez mais rápida e intensivamente incorporado a "novas tecnologias" - informática, química fina, biotecnologia, mecânica de precisão - que conformam novos segmentos produtivos (Dagnino, 1999).

Entretanto, o fato de que estes segmentos passem a ser vistos como tendo uma capacidade intrínseca de difundir inovação leva a que se suponha uma associação estrita entre conhecimento e aplicação produtiva que obscurece a possibilidade de que este possa usado com finalidade distinta daquela para a qual foi concebido ou primeiramente utilizado.

Por outro lado, como essa dinâmica é presidida por países que produzem conhecimento original e o transformam permanente e exemplarmente em inovações que alavancam seu desenvolvimento, tende a ficar obscurecido o fato de que a ciência e a tecnologia são construções sociais, historicamente

determinadas, resultado de um processo onde intervêm múltiplos atores com distintos interesses. E que não é uma mítica busca do avanço do conhecimento universal, mas sim uma teia de relações sociais, que sinaliza áreas de relevância - econômica, social, militar – captados e decodificados pela comunidade de pesquisa, a responsável por um lento e sutil, mas poderoso e abrangente mecanismo de indução da dinâmica tecnológica e científica.

Os projetos de pesquisa e os próprios pesquisadores, quando competem por recursos, já passaram pelo teste - substantivo - da relevância, cabendo aos “pares” o controle - adjetivo - de qualidade, que seleciona os que merecem o dinheiro do contribuinte. O critério de qualidade (mérito, excelência) acadêmica que se afirmou como hegemônico, a ponto de ser utilizado, e entendido como universal, de sentido comum, e definido no âmbito interno à ciência, portanto, é a simples "decodificação" no âmbito da comunidade de pesquisa de um sinal de relevância gerado numa sociedade específica submetida a uma particular correlação de forças políticas.

Não obstante, segue generalizada a idéia ingênua e escapista de que "a ciência não pode ser planejada" e que a adoção de metodologias racionais para a identificação de prioridades de pesquisa através de critérios sócio-econômicos, por distorcer uma pretensa lógica intrínseca, natural e endogenamente determinada, de expansão da fronteira do conhecimento, e por violentar a liberdade acadêmica, tende a embotar a criatividade e a limitar o impacto positivo da ciência.

Alterar o quadro acima supõe reformulações de hipóteses e pressupostos atuais da produção científica que coloquem novas prioridades para sua orientação. A busca de alternativas à produção em larga escala, que favorece a oligopolização e dificulta a existência de produções de pequena e média escalas, que internalize variáveis ambientais e os impactos na saúde do trabalhador e dos cidadãos, no desenho científico-tecnológico, está na raiz de uma nova dinâmica. A exploração de conceitos científicos, relações entre eles, hipóteses de comportamento, questões e polêmicas etc, descartados ao longo

da trajetória até agora seguida e abandonados pela ciência dominante teriam, provavelmente, que ser recuperados e fertilizados por essa nova dinâmica.

Isto é uma tarefa difícil para o MS, pois depende da mobilização de muitos atores sociais. E, dado a distância que existe entre a ciência, que tem como único objetivo a maximização do lucro e da economia de mão-de-obra e aquela que pode atender aos anseios de toda a sociedade isto se complexifica. Mas é um desafio que não pode ser deixado de lado, sob pena de limitar o avanço na construção de uma sociedade mais democrática e equilibrada social e ambientalmente, pela inexistência de desenvolvimentos científicos e tecnológicos que atendam a estes objetivos.

A constituição de uma rede de atores sociais envolvendo o poder público em todos os níveis, movimentos sociais, ONGs, comunidade científica, além de setores empresariais (sobretudo de micro a médios produtores) e pelo MS, é essencial para enfrentar esse desafio. Assim, políticas de resistência e organização sindicais adequadas poderiam permitir que a questão científica e tecnológica entre na pauta de negociação na relação capital-trabalho dando origem ao desenvolvimento e implantação de novas tecnologias coerentes com um projeto econômico e social que leve à melhoria das condições de trabalho e de vida de todos os cidadãos e a redução do impacto ambiental.

A intenção neste capítulo foi buscar uma interlocução entre os estudos sobre a construção social da C&T (seção 1.1) e a literatura marxista que trata do tema da não-neutralidade (seções 1.2 e 1.3) através de uma perspectiva que denominamos “visão de classe” de maneira a formular um marco de referência para a análise da compreensão da C&T pelo MS brasileiro.

No capítulo 2 apresentamos este referencial analítico construído com o auxílio dos elementos discutidos neste capítulo e, como indicado na Introdução, à medida em que o resultado que a pesquisa realizada através de análise de documentos e de entrevistas com lideranças sindicais ia apontando os requisitos que o mesmo deveria atender.

2. UM REFERENCIAL PARA A ANÁLISE DA COMPREENSÃO DA C&T PELO MOVIMENTO SINDICAL

No capítulo 1 tratamos do enfoque desenvolvido pelo campo dos estudos sobre Ciência-Tecnologia-Sociedade que aborda a construção social da C&T, ou seja, as influências dos atores sociais na trajetória do desenvolvimento científico-tecnológico. Tentamos também formular ali, uma orientação (visão de classe) capaz de possibilitar a construção de ferramentas para avaliar o grau de compreensão da C&T pelo MS.

Neste capítulo, tratamos justamente dessas ferramentas para a análise do grau de compreensão da C&T. Chamamos ao conjunto de ferramentas desenvolvido de referencial analítico. Ele se constitui de duas variáveis: as Posturas - ação, proposta e discurso sindical – e os Temas sindicais – precarização e exclusão, subordinação, coerção, consentimento, resistência e organização sindical, e pode ser entendido como uma matriz [3 x 6] que relaciona os “valores” que podem assumir estas duas variáveis [(discurso, proposta, ação) x (precarização e exclusão, subordinação, coerção, consentimento, resistência e organização sindical)].

Nas seções que seguem apresentamos primeiro as Posturas sindicais frente à C&T e depois os Temas sobre os quais elas se expressam (expostos na seção 2.2.) que através do seu “cruzamento” permitem a análise da compreensão da C&T pelo MS apresentada no capítulo 3.

2.1. Posturas Sindicais

As Posturas sindicais frente à C&T não são facilmente percebidas. Há uma tendência de reduzir o que chamamos de Posturas do MS a apenas um de seus elementos (ou, segundo nossa denominação, variáveis), o discurso sindical. No entanto, a pesquisa de campo mostrou que isto seria insuficiente para a análise da compreensão da C&T pelo MS. O discurso sobre o tema C&T revela apenas parte das dimensões dessa compreensão. Por exemplo, o MS pode não possuir um discurso concatenado e crítico sobre a C&T, mas apresentar propostas e ações na luta sindical cotidiana. Da mesma forma, a

existência de um discurso explicitado coerentemente não garante ação e/ou proposição relacionadas ao Tema sobre o qual ele se refere.

O diagrama 2.1 abaixo mostra as características da Postura sindical e sintetiza o conteúdo tratado a seguir.

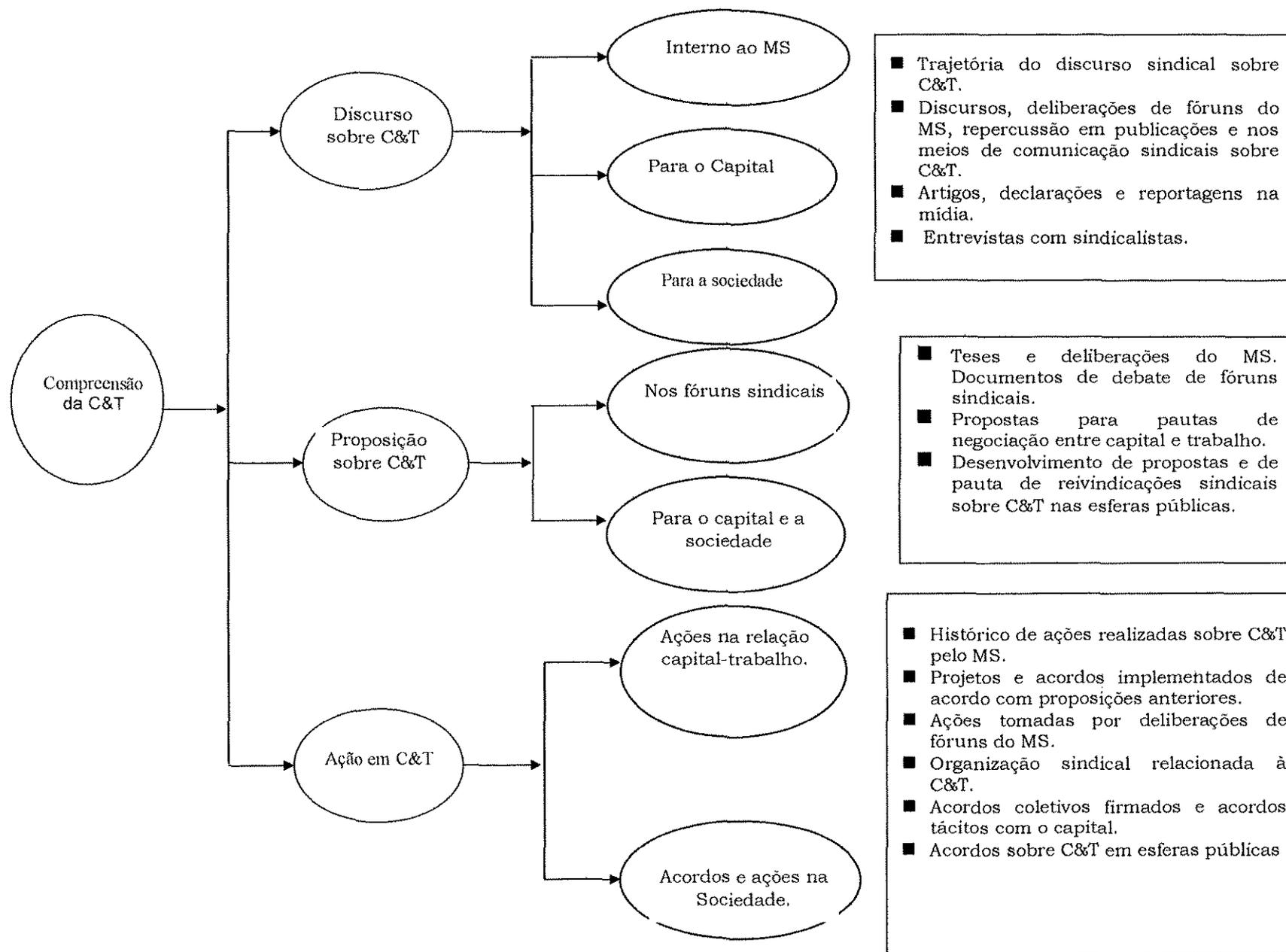


Figura 2.1. - Diagrama de posturas sindicais frente à C&T

As Posturas sindicais são um dos elementos que utilizamos para revelar o grau de compreensão da C&T por uma organização sindical (o termo é utilizado no âmbito deste trabalho para designar não apenas organizações, propriamente ditas, mas outras instâncias, como lideranças sindicais, etc, relacionados à vida sindical). Elas são diversificadas e exigem uma pesquisa sobre diversos aspectos relacionados a questões organizativas, políticas e de formação sindical. De acordo com nossa proposta, elas devem ser pesquisadas através de uma análise cruzada que relaciona cada uma das Posturas com os Temas sindicais, tendo como “pano de fundo” a visão de classe construída no capítulo 1.

As Posturas que se manifestam em discursos expressos em fóruns sindicais, em negociações capital-trabalho e pelos meios de comunicação (boletins e publicações sindicais, jornais, revistas, vídeos, entre outros); em proposições formuladas pelo MS por meio de pautas de reivindicações e em teses/resoluções; e por ações, como negociações envolvendo o capital, o Estado, a comunidade acadêmica, entre outros atores, relacionadas à C&T. A seguir se apresenta cada uma das Posturas.

2.1.1. Discurso Sindical

O discurso sindical é a Postura mais perceptível para a compreensão da C&T pelo MS. A pesquisa acerca do discurso relaciona-se a declarações de sindicalistas em fóruns do MS, artigos e opiniões expressas através dos meios de comunicação (sindicais ou não) e documentos sindicais (publicações, teses e resoluções). O discurso também pode ser pesquisado através de entrevistas com lideranças sindicais (algumas das entrevistas realizadas nesta pesquisa se encontram nos anexos).

Como já ressaltado, a análise do discurso sindical apresenta um resultado que apenas parcialmente indica as Posturas do MS sobre os Temas sindicais. Ou seja, não se pode depreender diretamente a compreensão da C&T somente pelo discurso, sem observar as duas outras Posturas: a proposição e a ação.

2.1.2. *Proposição Sindical*

A proposição sindical é uma Postura associada à resistência sindical que pode ser considerada como uma contraposição à coerção e ao consentimento feitos pelo capital. Ela, em geral, extrapola o discurso. Trata-se da formulação de uma proposta (ou de um conjunto de propostas) que pode levar à negociação entre os atores sociais. No campo da C&T ela pode apresentar uma contrapartida às estratégias gerenciais de inovação. Ela pode revelar uma intervenção política do MS na esfera da C&T.

O conteúdo da proposição sindical depende da correlação de forças entre os interlocutores. Ou seja, ela não significa necessariamente um avanço para a classe trabalhadora. Na relação capital-trabalho, a proposição pode significar um recuo organizado dos trabalhadores, com a aceitação da pauta empresarial sobre a introdução de uma dada inovação e a negociação de prazos, seções atingidas e outras condições em troca da garantia do consentimento do trabalho organizado, em caso de situação desfavorável. No limite pode ocorrer o abandono de uma visão de classe, com o consentimento ativo e a reafirmação da hegemonia do capital, com a obtenção de vantagens mínimas para os trabalhadores e o MS. No entanto, pode-se elaborar uma pauta de reivindicações sindicais sobre C&T que represente avanços frente à classe empresarial.

A proposição pode ser entendida como uma etapa mais aprofundada do que a Postura de simples discurso, pois pode remeter a uma disputa de hegemonia. Como se pode verificar historicamente, a proposição sindical isoladamente não é capaz de determinar uma transformação do modo de produção capitalista. Esta depende das outras Posturas e de uma ação global de outros atores sociais, em um nível ético-político. No entanto, propicia ao MS uma maior influência sobre a trajetória de desenvolvimento da C&T, possibilita alternativas mais democráticas e equilibradas para os trabalhadores-cidadãos e fortalece a luta de classes.

A proposição pode se apresentar de forma implícita e explícita. Explicitamente, apresenta-se verbalizada ou documentada, apresentando

diretamente o que o MS reivindica ou negocia. Materializa-se a partir de declarações, negociação de pautas e acordos coletivos (legais ou tácitos) sobre introdução de novas tecnologias no espaço produtivo. Publicações sindicais, posicionamentos de dirigentes do MS e a participação em uma rede de atores sociais podem ser indicadores de utilização da proposição em uma variante corretiva ou preventiva na ação sindical.

A proposição implícita é uma forma indireta que utiliza o MS para apresentar suas propostas. Ela pode ocorrer quando se estabelece um acordo tácito entre os interlocutores (capital-trabalho-Estado) sem que a negociação se apresente abertamente. Ela está relacionada ao conceito de Burawoy (1979), “fazer parecer” (“making out”), denotando formas de resistência do trabalhador às normas impostas, em que são criados mecanismos contra a exploração. Consistem, por exemplo, em práticas que aumentam a porosidade do tempo, que permitem que normas, procedimentos e regras sejam efetivamente rompidas no processo de trabalho. A proposição implícita possui caráter informal e por razões óbvias só aparece em relatos, entrevistas e avaliações de observadores.

A proposição pode ser corretiva ou preventiva. A proposição corretiva refere-se à exigência de modificações devido aos efeitos nocivos para os trabalhadores quando as conseqüências negativas já ocorreram e obrigam a uma resposta do MS que procure minorar os impactos ou eliminá-los, apresentando alternativas técnicas.

A proposição corretiva está associada a pautas de negociação mais imediatas (reajustes salariais, melhoria das condições de trabalho, resolução de problemas de saúde ocasionados pelo trabalho), que possibilitam resolver problemas causados pelas inovações, visando a manutenção de direitos ou a melhoria das condições de vida do trabalhador. Está associada a uma visão econômico-corporativa, em que são colocadas questões emergenciais e quando as conseqüências para os trabalhadores podem ser claramente visualizadas.

A proposição preventiva procura se antecipar às possíveis inovações a serem implantadas, apresentando alternativas mais favoráveis aos

trabalhadores e/ou à sociedade. Em geral está relacionada a comparações feitas pelo MS com técnicas e modelos tecnológicos/gerenciais existentes em outras empresas, regiões ou países, em geral através do intercâmbio sindical. Esta proposição procura uma interferência do MS na trajetória inovativa e depende da capacidade da organização sindical para formular alternativas científico-tecnológicas para a organização produtiva.

A proposição preventiva pode estabelecer pautas que exijam discussões mais aprofundadas, extensas e abrangentes (políticas de desenvolvimento econômico, social, ambiental, setorial e regional, de negociação sobre implantação de novas tecnologias, reestruturação industrial e produtiva, entre outras), em que podem ser colocadas as questões da autonomia e da cidadania no interior do setor produtivo e mesmo a disputa de hegemonia. Este momento da luta sindical pode portanto associar uma dimensão econômico-corporativa a uma dimensão ético-política e pode permitir que o conceito de ambivalência (desenvolvido em 1.3.) seja praticado na negociação.

Ela pode, portanto, permitir a adoção de inovações que possuam, em sua constituição, hipóteses construtivas que levem em conta as questões social, ambiental e, mais genericamente, democrática. O interesse pelo conhecimento prévio acerca do processo de adoção de novas tecnologias e a negociação posterior são contrapontos propositivos à iniciativa do capital essenciais para colocar em pauta reivindicações de mais longo prazo do MS e de outros atores sociais. Se esta proposição for bem sucedida, pode-se ter como resultado uma inovação tecnológica que não tenha como único objetivo o lucro, mas que contemple os interesses dos trabalhadores e da sociedade.

2.1.3. Ação sindical

A ação sindical é uma Postura que expressa a compreensão da C&T através da prática sindical concreta. Ela, em geral, revela existência de um tratamento relativamente sofisticado da C&T nas relações internas ao MS e frente a outros atores sociais. Ela tende a ser mais conseqüente do que as Posturas anteriormente analisadas. Idealmente falando, ela é o resultado da transformação de um discurso em uma proposta e da criação das condições

necessárias para sua posterior concretização em atos, negociações e acordos relacionados à C&T. Pode, portanto, ser fruto da evolução de um discurso para uma proposição e, por fim, para uma ação. Greves, paralisações, negociações e acordos são exemplos desta Postura do MS.

A ação sindical pode, também, ser implícita ou explícita. A ação implícita se relaciona indiretamente a questões científico-tecnológicas. Por exemplo, ações de resistência à legislação trabalhista, previdenciária, políticas de saúde e educação, infra-estrutura (rede e sistema de transportes, energia e recursos naturais, moradia, serviços, públicos, etc) e o meio ambiente. Elas permitem, entretanto, identificar a percepção do MS e a relação entre o tema C&T e o objetivo da ação.

A ação sindical explícita se exemplifica em manifestações (resistência, boicotes, operações-padrão, greves, paralisações), acordos coletivos, setoriais, regionais e nacionais relacionados à C&T. Realização de congressos, assembléias, seminários, entre outras atividades sindicais também se encaixam nesta Postura.

2.2. *Temas sindicais*

Os Temas Sindicais são a outra variável que compõe o referencial analítico proposto – a “matriz” que combina Posturas e Temas – para identificar as concepções de C&T que norteiam a luta sindical. Por isto, seu significado pode ser melhor entendido a partir do conceito de Posturas sindicais percebidas no ambiente relacionado à C&T. As Posturas se dão em torno ao que denominamos, na falta de melhor palavra, Temas sindicais. Eles são um misto de valores, julgamentos, atitudes e posicionamentos e práticas que são veiculados cada vez que o MS se expressa, através de Posturas sindicais, sobre C&T.

Os Temas sindicais não são “assuntos”, embora possam aparecer materializados sob esta forma. Talvez possam ser mais adequadamente entendidos como “espaços cognitivos” nos quais as Posturas de alguma forma se manifestam e podem então ser captadas por um observador. As posturas, por serem construções tangíveis – publicações, documentos, filmes -, atos

políticos – greves, negociações – ou manifestações verbais – discursos, entrevistas, passíveis de serem captadas por um observador, podem ser então entendidas como os “canais” pelos quais fluem os Temas.

Os Temas sindicais se depreendem da experiência histórica concreta do MS e respondem a sua visão classe, isto é, à influência teórica e política a que está submetido o MS. O marxismo está presente em toda a história do MS, e possui grande importância no movimento dos trabalhadores em nível internacional desde o século XIX e é significativa a sua influência teórica na política e na cultura sindical. É por esta razão que ao abordar os Temas sindicais o fazemos situando-os com algum detalhe dentro do debate estabelecido entre o marxismo e as manifestações de defesa do capitalismo e da acumulação do capital.

Assim, não é apenas a maneira como o MS trata os assuntos que encontramos como recorrentes em nossa pesquisa o que denota uma orientação ideológica característica do MS. A ocorrência destes assuntos em si (o fato de serem os que recorrentemente se apresentam, e que destacamos, e não outros) já é um indicativo desta orientação.

Os Temas que consideramos relevantes para compor o referencial analítico são:

1. precarização e exclusão (emprego e desemprego);
2. subordinação;
3. coerção;
4. consentimento;
5. resistência sindical;
6. organização sindical;

Eles estão apresentados a seguir de uma forma que procura mostrar, mais do que seu significado propriamente dito (o que seria o aconselhável se se tratassem de “assuntos”), o modo como são percebidos ou interpretados pelo MS. Isto é feito de maneira muito distinta daquela usada para apresentar as Posturas Sindicais, referindo cada Tema ao contexto formado pela experiência histórica e a influência teórica e política do MS. Para isto, em muitos casos, se

retomam conteúdos apresentados no capítulo 1 desenvolvendo-os com o objetivo de explicitar, através do “cruzamento Tema x Postura”, a avaliação do grau de compreensão do MS sobre C&T.

Como ficará claro em seguida, a ordem de exposição dos Temas não é casual: cada um deles coloca os elementos necessários para que o seguinte possa ser cabalmente entendido. Eles, além disto, guardam entre si uma relação próxima àquela que se verifica entre as três Posturas, no sentido em que, a partir do segundo, denotam (embora também neste caso, não necessariamente) algo como um “crescendo”. Assim, neste caso, poder-se-ia pensar, ainda que incorrendo no risco de adotar um pensamento linear numa seqüência subordinação, coerção, consentimento, resistência sindical e organização sindical. Cada Tema seria um “estágio” de um processo de (crescente) tomada de consciência da classe trabalhadora de sua condição de “classe para si” que, finalmente, levaria à sua organização como MS em uma rede de atores sociais.

Já o primeiro Tema - precarização e exclusão (emprego e desemprego) - deve ser entendido como uma “solução de compromisso”. É um misto do que conceituamos acima como Tema (precarização e exclusão) e o que denominamos, como usualmente, “assunto” (emprego e desemprego). Sua inclusão, desta forma, no referencial proposto, se deve à dificuldade encontrada, dada ao modo como eles aparecem veiculados pelas Posturas sindicais no material pesquisado, em dissociar os dois elementos.

2.2.1. Precarização e Exclusão Social (Emprego e Desemprego)

Como vimos no capítulo anterior, a venda da força do trabalho ao detentor dos meios de produção é uma característica do modo de produção capitalista. Os modos de produção que historicamente o precederam (asiático, grego, romano, asteca, maia, feudal) diferem do capitalismo na forma como o trabalho excedente gerado era apropriado pela classe dominante. Algumas características do sistema capitalista, como o fim da escravidão, a separação entre Estado e religião e a propriedade privada dos meios de produção, tornaram o trabalho monetariamente remunerado e o emprego uma regra.

Bryan (1992:370) trata da venda da força de trabalho em termos do sistema de salário da seguinte forma:

“Desde o início do sistema do salariedade os capitalistas utilizam formas de pagamento diferencial de salário, como pagamento por peça e suas formas derivadas com prêmios e multas, conforme a produção do trabalhador situa-se qualitativa ou quantitativamente acima ou abaixo de um de um certo nível arbitrado como normal.”

A influência do desenvolvimento científico e tecnológico sobre as condições de trabalho e o emprego é um dos Temas sindicais que mais interessa ao MS. No que respeita à primeira, a diminuição de funções de alta insalubridade e que exijam maior formação educacional e profissional, sejam melhor remuneradas e que, conseqüentemente, aumentem a satisfação do trabalhador; melhoria da qualidade de vida, proporcionada por novas tecnologias presentes na casa do cidadão-trabalhador, nos meios de transporte, no lazer e na cultura etc contribuem para que o MS adote uma visão positiva da C&T. No que respeita à segunda, a situação é menos consensual.

Em contextos e conjunturas de crescimento econômico (setorial, regional, nacional e/ou mundial), o MS pode não perceber os efeitos das inovações sobre a estrutura de emprego pelo MS, já que a abertura de novos postos de trabalho contrabalança a supressão de outros. Neste caso, em que ocorra um relativo pleno emprego, o aumento salarial, a melhoria das condições de trabalho e outras questões como a melhoria da qualidade de vida e a democratização na esfera pública e produtiva podem tornar-se prioritárias na pauta de reivindicações do MS.

No entanto, a mudança tecnológica pode atingir certas funções profissionais obsoletas, culminando no remanejamento ou em demissões em massa. Esta situação de instabilidade gera processos de frustração, desamparo, impotência, de grande impacto na vida do desempregado, como aponta Rosa (1994). Aumenta a insegurança e a perplexidade em função das

aponta Rosa (1994). Aumenta a insegurança e a perplexidade em função das novas qualificações exigidas pela introdução de tecnologias para os que mantêm o seu emprego e que não conseguem mais a ele se adaptar.

O desemprego que acompanha os grandes “saltos” tecnológicos, tais como as revoluções industriais, podem resultar em reações diversas dos trabalhadores e do MS.

Segundo Leite, (1994:239):

“eles geram nos trabalhadores um misto de medo e fascinação frente às novas máquinas”.

Marx cita um movimento organizado - o luddita - que resistiu à adoção de máquinas nos séculos XVIII e XIX e que realizou ações de resistência explícita extrema, de destruição e sabotagem de máquinas, que na sua visão provocavam o desemprego em massa.

Os saltos tecnológicos ocorridos no capitalismo tiveram, entretanto, impactos econômicos, sociais e culturais irreversíveis. Destes, foram mais abordados os aspectos econômicos e a disputa concorrencial através do aumento da produtividade e da substituição do trabalho vivo, que em muitas ocasiões resultaram em monopólios e oligopólios. Eles ocasionaram, entretanto, períodos de crises sociais de grande proporção.

Marx (Marx, 1985, Vol. 2: 49) assim descreve o impacto social da 1ª. Revolução Industrial:

“O meio de trabalho mata o trabalhador. Esta antítese direta aparece, no entanto, de maneira mais evidente sempre que a maquinaria recém-introduzida concorre com a produção artesanal e manufatureira tradicional. Dentro da própria grande indústria, no entanto, o aperfeiçoamento constante da maquinaria e o desenvolvimento do sistema automático têm efeitos análogos.”

O impacto negativo da tecnologia para os trabalhadores observado por Marx demonstra a importância que o desemprego e a exclusão social podem assumir para o MS em contextos de mudança tecnológica. O autor mostra como a máquina substituindo o trabalho vivo e aumentando a mais valia

relativa torna o trabalhador descartável. Na origem e potencialização deste processo, o desenvolvimento científico-tecnológico seria a causa do desemprego e da exclusão de trabalhadores do mercado de trabalho devido à subordinação total, que não só retirou do trabalhador a visão global do processo produtivo mas lhe destituiu a capacidade de se adequar às mudanças técnicas.

Como afirma Marx (1985:Vol. 2, 46 e 47):

“Onde a máquina se apodera paulatinamente de um setor da produção, produz miséria crônica nas camadas de trabalhadores que concorrem com ela. Onde a transição é rápida, seus efeitos são maciços e agudos.”

Hoje, as mudanças geradas pelo novo modo de regulação capitalista na estrutura do emprego - a flexibilização dos direitos trabalhistas e a reestruturação produtiva - são simultâneas ao aumento da eficiência e da produtividade (Bresciani, 1996). Eles levam à redução de pessoal devido a mudanças das relações sociais de produção que pode levar a um ciclo de introdução de inovações, demissões e de intensificação do trabalho, aumento do lucro e possibilitando mais inovações, que geram mais acumulação do capital e mais desemprego.

Como cita Mattoso (1995:79):

“Alguns dos efeitos deste processo de reestruturação (substituição de antigos insumos por novos materiais; informatização, automação e robotização; flexibilização e terceirização da produção; reconcentração de capitais e constituição de blocos de países), produzidos nas condições da modernização conservadora e com a ruptura do compromisso keynesiano, terminaram por destruir muitos empregos em pleno período de expansão econômica.”

A questão do desemprego, da precarização e da exclusão do mercado de trabalho em função da introdução de inovações, se mantém, entretanto, como uma questão controversa. Kern e Schumann (1989) defendem que as inovações também criam novos tipos de empregos com maior nível de qualificação. Logo, podem gerar um ciclo de crescimento da atividade

econômica e de aumento de empregos. Isto sem contar com o aumento gerado em outras áreas de atividade econômica e na abertura de novas funções.

No entanto, dados sobre o desemprego aberto em nível internacional nos últimos 25 anos contrariam a tese de que novos tipos de postos de trabalho contrabalançariam os extintos pelas inovações. Nos países desenvolvidos com forte regulação social e acesso às inovações científico-tecnológicas, como a União Européia e o Japão, a precarização, a exclusão e até o desemprego têm sido crescentes. Nos EUA, apesar do crescimento econômico que provocou uma redução do desemprego nos anos 90, houve flexibilização das relações trabalhistas e o aumento do número de pessoas com mais de um emprego, ou seja, com intensificação do trabalho (Pochmann, 2000). O desemprego aumentou no mundo nos anos 90 e principalmente nos países subdesenvolvidos, que passaram a ser responsáveis pela maior parte do desemprego aberto devido à concentração de capital internacional e à “exportação” de empregos para os países desenvolvidos⁵.

É claro que não se pode desconsiderar outras causas para o aumento do desemprego, da precarização e da exclusão, como crises econômicas setoriais, regionais e nacionais, mas as inovações devem ser entendidas como a mais importante causa estrutural. A introdução de inovações sem ação de mecanismos de controle social sobre a apropriação de excedentes e sobre o desenho da C&T pode levar a mais desemprego, precarização e exclusão do que novos empregos, dado que as regras concorrenciais do livre mercado capitalista buscam sempre o aumento da produtividade e do lucro e, portanto, a redução da mão-de-obra. Isso pode levar, como crescentemente se denuncia em todo o mundo, ao horror econômico, à barbárie social e ao aumento da violência contra os excluídos (Forrester, 1997).

⁵ Atualmente, por exemplo, o Brasil ocupa o 3º. lugar em número absoluto de desempregados (Pochmann, 2000: 12). Isso deve ter ocorrido devido ao processo de globalização econômica, à abertura comercial internacional e pela utilização de novas tecnologias mais eficientes no 1º Mundo.

A insegurança do trabalhador decorre da introdução de técnicas e políticas que aumentam a possibilidade de seu descarte do mercado de trabalho, fragilizando a capacidade de defesa dos seus direitos, o que reforça ainda mais sua subordinação ao capital. A generalização da insegurança é um dos principais mecanismos de coerção sobre o trabalhador que chega até mesmo a ameaçar o MS como forma legítima de representação.

Esta situação é assim sintetizada por Mattoso (1995: 77-109):

“insegurança no trabalho: insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e insegurança na representação do trabalho”.

O fim de determinadas funções na produção devido a introdução de inovações constitui-se numa preocupação crescente do MS. Este tipo de redução de pessoal interfere duplamente na força política do sindicalismo, pois a base representada e as contribuições sindicais diminuem. Isto pode até levar à radical perda de capacidade organizativa e de representação coletiva dos trabalhadores, à perda da credibilidade do MS, podendo-se chegar à quebra da solidariedade laboral, com adoção de negociação individual, entre trabalhador e empresa.

Esse processo já era apontado por Marx (1985:51):

“A maquinaria não atua, no entanto, apenas como concorrente mais poderoso, sempre pronto para tornar trabalhador assalariado ‘supérfluo’. Aberta e tendencialmente, o capital a proclama e maneja como uma potência hostil ao trabalhador. Ela se torna a arma mais perigosa para reprimir as periódicas revoltas operárias, greves, etc, contra a autocracia do capital.”

Por outro lado, a diminuição do poder dos sindicatos pode ser apontada como uma das possíveis “técnicas” utilizadas para a implantação de novos sistemas produtivos. Coriat (1995) descreve como a constituição do padrão “japonês” de organização do trabalho fragmentou e enfraqueceu os sindicatos japoneses, levando à formação do sindicato por empresa (no caso, da Toyota) e à submissão dos trabalhadores aos interesses empresariais. Mattoso (1995)

também aponta esta questão, ao descrever o rearranjo sindical internacional frente à introdução de novos métodos de organização do trabalho.

Entretanto, para Leite (1997), Comin, Cardoso e Campos (1997) existem aspectos positivos. Há casos de sindicatos que atuaram criticamente frente às inovações e que se fortaleceram devido a um maior estreitamento das relações entre os trabalhadores remanescentes que, em geral são mais qualificados, maduros, com maior tempo de emprego e de educação e politicamente mais conscientes. O aumento da capacidade e do poder de intervenção do MS sobre a tecnologia incorporada pelo capital, e de um ganho em termos de sua capacidade de resistência e organização em diversos aspectos do cotidiano do trabalho e da luta sindical é uma possibilidade a explorar.

2.2.2. *A subordinação*

O conhecimento do processo produtivo pelo trabalhador direto já foi muito maior do que o que se verifica atualmente no capitalismo. Os artesãos, trabalhadores independentes que produziam sem que houvesse a extração da mais valia, conheciam todas as etapas de produção, desde a compra da matéria-prima até a venda do produto acabado. Isso possibilitava uma autonomia sobre todas as funções produtivas, que eram por eles exercidas. A tecnologia e os meios de produção envolvidos em seu trabalho eram seus, os conhecimentos adquiridos eram de sua propriedade e só eram transferidos de acordo com os seus interesses.

A organização voluntária do trabalho individual de trabalhadores livres transformou-se em muitos casos em formas de cooperação simples (Marx, 1985). Elas possibilitaram ganhos de escala em relação ao trabalho executado individualmente devido à menor utilização de recursos materiais e físicos por unidade de produto, que passaram a ser de propriedade comum.

A manufatura - forma característica de produção capitalista - possui sua base técnica nas corporações de ofício, onde os antigos artesãos independentes se reuniam em um mesmo local de trabalho. Marx (1985) descreve algumas das mudanças no processo de trabalho naquele período de consolidação do capitalismo que deram origem à cooperação simples e, depois,

sob à égide do modo de produção capitalista à manufatura. Esta se inicia com a divisão do trabalho em funções específicas e operações segmentadas, que abre caminho para a radical modificação das relações técnicas de produção que significou a introdução da maquinaria. O trabalhador passou a executar uma parcela do processo que anteriormente desempenhava e concebia como um todo, em movimentos decompostos, simplificados e repetitivos.

A venda da força de trabalho ao proprietário dos meios de produção é a característica mais relevante das relações sociais constituídas no capitalismo. De produtor, o trabalhador passa a vender o seu trabalho, por ter sido expropriado dos recursos materiais necessários para confeccionar o produto final, ao longo de um processo histórico relativamente longo: a transição do feudalismo para o capitalismo. E, posteriormente, por ter perdido enquanto indivíduo a capacidade de conhecer a totalidade do processo de trabalho: no capitalismo, só o produto comum dos trabalhadores parciais transforma-se em mercadoria (Marx, 1985).

A subordinação do trabalhador torna-se mais intensa a partir do novo impulso dado pelo fordismo-taylorismo à introdução de tecnologia incorporada em máquinas e em métodos de gestão da força de trabalho, isto é, com a consolidação de um paradigma técnico-econômico cuja cabal exploração se prolonga até o final deste século.

O aumento da complexidade da tecnologia tende a reduzir a qualificação necessária para o trabalhador e aumentar o divórcio entre concepção e execução (Braverman, 1981). A segmentação e a especialização excessivas, ao tornar desnecessário o conhecimento do trabalhador sobre as diversas fases da produção torna-o menos autônomo e mais “descartável”. O homem pode virar um apêndice da máquina, um “apertador de botões”, um simples elemento da produção.

A divisão do trabalho em postos fixos, com a conseqüente fragmentação da qualificação profissional, e o impedimento que o MS possa tomar conhecimento prévio das inovações acentuam a alienação e a subordinação. Isto não significa que a especialização do trabalhador não crie profissionais

qualificados, em áreas como manutenção, programação e análises de sistemas informatizados e operação de máquinas especiais, entre outros exemplos atuais, mas tende, em geral, a desqualificar funções a movimentos simples e rotineiros em outros casos, aumentando a rotatividade da mão-de-obra.

As contínuas mudanças qualitativas nas relações sociais de produção impostas pela utilização de novas máquinas e métodos de organização da produção - das quais a especialização flexível (Piore & Sabel, 1982) é um marco contemporâneo importante - exigem do trabalhador novos conhecimentos, o que pode levar à sua qualificação. O ritmo, a intensidade, a cognição e a forma de trabalho podem ser alterados, exigindo polivalência e conhecimento um pouco mais abrangente do processo de trabalho, como é o que hoje, em muitos casos, ocorre. Pode exigir, portanto, um nível de educação formal e técnica maior.

As novas formas de organização da produção, sobretudo aquelas inspiradas nas técnicas e métodos japoneses, podem diminuir a separação entre concepção e execução pois utilizam qualidades mais próximas ao trabalho intelectual. Mas o conhecimento do trabalhador fica limitado ao seu local de trabalho. Seu conhecimento sobre a maneira de produzir, para não dizer o relativo às políticas e estratégias comerciais, financeiras, mercadológicas da empresa, ou de introdução de novas tecnologias, tendem a se manter fora de seu acesso. Pode não se alterar significativamente a informação sobre mudanças que serão introduzidas no processo de trabalho.

O porte da empresa e a sua função na cadeia produtiva também influenciam o nível de qualificação exigido. Empresas de grande porte tendem a demandar um nível de qualificação maior, com menor rotatividade e uma subordinação mais formal neste novo contexto (Consoni, 1998; Gitahy e Bresciani, 1998). Nestas empresas, o MS pode atenuar o processo de subordinação, a partir da ação sindical frente à questão tecnológica. Empresas de pequeno e médio porte, como as fornecedoras e prestadoras de serviço para as grandes, tendem a ter níveis de qualificação mais baixos (Consoni, 1998). Nestas, a tendência é uma maior rotatividade, precariedade do trabalho (nível

salarial baixo, direitos e benefícios inferiores aos encontrados nas grandes empresas) e uma menor exigência de qualificação. Nelas, a relação capital-trabalho tende a ser mais conflitiva, acentuando a subordinação.

Ações e proposições sindicais sobre o acesso à formação educacional e técnica, à requalificação profissional, à formação sindical e a preocupação em obter informações prévias à implantação de inovações, além do interesse demonstrado pelo conhecimento das políticas produtivas, comerciais, financeiras e mercadológicas, indicam a valorização do conhecimento sobre o processo de trabalho para a luta sindical.

2.2.3. *Coerção*

A coerção é uma forma de exercício de poder da classe dominante que visa o cerceamento à liberdade de locomoção, de expressão, de práticas e de comportamentos dos indivíduos, grupos e classes sociais subalternas, com o uso da força (política, econômica, militar, moral e/ou legal). Ela pode ser considerada como um dos pilares de consolidação dos modos de produção vividos pela humanidade. Ponce (1979) relata processos em que ações autoritárias, reguladoras e punitivas foram usadas para a manutenção da disciplina, da hierarquia, do ritmo de trabalho, da produtividade e da eliminação da resistência dos oprimidos.

Na antiguidade, a consolidação de sociedades que utilizaram a escravidão como motor da atividade econômica (Ponce, 1979) demandou o estabelecimento de uma relação de poder de uma classe sobre outra. A separação entre organizadores do processo de trabalho (cada vez mais exploradores) e executores (cada vez mais explorados) exigiu mecanismos de coerção que sustentassem a acumulação privada de recursos materiais, culturais e de conhecimento. Sanções de todos os tipos (advertências, humilhações e torturas), ameaças, imposições de regras e leis e até a morte são exemplos da utilização da coerção enquanto técnica. Elas estão presentes em diversas civilizações, como na Grécia e Roma antigas e na idade média, com a exploração dos servos pelos senhores da terra.

Mas a hegemonia da classe dominante não se sustenta somente pelo uso da força física. As civilizações que utilizaram o trabalho escravo ou servil como base econômica não poderiam ter logrado legitimar-se somente com a violência e a opressão. A queda da produtividade e da qualidade dos serviços e das mercadorias em ambientes exclusivamente autoritários tornaram a educação um instrumento fundamental para a legitimação da classe dominante.

A educação coercitiva do corpo e da mente para a extração do trabalho excedente é utilizada desde a antigüidade para a manutenção da ordem sócio-econômica. Segundo Ponce (1979), a educação em uma sociedade de classes visa destruir os vestígios de qualquer tradição inimiga, consolidar e ampliar a sua própria situação de classe dominante e prevenir uma possível rebelião das classes dominadas.

Já para Gramsci, o processo pedagógico é o que assegura o poder construído e exercido pela classe dominante. Segundo ele (1991a: 37):

“toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica”

O que significa dizer que as relações pedagógicas existentes entre as classes (dominante e dominadas) são essenciais para a manutenção e o fortalecimento da ordem estabelecida.

Assim, embora a coerção tenha como objetivo assegurar condições de extração do excedente gerado na produção, e portanto se manifeste de forma mais direta e explícita no local em que esta ocorre, necessita que, no ambiente social mais amplo, se constituam e institucionalizem outras formas de coerção que, legitimando-a, a viabilizem.

Ainda sem entrar a considerar a situação específica do modo de produção capitalista, que é a que nos interessa propriamente, é possível ainda de forma genérica estabelecer uma taxinomia que, admite, a princípio, quatro categorias.

São elas:

- interna (ao local de trabalho) e explícita (que se efetiva mediante o emprego ou a ameaça do emprego da força);
- interna e implícita (que se efetiva mediante o uso não declarado da força, de ameaças veladas e/ou tácitas);

- externa (no ambiente social mais amplo) e explícita;
- externa e implícita.

Como se depreende da classificação, todas elas dizem respeito a uma ação – de coerção – realizada pela classe (ou agente) dominante sobre a subalterna, sem que se entre em considerações sobre como esta atua frente à coerção (se de forma consciente, ou inconsciente; resistindo ou aceitando).

Ambos os tipos de coerção – interna e externa ao local de trabalho – possuem, por assim dizer, duas faces que, igualmente, se relacionam, complementam e viabilizam mutuamente. Embora a fronteira entre elas freqüentemente não possa ser claramente visualizada, e é sempre um objetivo óbvio da classe dominante obscurecê-la, é possível – e imprescindível para investigar as relações sociais que se estabelecem no âmbito de cada modo de produção –, separá-las. A primeira face é a que se efetiva mediante o emprego ou a ameaça explícita do uso da força; a denominamos coerção explícita. A segunda face é a que se efetiva mediante a utilização de implícita da força, da influência velada e tácita do dominante; a denominamos coerção implícita.

Em relação aos modos de produção anteriores, no capitalismo, a coerção assume novas formas e uma combinação muito mais sofisticada das quatro categorias, muito mais eficazes e sutis. Elas são utilizadas para controlar e manter o novo modo de produção e a hegemonia da nova classe dominante, a burguesia.

Hobsbawn (1986) aponta como resultados da 1ª Revolução Industrial, a utilização de mecanismos que permitem o aumento da regularidade e da monotonia do trabalho, necessários para que possam ser produzidos bens e mercadorias: a tirania do relógio e do tempo, o aumento da disciplina por meio de multas, prisões, salários baixos e em alguns casos, o aumento da jornada de trabalho.

A apropriação do local de trabalho como espaço privado, onde ocorre a subordinação formal do trabalho ao capital. A coerção interna diferencia-se da externa em mecanismos. Ela garante que a disciplina compatível com as especificidades do trabalho na fábrica, onde a cidadania é sensivelmente

reduzida, seja aceita como legítima. O local de trabalho é um ambiente moldado de acordo com o objetivo da maximização do lucro e da produtividade do trabalho, com regulamentos, regras e deveres que devem ser cumpridos sob pena de sanções. É onde se dá o exercício do autoritarismo gerencial (Maroni, 1982). A partir de normas e regras de conduta que visam a intensificação do trabalho, a “pacificação” (ou passivação) dos trabalhadores se reforça as regras do jogo da vida social (Burawoy, 1979).

É no local de trabalho que a punição por insubmissão alcança sua plenitude. Medidas como o corte de salários, eliminação de direitos e benefícios, aumento do controle gerencial, humilhações, demissão (ou sua ameaça), terceirização, controle hierárquico severo e intensificação do trabalho são instrumentos coercitivos que constroem a disciplina normalizadora dos corpos (Foucault, 1979). No entanto, ela só se viabiliza sem que seja necessária a coerção física típica dos modos de produção anteriores devido à coerção externa.

O controle exercido pelas gerência e pelo Estado usando a tecnologia como instrumento, tem-se fortalecido ao longo do processo de dominação capitalista. O controle possibilita a manutenção da disciplina e da ordem, e a racionalização de custos de produção. Braverman (1981) aponta o aumento do controle taylorista, que visava acentuar a separação entre concepção e execução, a subordinação e a alienação e, assim, o aumento da produtividade e do lucro.

Ponce (1979) mostra como a subordinação pode ser utilizada enquanto um instrumento de coerção entre os pares, que passam a se controlar sem a interferência de chefias ou dos proprietários dos meios de produção.

As tecnologias de controle não são, portanto, apenas físicas (relógios, contadores, transdutores, folhas de instrução) ou “embutidas” (como o conjunto de meios de produção), elas podem ser gerenciais (controle via adoção de métodos de organização da produção). Mas a coerção interna pode se apresentar entretecida com o aparato ideológico coercitivo gerado pelo

capitalismo, a partir da família, da escola, do Estado, quando então se apresenta como coerção implícita.

A viabilização da coerção externa, levou à criação de um aparato jurídico (leis, regras) que garantisse a legitimidade das relações de poder privadas e, necessariamente, diferenciadas na esfera pública. É ela que viabiliza, sem que seja necessária a coerção física típica dos modos de produção anteriores, o não reconhecimento de muitos dos direitos civis de cidadania no cotidiano do trabalho, e torna a acumulação do capital possível. A coerção, portanto, não está presente somente no local de trabalho, mas também em outros espaços sociais: na escola, na atividade religiosa, na relação do indivíduo com os aparelhos do Estado. Estes espaços conformam a superestrutura – ideológica – do modo de produção capitalista, que atua no sentido de fortalecer a forma em que se organiza a estrutura produtiva, no plano material, a legitimar, no plano moral, e a assegurar as condições de reprodução ampliada do capital.

O controle exercido pelas gerências e pelo Estado usando a tecnologia, tem-se fortalecido ao longo do processo de dominação capitalista. O controle possibilita a manutenção da disciplina e da ordem, e a racionalização de custos de produção. Braverman (1981) aponta o aumento do controle taylorista, que visava acentuar a separação entre concepção e execução, a subordinação e a alienação e, assim, o aumento da produtividade e do lucro.

O capitalismo do século XX, ao organizar a produção e a forma de coerção gerencial através do fordismo-taylorismo forjou um novo modelo de regulação social mais adequado à modernidade. A desqualificação do trabalhador e a separação entre concepção e execução passam a ser usados de forma mais sistemática como mecanismos de controle dos trabalhadores e do MS. A este respeito, convém aclarar que a superação do fordismo enquanto paradigma, e sua substituição por formas “toyotistas” de gestão do processo de trabalho, não implica que ele tenha deixado de existir. Os métodos de gestão da produção se superpõem, apesar de rupturas e superações, a outros modelos anteriores de gerenciamento.

Ponce (1979) mostra como a subordinação pode ser utilizada enquanto um instrumento de coerção entre os pares, que passam a se controlar sem a interferência de chefias ou dos proprietários dos meios de produção. As tecnologias de controle não são, portanto, apenas físicas - explícitas (relógios, contadores, transdutores, folhas de instrução) ou “embutidas” (como o conjunto de meios de produção) - elas podem ser gerenciais (controle via adoção de métodos de organização da produção) e, finalmente, entretecidas no aparato ideológico coercitivo gerado pelo capitalismo (a partir da família, da escola, do Estado).

O exercício da coerção dificilmente ocorre de maneira isolada. Geralmente ele está relacionado a outras formas de exercício do poder, como a dominação, a manipulação e a hegemonia. Estas relacionam o convencimento, o consenso e o acordo como peças do jogo da produção. Transformam, portanto, a relação entre os atores sociais em política da produção. A estes outros tipos de poder denominamos consentimento, como apresentamos a seguir.**

2.2.4. *Consentimento*

Como discutimos anteriormente, a hegemonia da classe dominante não se sustenta somente pelo uso da coerção. Ponce (1979) salienta que as civilizações que utilizaram o trabalho escravo ou servil como base econômica não poderiam ter logrado legitimar-se somente com o uso da força. A queda da produtividade e da qualidade dos serviços e das mercadorias em ambientes exclusivamente autoritários tornam o consentimento um instrumento fundamental para a sustentação de qualquer modo de produção.

O conceito de consentimento tem uma relação estreita com o de coerção. Na realidade, esta é o substrato daquele, no sentido de que cria as condições para sua existência. Ele é um instrumento mais sutil, refinado e muito utilizado nas civilizações contemporâneas. É a relação biunívoca entre o agente dominado e dominante, a maneira pela qual o primeiro – explorado – é “convencido” a chegar a um consenso com o explorador ou vice-versa. Gramsci (1991b:116) chama esta relação de consenso:

“O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em determinadas situações, são artificialmente multiplicados.”

A construção do consentimento em momentos instáveis, de disputa de hegemonia, faz-se de maneiras diversas. Ela ocorre pela coerção, pela recompensa (material, financeira, moral, política, entre outras) e pela manipulação de idéias, valores e conhecimentos, incluindo a C&T. Este jogo de poder propicia então, um equilíbrio dinâmico e frágil de forças em um contexto, podendo ser positivo ou negativo para o explorado. Para Gramsci, existiria inclusive uma forma de poder intermediária para este momento de crise de hegemonia (1991b: 116):

“Entre o consenso e a força situa-se a corrupção-fraude (característica de certas situações de exercício difícil da função hegemônica, apresentando o emprego da força muitos perigos), isto é, a desarticulação e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção dos seus dirigentes, seja disfarçadamente, seja, em caso de perigo emergente, abertamente, para lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias.”

Entendendo que esta situação se apresenta no período estudado para o estudo da compreensão da C&T pelo MS brasileiro e que, muito provavelmente, não seja tão difícil a ocorrência desta situação em outros contextos, foi considerado que o consentimento engloba a corrupção-fraude e os mecanismos de manipulação, que situam-se também entre o uso da força e do consenso.

Em diversas civilizações a educação voltada para o trabalho - treinamento e adestramento de escravos, servos e trabalhadores livres – foi usada para que estes obtivessem a qualificação para exercer as suas funções de forma adequada. A formação religiosa somava-se à educação, reforçando mitos, superstições e credences que possibilitavam a dominação (Ponce, 1979). A educação diferenciada recebida pelas classes dominantes (guerra, artes,

política, entre outras disciplinas) reforçavam sua superioridade frente aos oprimidos, criando um mecanismo de defesa e de obscurecimento da extração e privatização do trabalho excedente.

No modo de produção capitalista o consentimento se dá através da recompensa salarial, quando o trabalhador aceita vender a sua força de trabalho para o detentor dos meios de produção.

O consentimento no capitalismo pode levar à alienação do trabalhador da exploração em que vive, associada a mecanismos de obscurecimento e de proteção do excedente de trabalho (Burawoy, 1979). Isto pode ser construído na relação capital-trabalho pelo “fazer parecer” (traduzido a partir do termo *making out*, em Burawoy, 1979), na qual os salários, os direitos e os benefícios trabalhistas como concessões e dádivas do capital e as inovações aparecem como resultado do investimento da empresa e não como fruto do excedente de trabalho e de conquistas históricas dos trabalhadores. Bryan (1992:370), tratando da questão salarial destaca este consentimento da seguinte forma:

“Na sua análise sobre os salários, Marx interpreta o pagamento por peça como “a forma de salário mais adequada ao modo de produção capitalista” por dar ao trabalhador a falsa impressão de que seu trabalho é pago integralmente e também servir de “terrível instrumento de descontos salariais de trapaça capitalista.”

Uma outra forma é o consentimento ativo do trabalhador e do MS. Neste, o trabalhador/MS passa a defender e reproduzir conscientemente o modo de produção capitalista, aceitando as regras e os modelos de trabalho impostos. Portanto, eles “vestem a camisa” da empresa e do capitalismo, aceitando os interesses da classe dominante e desconstruindo as relações de solidariedade de classe, de modo que a relação passa a ser diretamente com o capital. Isto faz com que se adaptem a um modelo de sociedade voltada somente para o lucro e os interesses privados. A concepção de mundo adotada passa a ser do bloco histórico das classes dominantes. Ele passa a defender, produzir e reproduzir tais interesses.

A construção do consentimento tem a participação de diversas instituições e organizações sociais. Gramsci afirma em *Americanismo e Fordismo* (Gramsci, 1991b) que a sociedade precisa se adequar às novas relações técnicas na produção, construindo-se para isso novas relações sociais. O Estado e outras organizações sociais, como a igreja, a escola, a universidade e os meios de comunicação são influenciados pelas mudanças científicas e técnicas para a constituição de um novo homem adequado às novas formas de organização da produção. Pode-se afirmar que o contexto social, político e econômico externo ao local de trabalho influencia na construção de um novo consentimento.

Desse modo, técnicas de motivação e envolvimento, que buscam a participação passiva do trabalhador, podem levar à quebra da solidariedade de classe. A comunicação ágil e a propaganda se unem a políticas de produção, na qual o ambiente cultural que se estabelece busca a alienação e o consentimento do trabalhador, de modo a torná-lo um homem adaptado às condições do trabalho. Mais do que um apêndice da máquina ou uma estatística da produção, este homem deve viver para o trabalho. O trabalho pode vir a ser o fim e não o meio de vida. Estes mecanismos estão presentes na sociedade, quando visam a padronização e a uniformização cultural (Marcuse, 1968), a dominação e a hegemonia.

No atual contexto, quando o trabalho mental do trabalhador passa a ser considerado formalmente como elemento da produção, na medida em que os sistemas de produção exigem mais regularidade, variabilidade de produtos e padronização e, portanto, são mais suscetíveis e frágeis em relação aos conflitos capital-trabalho, o consentimento adquire maior importância (Bresciani, 1994).

Os mecanismos de coerção e consentimento da classe dominante podem gerar resistências dos trabalhadores e do MS às técnicas e inovações. O ator social que sofre o exercício do poder de outro pode desenvolver mecanismos de defesa de seus direitos e interesses, seja na esfera individual ou coletiva. Estes

mecanismos utilizados, no caso dos trabalhadores e do MS podem ser chamados de resistências, como discuto a seguir.

2.2.5. *Resistência sindical*

A coerção e o consentimento não costumam ser realizados sem que ocorram contestações ou ações que contrariem os interesses da classe dominante. A resistência ao poder dominante, exercida pelas classes subalternas, é percebida desde a antiguidade, época em que a escravidão era uma forma comum de organização da sociedade para a produção. Ponce (1979) ressalta que na Roma antiga, as mercadorias produzidas nem sempre possuíam a qualidade desejada, havendo problemas de sabotagem e quedas de produtividade inesperadas. Estas ações indicam resistências contra o autoritarismo e às péssimas condições de trabalho e de vida dos escravos.

A resistência consiste em uma reação do oprimido ao ambiente que o cerca. Ou seja, às condições de vida e de trabalho que lhe são impostas (calor ou frio excessivo, barulho, problemas de saúde e contaminações, intensificação do ritmo de trabalho, más condições de habitação, transporte e alimentação) e às relações de poder exercidas pela classe dominante (demissões, reduções salariais, punições, sanções, cerceamento de liberdade, ações autoritárias e mesmo a adoção de novas tecnologias ou métodos de gestão que sejam percebidos como danosos). Ela é, portanto, uma reação ao exercício do poder da classe dominante: à coerção e ao consentimento, e à forma como se organiza a produção.

A resistência pode ser individual ou coletiva. Individualmente, ela ocorre a partir da resistência do indivíduo contra a(s) autoridade(s) superior(es), com recusas, redução do ritmo de trabalho e sabotagens. A ocorrência de resistência coletiva parte de movimentos organizados em um setor do local de trabalho, em toda uma empresa, setor produtivo ou região e até no nível nacional e internacional. Ela pode estar vinculada às estruturas sindicais.

A resistência pode ser explícita ou implícita. A resistência explícita se expressa publicamente, através de posturas sindicais como declarações públicas do MS, greves, operações tartaruga/padrão, mobilizações

organizadas, proposições alternativas às do capital e/ou Estado na pauta de reivindicações, entre outras. A resistência implícita ocorre sem expressão pública, sob a forma de sabotagens, operações-padrão, boicotes não declarados, ações do tipo “fazer parecer”, como descrevem Burawoy (1979) e Bresciani (1994).

Marx (1985) relata que na 1ª Revolução industrial, houve resistências coletivas e organizadas à implantação de máquinas que desempregavam grandes quantidades de trabalhadores. O movimento luddita, já citado, lutou durante anos destruindo máquinas, procurando assim impedir a substituição do trabalho humano pelas máquinas. Ao levar os trabalhadores a organizarem-se como classe para si, este movimento ficou conhecido como exemplo de resistência explícita extrema, embora pouco efetiva, à mudança técnica.

No capitalismo moderno, trabalhadores treinados para se adequarem à organização fordista-taylorista de produção perceberam a exploração de seu trabalho e a expropriação do seu conhecimento e reagiram utilizando mecanismos de resistência implícita. Entre eles, os que constituem, segundo Burawoy (1979), as regras do jogo político no processo de trabalho:

- defender o trabalho em posto fixo para evitar a multifuncionalidade desqualificadora e sobrecarregadora;
- fazer parecer que estão trabalhando para evitar a diminuição da porosidade do tempo de produção e padronizando coletivamente o ritmo do trabalho através da comunicação horizontal entre pares;
- não revelar o conhecimento tácito do trabalhador à chefia, conservando a capacidade de criar falsos problemas e até mesmo de sabotar a produção.

Os procedimentos utilizados para efetivar a resistência implícita e reverter o processo de subordinação, através da reação à padronização, protegendo a “subjetividade” do processo de trabalho, conservando conhecimentos, ritmos e formas de trabalho tornaram-se instrumentos para a manutenção do emprego e da qualidade de vida. São artifícios usados pelos trabalhadores para se contraporem à exploração absoluta e à descartabilidade (Leite, 1994).

As resistências podem ser conflitivas ou propositivas. As resistências conflitivas são predominantes em gestões autoritárias, em empresas de menor porte e organização e em regiões menos desenvolvidas sócio-econômica e politicamente. Em empresas e regiões modernas e desenvolvidas, elas tendem a ocorrer apenas quando irrompe uma situação de crise entre capital-trabalho-Estado. As resistências propositivas, por sua vez, apresentam-se em negociações capital-trabalho ou trabalho-Estado nas quais existe um reconhecimento entre os interlocutores dos direitos respectivos, o que permite que o discurso se transforme em proposição e posteriormente em ação.

A resistência sindical é influenciada pela organização do MS. Se organização sindical for adequada aos Temas sindicais, provavelmente irá desenvolver uma resistência coerente ao sistema produtivo e levar a uma compreensão mais crítica e ativa sobre a C&T. A organização sindical é, portanto, um Tema sindical fundamental para o exercício das Posturas.

2.2.6. *Organização Sindical*

A propriedade dos meios de produção tem um papel fundamental na manutenção e na reprodução do poder entre as classes e na extração do excedente de trabalho. A estruturação social, dividida em classes, castas e hierarquias, através de atividades profissionais, religiosas, políticas, militares, possibilita o funcionamento do modo de produção, e garante a reprodução da mão-de-obra necessária ao processo de trabalho, provendo os meios materiais e culturais necessários para manter a ordem.

C&T possuem um papel destacado na organização técnica e social do capitalismo. As relações sociais - desde as relações familiares até as internacionais - têm sua contínua transformação explicada pelas mudanças científico-tecnológicas. C&T possibilitam a expansão do capitalismo, levando à emergência de monopólios, oligopólios e corporações multinacionais, a um mercado financeiro cada vez mais interligado, a novos meios de transporte e comunicação, fontes de energia. C&T modificam o equilíbrio de forças entre países. As características do processo de acumulação do capital que

determinam a ascensão de novas potências econômicas e militares em nível internacional (Hobsbawn, 1986, 1995).

As mudanças no ambiente de trabalho, na organização produtiva, nas máquinas e equipamentos, na forma como a sociedade se organiza para a produção, combinam o meio produtivo com a sociedade construindo novas relações sociais que têm conseqüência direta na vida do trabalhador.

A apropriação capitalista da C&T permite o aumento da competitividade, da produtividade e do lucro e resulta na acumulação do capital. A tecnologia possibilita um melhor controle sobre a produção, permitindo a padronização, uma qualidade “industrial” superior, reduzindo tempos de trabalho pela eliminação de desvios e imprevisibilidades e aumentando a intercambialidade; adequando, enfim, os interesses do capital às demandas do mercado.

Os trabalhadores, ao longo de sua trajetória de resistência e de organização, alcançaram avanços em relação aos direitos trabalhistas, como a redução de jornada de trabalho, a adoção e a defesa de postos fixos e o direito à organização de sindicatos, que passaram a ter grande representatividade social e política. Este processo, que foi intenso durante a regulação fordista e keynesiana, encontra-se em crise.

As tecnologias de informação, aliadas aos novos materiais, à engenharia genética, à biotecnologia, entre outras inovações científico-tecnológicas, vêm modificando sensivelmente o mundo do trabalho e a sociedade nas últimas décadas do século XX. Modificações no modo de regulação capitalista no âmbito do Estado, das instituições e do setor produtivo aprofundam a insegurança e a impotência, aumentam a possibilidade de controle sobre o processo de trabalho.

Se no nível individual, máquinas automatizadas dão ao trabalhador a percepção de que, ao invés de comandar as máquinas, são por elas comandados (Leite, 1994), a tecnologia de grupo provoca um o aumento das responsabilidades criando novas formas de controle coletivo, tornando o trabalho mais estressante devido à diminuição da porosidade do tempo de trabalho e à multifuncionalidade (ou polivalência).

Gramsci (1981:44) já afirmava que:

“A organização por fábrica forma a classe (toda a classe) em uma unidade homogênea e coesa que adere plasticamente ao processo industrial de produção...”.

Ou seja, o MS deve compreender e atuar no complexo produtivo, exercendo a resistência e promovendo a articulação de interesses da classe trabalhadora e, para tanto, deve possuir mecanismos de interlocução e intervenção no setor produtivo e na sociedade capazes de responder a todo momento às mudanças na produção.

O atual processo de globalização exige, sobretudo em setores de alta intensidade tecnológica, uma compreensão crítica e ativa do MS frente à C&T. Para tanto, suas relações devem transcender as fronteiras nacionais, construindo vínculos com organizações sindicais em nível internacional.

A existência de organizações sindicais regionais e estaduais, reunindo setores produtivos diversos pode ser um instrumento para a troca de informações sobre inovações e ações sindicais. A informação sobre inovações que ocorreram em outros locais e/ou países propicia uma postura sindical mais adequada, aumentando a possibilidade de uma resistência propositiva e preventiva.

A organização deve englobar relações nos níveis local, regional e nacional e viabilizar a comunicação com a sociedade civil no sentido de fortalecer o MS em negociações sobre a introdução de inovações. A existência de interlocução no interior de uma rede de atores sociais envolvidos com a C&T é fundamental para a constituição de uma pauta sindical propositiva.

3. A ANÁLISE DA COMPREENSÃO DA C&T PELO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

Neste capítulo se apresenta o resultado da avaliação do grau da compreensão da C&T pelo MS brasileiro. Este resultado foi obtido utilizando o referencial analítico construído no capítulo 2 e os conceitos discutidos no capítulo 1, sobre a construção social da C&T e a visão de classe sobre a tecnologia e a ciência.

A avaliação, tal como colocado na introdução, foi realizada de forma iterativa. Ela transitou do trabalho de campo - visitas a organizações sindicais, coleta de documentos sindicais, realização de entrevistas - e a pesquisa bibliográfica referente a C&T e Sindicalismo, para a construção do referencial analítico, uma vez que se verificava que a análise não podia estar baseada somente no discurso do MS.

A pesquisa foi feita em organizações sindicais de diversos níveis: no nível micro (do local de trabalho) pesquisou-se uma organização sindical horizontal, a Comissão de Fábrica da Mercedes Benz do Brasil (CF-MBB); no nível local e regional, pesquisou-se os Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) e de Campinas (SMCPS); no nível meso (dos ramos de atividade econômica), pesquisou-se uma organização vertical, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM). Foram ademais estudados outros sindicatos, federações e confederações ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A abordagem do nível nacional deu-se a partir de documentos, discursos, proposições e ações da CUT Nacional.

Os resultados estão resumidos na forma das matrizes sugeridas pelo referencial analítico, como a apresentada a seguir:

	Discurso	Proposição	Ação
Precarização			
Subordinação			
Coerção			
Consentimento			
Resistência			
Organização			

Figura 3.1.

A análise é realizada para cada organização sindical estudada. A última matriz apresenta uma visão geral de todas as organizações sindicais pesquisadas, e dá uma idéia de conjunto do MS brasileiro. Informações adicionais, como a trajetória histórica das organizações sindicais, estão colocadas no anexo.

Cada matriz apresenta em cada uma de suas células o material encontrado na pesquisa de campo, analisado segundo o marco conceitual desenvolvido no capítulo 1 e, posteriormente, organizado através do referencial analítico construído no capítulo 2. O procedimento para localizar cada peça de informação coletada obedece, portanto, ao critério de pertinência ao cruzamento Postura x Tema correspondente. A informação é apresentada de forma sintética, de modo a manter a característica de visualização conjunta típica das matrizes. Informação adicional pode ser obtida pela consulta ao material relativo a cada organização apresentado no anexo.

Embora se considere que as matrizes apresentam informação suficiente para avaliar o grau de compreensão sobre C&T da organização sindical correspondente, depois da apresentação de cada delas é feito um breve comentário procurando enquadrar a organização em uma das quatro categorias abaixo apresentadas.

Elas constituem casos polares conformados mediante a avaliação, a partir de duas das Posturas - discurso e proposição - da maneira como a C&T são percebidas pela organização (percepção crítica ou instrumental), e, a partir da Postura - ação -, sua capacidade de engendrar ações coerentes com essa percepção (ativa ou passiva). Esta maneira de apresentar a questão difere um pouco da proposta no capítulo anterior. Aqui, a compreensão da C&T é vista

como sendo o resultado de um outro “cruzamento” dos Temas sindicais. Não com as três Posturas, e sim com uma delas – ação – e o conjunto das outras duas – discurso e proposição – agora denominado percepção. Isto é feito apenas com o intuito de sintetizar (e talvez simplificar) o resultado da análise, sem que implique numa alteração no referencial proposto anteriormente.

O figura abaixo dá uma imagem gráfica das quatro categorias, que são em seguida apresentadas.

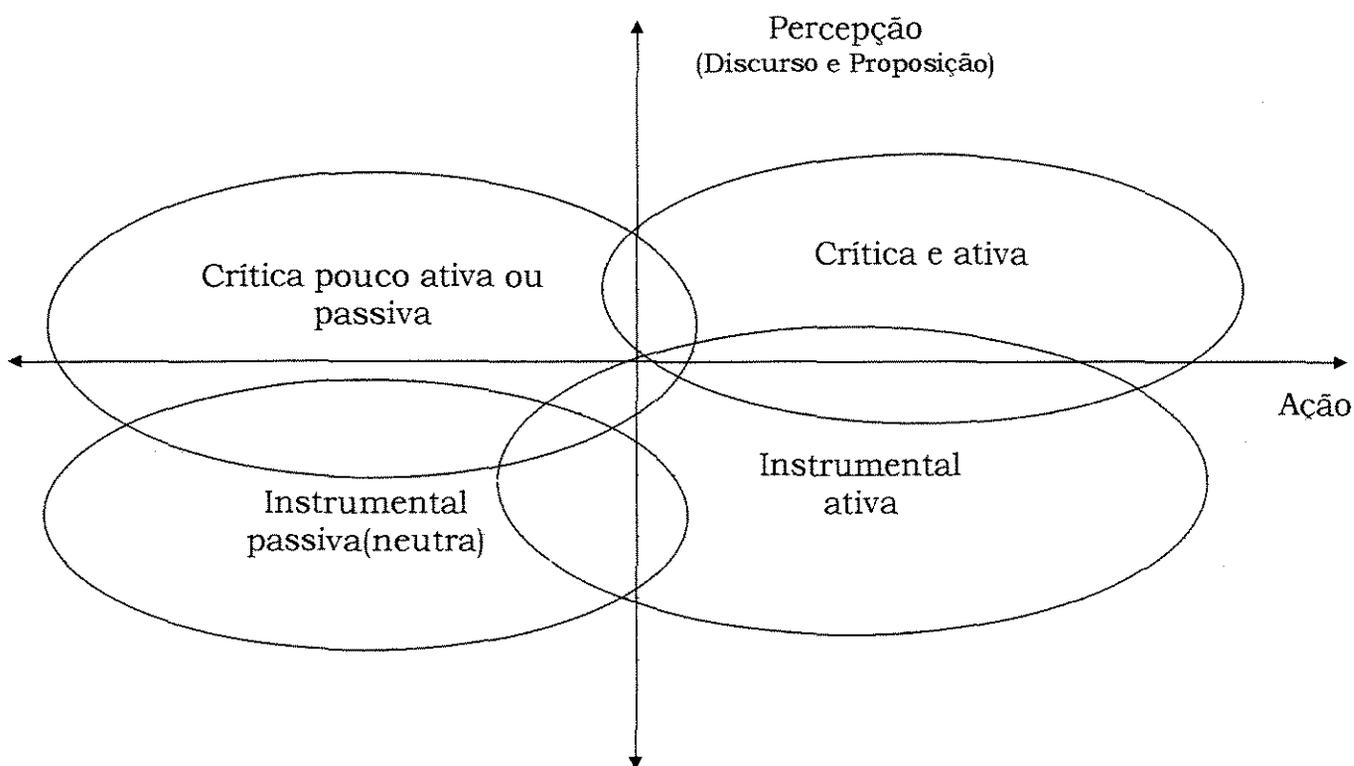


Figura 3.2.

A percepção crítica implica em adotar, ao nível do discurso e da proposta, um posicionamento crítico em relação à idéia da neutralidade da C&T e uma aceitação de que elas são construções sociais. Esta percepção é expressa através de declarações, documentos, publicações e resoluções sindicais veiculadas junto aos trabalhadores, ao Estado, aos empresários e à sociedade civil, e pela repercussão que alcançam nos meios de comunicação.

A percepção instrumental frente à C&T, ao contrário, implica num discurso que se aproxima bastante da idéia de neutralidade exposta no

Capítulo 1. Segundo esta idéia, o fato da ciência ser neutra permitiria que a simples posse dos meios de produção e a apropriação da tecnologia levassem à construção de modelos de desenvolvimento científico-tecnológicos, econômicos e sociais alternativos. Frequentemente, tal percepção ocorre por “default”, ou seja, sem reflexão sobre o assunto e de acordo com a tradição de ação sindical vigente (passiva). Ela é apenas tácita ou implícita. Neste caso, a organização em geral sequer se pronuncia sobre o assunto.

A compreensão crítica e ativa

A compreensão crítica e ativa está associada à resistência e à organização sindical e resulta em iniciativas de formação sindical sobre mudanças tecnológicas, realização de seminários, palestras, cursos, viagens e intercâmbios sindicais, acordos e convenções coletivas, reivindicações e negociações sobre novas tecnologias. Este tipo de ação revela uma consciência da possibilidade de usar a resistência e a organização sindical frente à coerção e ao consentimento de forma mais adequada ao atual contexto político em que se insere o MS.

A compreensão crítica passiva

Esta compreensão pode ser considerada como uma possível ante-sala (uma etapa de transição para) da compreensão crítica e ativa. Apesar de ser crítica no discurso, a parcela do MS que se enquadra neste tipo de compreensão costuma ter ação sindical frágil frente à C&T sendo fraca a articulação com outros atores sociais externos ao MS. Pode haver resistência conflitiva e explícita frente à coerção e ao consentimento em relação a alguns temas sindicais, que entretanto são geralmente abordados de forma superficial.

A compreensão instrumental ativa

Organizações enquadradas nesta categoria podem desencadear ações relativas à C&T sob pressão da base sindical. Assim, apesar de não terem uma reflexão sistematizada sobre o assunto, usam em situações de conflito a resistência sindical de forma corretiva.

Compreensão instrumental passiva

Organizações enquadradas nesta categoria podem apresentar uma visão de sindicato que implica num consentimento (às vezes ativo) frente à classe dominante. O que implica que medidas que se contraponham à coerção ou controle no campo da C&T tenham muito escassa chance de implementação. Essas costumam ser frágeis, apresentam baixo nível de formação política e sindical, e não possuem relações internacionais que permitam a discussão das transformações científico-tecnológicas, nem articulação com outros atores sociais para a intervenção sobre a questão.

Situações intermediárias às acima apresentadas indicam, em geral, períodos de transição nos quais a compreensão está mudando de instrumental para crítica e passiva para ativa. Discursos e proposições progressivamente críticos no decorrer do tempo e o aumento das ações sindicais frente à C&T, embora não necessariamente coerentes com o discurso, estariam indicando situações como essas.

3.1. *Aplicação do referencial analítico na Comissão de Fábrica da Mercedes Benz do Brasil (CF-MBB)*

	Discurso	Proposta	Ação
Precarização e Exclusão Social (Emprego e Desemprego)	<p>“Não somos contra o avanço tecnológico. Somos contra o atraso social. Não é ética nem moralmente possível que só os patrões ganhem rios de dinheiro e para nós sobre apenas o desemprego e os baixos salários” (CF-MBB, 1990:4)</p> <p>“A reestruturação produtiva está se tornando um tormento na vida dos trabalhadores. A modernização proposta por alguns empresários tem aumentado a fome, a miséria e a destruição do tecido social. A implantação de novas tecnologias melhora a qualidade dos produtos, mas também provoca demissões. A terceirização é um exemplo da degradação social e de enfraquecimento dos sindicatos.” (Lima, 1995) ⁶</p>	<p>A campanha “Qualidade de vida no trabalho na Mercedes Benz do Brasil”, que reivindicava a melhoria nas condições de trabalho (poluição sonora, ergonomia, meio ambiente e organização do trabalho), resolução dos problemas de saúde, de segurança e de intensificação do ritmo de trabalho (SMABC, CF/MBB, 1994).</p>	<p>Greves, manifestações e ações de resistência contra demissões, cortes de direitos e benefícios. Ações visaram também a ampliação dos espaços de negociação sobre inovações. Negociações sobre salários, mobilidade de pessoal, condições de trabalho, solicitações de informações prévias acerca de inovações (Rodrigues e Arbix, 1997:79).</p> <p>Acordos coletivos: desverticalização e terceirização (MBB/ SMBC, 1994), manufatura celular (MBB/SMBC, 1994b), kaizen (MBB/SMABC, 1995), trabalho em grupo (MBB/ SMABC, 1995b), participação nos resultados (PLR) e flexibilização na jornada de trabalho.</p>

⁶ Trecho de artigo escrito por Adi dos Santos Lima, coordenador da CF-MBB em 1995 (DGABC, 1995).

<p style="text-align: center;">Subordinação</p>	<p>“Isto nos leva a alguns questionamentos. A quem pertence a ciência? É dos patrões, dos trabalhadores ou da humanidade? Por que só um lado sai ganhando?” (CF/MBB, setembro/1990:4).</p> <p>“Qualquer coisa que venha a ser implantada na fábrica deve partir de ampla discussão da globalidade do problema. Vamos discutir automação e novas tecnologias como um todo e não apenas questões isoladas, quando nos são colocadas como um fato consumado” (CF-MBB, setembro/1990:4).</p> <p>“... e a gente percebeu também que nem tudo que tinha lá na Toyota era ruim, tinha coisa boa. Por exemplo, o trabalho em equipe era bom, por quê? Porque ele permite ao trabalhador ter um conhecimento maior sobre o processo produtivo, conhecer coisas diferentes, se qualificar para outras funções que antes ele não conhecia (...) E outra, a gente descobriu que você pode ter célula, você pode ter trabalho em grupo sem necessariamente isso trazer mais qualificação ou melhor remuneração, entendeu?”⁷</p>		<p>Realização de seminários: processos de trabalho e alternativas sindicais (1991); trabalho em grupo (1993); seminário Brasil, Alemanha, EUA sobre formação sindical em trabalho de grupo, reestruturação produtiva e gerenciamento de qualidade (1996); seminário de avaliação das negociações (sobre inovações – 1997).</p> <p>Participação no “Seminário dos trabalhadores da Mercedes Benz: trabalhadores e cidadania”, organizado pela CNM, com a presença de lideranças de 5 sindicatos (inclusive o SMABC e o SMCPS), CFs (ABC e Alemanha) e de outras 5 empresas (CF-MBB, SMABC, SMCPS, 1997).</p> <p>Solicitações de informações prévias de inovações, desverticalização e terceirização (MBB/SMBC, 1994).</p> <p>Viagens e intercâmbios com CFs do Brasil e do exterior (inclusive MBB). Viagens de sindicalistas e assessores para a Itália, a Alemanha, a Inglaterra (em 1993), para a Alemanha (em 1995) e para a Alemanha e a Bélgica (em 1996, SMABC/ CF/VW, 1996). Exercício de relações internacionais c/ CFs da Mercedes Benz – Alemanha (CF-MBB, SMABC, SMCPS, 1997).</p>
--	---	--	---

⁷ Entrevista com representante CF-MBB, 1999.

<p style="text-align: center;">Coerção</p>	<p>Ameaças da direção da MBB repercutidas nos meios de comunicação relacionadas a uma possível saída da fábrica de São Bernardo em 1998 (Diário Popular, 10/10/1996; DGABC, 06/11/1996, CF-MBB, SMABC, SMCPS, 1997: 12).</p> <p>“A produção caiu para menos da metade do que vinha sendo produzindo, então a empresa juntou a fome com a vontade de comer, chegou em 95, caiu a produção, a empresa chegou e falou: “olha, nós somos responsáveis pela sobrevivência da empresa, não dá para tudo que a gente quiser implantar discutir com vocês do jeito que nós estamos, portanto nós vamos implantar (...) e depois a gente discute, se for o caso”. Simplesmente desconsiderou o sindicato.” (sobre mudança de postura da MBB em 1995²)</p>		<p>MBB demitiu 1282 trabalhadores em setembro de 1995.</p> <p>Aumento da intensificação do trabalho a partir de 1995.</p> <p>Programa de demissões voluntárias aberto em 1996 (1500 demissões) e 1997. (Gitahy e Bresciani, 1998:50).</p> <p>Redução de benefícios (DGABC, 27/10/1995).</p> <p>Inovações a partir de 1995 rompiam os acordos coletivos.</p>
<p style="text-align: center;">Consentimento</p>	<p>Discurso empresarial da MBB baseia-se na competitividade, na qualidade e na inovação (FSP, 1989).</p> <p>“A empresa começou a adotar um discurso mais próximo ao nosso... ‘olha, nós precisamos ter um ambiente menos turbulento, a fase do chicote acabou, nós temos que nos entender com os trabalhadores, os trabalhadores são importantes’... Quer dizer, até 89 o discurso era outro, a empresa não se preocupava com isso. De repente, um ano depois a coisa inverte.”...²</p> <p>“E teve também parcela do Movimento Sindical que aderiu à proposta, falou: “não, isso é a coisa mais maravilhosa do mundo, com isso os trabalhadores vão ganhar mais, vão ser mais produtivos, a relação vai ser melhor para a empresa, o caminho é esse”... embarcou na proposta e aí pagou uma conta alta...”²</p>	<p>Projeto Fábrica 2000, apresentado pela MBB, que corresponde à proposta de reestruturação produtiva da MBB.</p> <p>A campanha “Qualidade de vida no trabalho na Mercedes Benz do Brasil”</p>	<p>Implementação de algumas propostas do Projeto Fábrica 2000.</p> <p>Programas de participação e envolvimento, aumento da produtividade, da qualidade e da eficiência.</p> <p>Acordos coletivos: sobre o tema sindical precarização e exclusão social.</p>

Resistência sindical	<p>Artigos nos jornais, com declarações de sindicalistas sobre greves, paralisações, entre outros.</p> <p>“Nem apaixonado, pela revolução que a empresa dizia que seria, e nem também totalmente contrário, quer dizer, fazendo uma intervenção crítica. Nós aí resolvemos boicotar tudo o que a empresa fazia unilateralmente na fábrica. Então, se ela ia montar um trabalho em grupo numa área à revelia do sindicato, a gente ia lá, parava a área, entendeu?... fazia greve, impedia que acontecesse.”²</p>	<p>Propostas apresentadas no projeto “Qualidade de Vida no Trabalho” citado no item emprego.</p>	<p>Greves, paralisações e manifestações visando a negociação sobre reestruturação produtiva e aprovação de acordos coletivos.</p> <p>Consolidação dos acordos coletivos em 1994/1995 (ver a parte de ação sindical em relação a emprego).</p> <p>Práticas de resistência na tentativa de reverter as demissões de 1995, sobretudo greves e paralisações.</p> <p>Participação de representante da CF-MBB em assembléias de trabalhadores da empresa na Alemanha (CF-MBB, SMABC, SMCPS, 1997).</p> <p>Greves e paralisações por melhores condições de trabalho e pela retomada dos acordos coletivos após 1995.</p>
Organização sindical	<p>As coisas não mudam assim, tão rapidamente, então isso causou uma certa curiosidade na gente... o que é isso?... alguma coisa tem... Então, nós fomos procurar entender o que é isso. Ai, nessa fase, nós tivemos muito apoio das universidades, muito apoio do DIEESE, que é uma entidade importante, também, que nos ajudou muito nesse processo.²</p> <p>“O que nós decidimos foi o seguinte, como a gente já tinha contatos já internacionais... inclusive uma comissão tem essa tarefa minha que é de fazer o intercâmbio internacional. As Comissões de Fábrica na Alemanha, principalmente. Agora, mais recentemente, com a fusão da Chrysler, agora a gente vai ter com contato nos Estados Unidos e no Canadá. Então, como a gente tinha esses contatos lá, sabia a forma como a Mercedes estava querendo fazer a reestruturação, mais ou menos.”</p>		<p>A CF/MBB, articulada aos representantes da CIPA, a outras CFs, ao SMABC e à CNM/CUT, apresenta uma forma de sindicalismo que atua e frente à tecnologia.</p> <p>Forte interação com assessorias sindicais (DIEESE) e pesquisadores.</p> <p>Relações internacionais da CF, sobretudo com CFs da Mercedes Benz na Alemanha.</p> <p>Visita de membro da CF-MBB à Alemanha, onde participou de assembléias de trabalhadores (CF-MBB, SMABC, SMCPS, 1997).</p>

A CF-MBB apresenta uma compreensão crítica e ativa frente à tecnologia. O discurso, a proposição e a ação foram tratados em temas como a precarização e a exclusão social, a subordinação, a coerção e o consentimento. Em relação à organização percebeu-se intercâmbios entre CFs do ABC, organizações sindicais em outras plantas da MBB, desde o Brasil (Campinas, Juiz de Fora) até a Alemanha. A relação com assessorias (do SMABC, CNM, CUT, entre outras) se complexifica, com a discussão com setores da comunidade acadêmica e com setores da sociedade civil organizada.

Não apresenta posturas mais definidas frente à ciência, que se encontra mais distante do cotidiano da luta sindical do chão de fábrica e da capacidade de organização da CF.

3.2. Aplicação do referencial analítico – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SMABC

	Discurso	Proposição	Ação
Precarização e Exclusão Social (Emprego e Desemprego)	<p>“Sem deixar de reconhecer benefícios localizados, o balanço mostra prejuízos claros para a categoria. Associados à estagnação econômica, as inovações em tecnologias e organização reduziram os empregos nas fábricas e na categoria” (SMBC, 1991:14).</p> <p>“(…) a aceleração do ritmo de trabalho, o controle automatizado, o desgaste mental são problemas freqüentemente relatados. Ao mesmo tempo que traz competitividade para as empresas, a mudança tecnológica e organizacional não resultou na elevação de nossos níveis de renda” (SMBC, 1991:14).</p> <p>“O avanço científico-tecnológico dos meios de produção só tem servido aos interesses lucrativos dos patrões. A melhoria do ambiente de trabalho é pequena ou praticamente nula. A contradição que se apresenta é evidente: avança-se no sentido da produção, da lucratividade e competitividade: fica-se parado ou se retrocede no que diz respeito à melhoria do ambiente de trabalho” (SMBC, 1991).</p> <p>“Ao terceirizar, as empresas estão adotando uma estratégia de redução de salários, benefícios e direitos conquistados em acordos e ou convenções coletivas de trabalho e que impliquem em custos para as empresas, a um patamar inferior. Logo, a redução de custos implica salários menores e corte na política ou nos direitos a uma série de benefícios como assistência médica, transporte, bolsa de estudo, restaurante, etc.” (SMABC, 1993:53). “A terceirização não é um fenômeno recente para as mulheres. Embora hoje ela adquira contornos diferentes como estratégia do capital mais generalizado e atingindo atividades mais ligadas diretamente à função principal das empresas, para as mulheres trata-se de uma modalidade de relações de trabalho já antiga” (SMABC, 1993:48).</p>	<p>“Nosso sindicato deve continuar defendendo a discussão de mudanças na organização de trabalho que representem o enriquecimento de tarefas, uma maior autonomia e democracia no local de trabalho e que não resultem em aumento de ritmo, redução de mão de obra, competição entre os trabalhadores, etc, ou seja, a nossa intervenção deve ser no sentido de que haja, sim, mudanças na organização do trabalho, de forma a torná-lo mais humano” (SMABC, 1993:57).</p> <p>Luta por melhores salários, redução da jornada de trabalho para 40 horas e mais empregos, além do fim das horas extras (SMABC, 1997:9, 18).</p> <p>Elaboração do Programa de renovação da frota de veículos brasileiros visando o aumento dos postos de trabalho via aumento da produção de veículos (SMABC, DIEESE, 1998);</p>	<p>Declarações, manifestações, greves e paralisações contra o desemprego, por melhores condições de trabalho e segurança.</p> <p>Adoção da abordagem sócio-técnica como modelo de organização da produção industrial na ação sindical do chão de fábrica na MBB, VW, Ford, entre outros). Busca-se com isso, modificar a forma de trabalho.</p> <p>Negociação, viabilização e participação na Câmara Setorial automotiva visando a manutenção dos postos de trabalho, o aumento do emprego e dos salários. Obteve êxito em relação à manutenção dos empregos e salários na vigência dos acordos, até 1995 (Arbix, 1996, 1997; SMBC, 1992; SMABC, 1993).</p> <p>Participação na Câmara Regional do ABC buscando a melhoria de condições sociais e de infra-estrutura visando o desenvolvimento social e regional ordenado (SMABC, 1997: 8);</p> <p>Ação com OLTs, organizações sindicais regionais, setoriais e nacionais e internacionais na resistência às demissões e às mudanças impostas no processo de trabalho que prejudicam a saúde e a segurança do trabalhador;</p>

Subordinação

“O nosso problema enquanto classe não é ‘voltar a inventar a roda’ e sim constituir/reconstituir o conhecimento que nos foi expropriado pelo capitalismo. Precisamos, cada vez mais, adquirir informações qualificadas sobre o processo produtivo. Para isso, torna-se imprescindível a organização nos locais de trabalho e a qualificação do movimento sindical” (SMABC, 1993:30).

“A conjuntura vivida pelo Brasil reflete o impacto perverso que a Terceira Revolução Industrial e a ofensiva neoliberal introduziram na ordem econômica internacional, que já de muito antes se pautava por laços de dominação, opondo uma dúzia de países ricos aos anseios de bilhões de seres humanos (...) A fome ignora os progressos da ciência e se espalha pela maioria dos países” (SMABC, 1993:6).

“A automação e as tecnologias modernas fazem crescer o número de trabalhadores horistas cujo perfil se aproxima do mensalista tradicional, por nível de escolaridade e predomínio do exercício intelectual na função. Ao mesmo tempo, determinadas faixas de mensalistas vão tendo, como tendência, um padrão salarial em queda, que os aproxima dos horistas” (SMABC, 1993:17)

“Se há um ponto que marca profundamente a sociedade contemporânea, este é o automóvel. Ele é sinônimo de ‘status’, ascensão social, poder econômico, investimento e emoções para o consumidor. Para os países, ele representa emprego, infra-estrutura, tecnologia, divisas e impostos. Mas, não resta dúvida, ele também tem sido sinônimo de aspectos negativos, entre os quais problemas ambientais, especialmente o consumo elevado de combustível e a poluição gasosa e sonora” (SMABC, DIEESE, 1998:25)

“E hoje, com muita sinceridade eu penso o seguinte: o problema que nós temos com as Novas Tecnologias, com a ciência aplicada, é que, invariavelmente, isso que deveria ser um bem da humanidade, prá produzir bem estar, melhores condições de vida, melhores horários de trabalho, maior distribuição de riqueza; não tem funcionado assim.”¹

Propostas apresentadas na Câmara Setorial automotiva (Arbix, 1996) relativas ao conhecimento das inovações a serem implementadas pelas empresas.

Acesso às informações sobre condições de trabalho, saúde ocupacional e organização da produção dentro das fábricas (SMABC, 1997:17).

Política de formação profissional, integrando treinamento, educação formal de 1º grau, intercâmbio de experiência junto a trabalhadores de outras regiões e países (SMABC, 1997: 22)

Treinamento na empresa de 50 horas/ano/homem (SMABC, 1997:22).

Garantir o direito a todos os trabalhadores sindicalizados utilizar algumas horas anuais remuneradas para formação e capacitação sindical.

Seminários sobre inovações: Seminário Brasil, Alemanha, EUA sobre formação sindical em trabalho em Grupo, Reestruturação Produtiva e Gerenciamento pela Qualidade (1996).

Oferecimento de Cursos: Organização no local de trabalho; Sindicalismo; A automação e a nova organização do trabalho; Seminário sobre condições de trabalho e Saúde; Repórter Peão (treinamento para comunicação e tratamento de informações entre militantes); Comunicação e expressão oral; Leitura e Escrita; Matemática sindical; Contrato coletivo de trabalho; Negociação coletiva; Direitos trabalhistas básicos; Direitos Previdenciários (SMABC, 1993b). Política de formação sindical, sobre reestruturação produtiva e transformações no mundo do trabalho, como fazer negociações acerca de inovações. Uso de apostilas e vídeos sobre reestruturação produtiva (SMABC, SM Timóteo, Sindicalimentação, S Bancários/RJ, 1996)

Política de Requalificação Profissional (Projeto Integrar) e Alfabetização (MOVA).

Participação e atuação na CNM e nas instâncias da CUT.

Exercício de relações internacionais entre trabalhadores de indústrias automobilísticas (Ford, MBB, VW), com troca de experiências e informações, além de ações conjuntas.

Participação na Câmara Setorial e na Câmara Regional do ABC.

Existência de assessorias sindicais: formação, saúde do trabalhador, acompanhamento econômico/ engenharia (DIEESE).

Coerção	<p>Ford ameaçava demitir cerca de 700 trabalhadores, arrochar salários e até fechar a fábrica de motores situada no ABC (OESP, 1991).</p> <p>Ameaça de saída de fábricas do ABC devido à suposta alta remuneração dos trabalhadores da região.</p> <p>Denúncia do MS sobre a falta de capacidade de negociação por parte de empresas em relação às inovações.</p>	<p>Propostas de redução salarial, redução de jornada e salários, propostas de programas de demissão voluntária.</p>	<p>Demissões (1282, em 1995 e 1500, em 1996, na MBB e 2800 na Ford, em 1998) ou simples ameaças que visam o aumento da insegurança do trabalhador.</p> <p>Intensificação do trabalho a partir de aumento de horas extras e mudanças de turno</p> <p>Inovações sem acordo ou consentimento do SMABC ou de OLTs</p>
Consentimento	<p>“E um terceiro eixo, que é o da disputa ideológica no local de trabalho, ou seja, a partir do momento que nosso sindicato aqui começa um processo de organização cada vez mais forte no local de trabalho, a empresa passa a buscar importar os métodos também de <i>envolvimento</i> dos trabalhadores, os chamados Círculos de Controle de Qualidade, os chamados envolvimento por Qualidade Total (...) visa também se apossar do saber operário, de forma que o trabalhador voluntariamente coloque a favor da empresa tudo aquilo que aprendeu de um jeito ou de outro, ou desenvolveu...”⁸</p> <p>“Um dos maiores perigos dos chamados esquemas participativos (CCQ, trabalho em grupo, planos de sugestão, JIT, etc) é a cooptação ideológica dos trabalhadores, disfarçada de ‘parceria’, onde as empresas buscam se apropriar e se beneficiar de classe, que nos é tão valiosos” (SMABC, 1993:57).</p> <p>“Cabem, assim, algumas perguntas: numa fábrica onde os trabalhadores não possuem instrumentos próprios de organização, qual disputa pode ser feita? Que visão alternativa os operários podem formar, quando ouvem discursos sobre as maravilhas da gerência participativa, do CCQ, da polivalência, da célula de produção, do kanban, do just in time, da qualidade total, da flexibilidade, da livre concorrência, da economia de mercado ou do próprio capitalismo” (SMABC, 1993:14).</p>		<p>Adoção de políticas de envolvimento do trabalhador, políticas de qualidade total e trabalho em grupo que visem a quebra da solidariedade laboral e a negociação direta patrão-empregado.</p> <p>Acordos coletivos nas empresas automobilísticas, relacionados ao tema precarização e exclusão social (VW, SMABC, 1999; MBB, SMABC)</p> <p>Interferência na formação profissional, relativas ao tema subordinação.</p> <p>Participação decisória nas Câmaras Setorial e Regional do ABC.</p> <p>Tentativa de cooptação de lideranças sindicais.</p>

⁸ Entrevista com sindicalista do SMABC.

<p style="text-align: center;">Resistência sindical</p>	<p>“Nós não chegamos a sabotar nenhuma máquina, mas o processo de resistir: é preciso resistir às Novas Tecnologias porque elas trazem conseqüências, e todas danosas. Esse era o conceito, que quando se encontrava Nova Tecnologia... demissão, aumento do ritmo produtivo, novas doenças profissionais... então um movimento de resistência.”¹</p> <p>Sucessão de greves, que alcançaram 50 dias no final de 1990 e início de 1991, a “greve dos golos vermelhas”, em que a Ford ameaçava demitir cerca de 700 trabalhadores, arrochar salários e até fechar a fábrica de motores situada no ABC (<i>OESP</i>, 1991).</p> <p>“O avanço tecnológico e organizacional poderia elevar fantasticamente o bem estar da grande maioria da população, permitindo a produção de muito mais riquezas, com muito menos esforço humano. Abrindo caminhos para reduzir sempre mais a jornada de trabalho, e aumentar a renda dos trabalhadores; para desenvolver uma tecnologia brasileira de ponta, voltada para os problemas do povo” (<i>SMBC</i>, 1991:14).</p> <p>“Relacionar a mudança tecnológica às demais prioridades da categoria, vencendo a resistência patronal que impediu acordos sobre o tema, e as contradições existentes entre os próprios trabalhadores, nos parece um objetivo fundamental para a presente direção, comissões de fábrica e ativistas, uma vez que a classe Dominante prega que as novas tecnologias trazem benefícios diretos (salários, cargos, etc.), sem mostrar o conseqüente corte na mão de obra direta na produção” (<i>SMBC</i>, 1991:14).</p>	<p>Participar das decisões sobre inovações.</p> <p>Participar em implantações de programa de qualidade total (<i>GM</i>, 29/11/1994).</p>	<p>Resistências explícitas e conflitivas: greves contra demissões (na Ford - <i>FSP</i>, 14/01/1999, 2-3; Golas vermelhas, <i>SMBC</i>, 1990), paralisações (Kinder Ovo, <i>CF-MBB</i>, <i>SMABC</i>, <i>SMCPS</i>, 1997) manifestações, operação-padrão, sabotagens, boicotes</p> <p>Resistências propositivas e de negociação: acordos coletivos, implementação de projetos negociados de reestruturação produtiva</p> <p>Solicitações prévias sobre inovações a serem implementadas</p> <p>Negociações sobre estrutura de emprego e salários;</p>
--	---	---	--

<p style="text-align: center;">Organização sindical</p>	<p>“Eu, pessoalmente, estive visitando muitos lugares, numa das viagens estive sete dias na Argentina, vinte e oito no México. No México eu visitei toda aquela zona das maquiladoras, na fronteira com os Estados Unidos, as conseqüências de um processo produtivo que tem a ver com a introdução de Novas Tecnologias. 1”</p> <p>“Considerando que as inovações técnicas e organizativas, o perfil cada vez mais exigente dos trabalhadores e a necessidade de negociação permanente com os empregadores, exigem das direções dos Sindicatos um conhecimento maior sobre o que ocorre dentro da empresa, o que impõe aos dirigentes sindicais a superação da cultura de que o verdadeiro diretor sindical é aquele que atua do portão para fora da empresa...” (avaliação feita sobre necessidade de mudanças da organização sindical e adoção dos Comitês Sindicais de Empresa – SMABC, 1997, 32).</p>	<p>Proposta de transformação da CNM em Sindicato Nacional dos Metalúrgicos (proposta influenciada pela experiência dos metalúrgicos alemães – IG Metall).</p>	<p>Existência de 22 CFs, representando mais de 70% dos trabalhadores metalúrgicos do ABC.</p> <p>Constituição de Comitês sindicais de empresa (CSE), em 70 fábricas da região.</p> <p>Participação de sindicalistas metalúrgicos do ABC na CNM, proporcionando troca de experiências e ações conjuntas.</p> <p>Participação de lideranças do SMABC no comando das direções estadual e nacional da CUT. Liderança destacada no setor metalúrgico da CUT. Papel dirigente de líderes do MS do ABC na corrente Articulação Sindical.</p> <p>Participação na Câmara Setorial automotiva (1991-1995).</p> <p>Participação na Câmara Regional do ABC.</p> <p>Existência de lideranças políticas de origem sindical do SMBC/SMABC atuando em esferas legislativas, executivas e partidárias. Capacidade de articulação alta em relação à negociação de inovações tecnológicas em nível local, regional e nacional.</p> <p>Política de relações internacionais com sindicatos (IG Metall, por exemplo -), OLTs, FITIM/CIOSL.</p>
--	--	---	---

O SMABC apresenta uma compreensão crítica e ativa frente à tecnologia. Apresenta posturas em relação a todos os temas sindicais do referencial analítico. A organização sindical está presente no nível local, com representantes de CIPAS, de CFs, diretores nos CSFs nas principais fábricas (as montadoras) e em suas fornecedoras. Em nível nacional (CNM, CUT) e internacional isto também ocorre. Existe interlocução coerente e sistemática com assessorias (inclusive de engenharia) e com a comunidade acadêmica (humanas e tecnológicas). Assim como na CF-MBB não apresenta posturas diretamente relacionadas à Ciência. O tipo de inovação apresentado nas empresas desta base sindical carece mais de assessoria tecnológica do que científica. Pode-se dizer que a Ciência está “fora do campo de governabilidade” desta organização sindical. A compreensão da C&T pelo SMABC está em transição da crítica e pouco ativa para crítica e ativa.

3.3. *Aplicação do referencial analítico no Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região - SMCPs*

	Discurso	Proposição	Ação
Precarização e Exclusão Social (Emprego e Desemprego)	<p>“As novas tecnologias e a reestruturação industrial aumentaram a produtividade e desempregaram muita gente. Para quem ficou o ritmo de trabalho aumentou muito. Os companheiros da Eaton chegam esgotados no final do dia. Nos últimos tempos, cresceu o número de empregados lesionados por doenças relacionadas ao trabalho.”⁹</p> <p>“Mas, a faceta perversa deste processo é que os empresários estão desenvolvendo as mudanças sem pensar nas conseqüências sociais delas. Modificam o processo produtivo aumentando o ritmo de trabalho e a quantidade de funções de cada trabalhador, além da terceirização de vários setores da produção. A conseqüência mais imediata disso é o desemprego e o aumento de doenças profissionais e de acidentes de trabalho” (SMCPs, Especial Bosch, 16/05/1994)</p> <p>“O avanço tecnológico só se justifica quando beneficia toda a humanidade e não só alguns. (SMCPs: Especial Eaton, 11/12/1998)”. Declaração a respeito da aquisição de 15 robôs na linha de montagem depois de mais de 500 demissões no mesmo ano.</p> <p>Notícia sobre modificação nas normas técnicas relacionadas a doenças ocupacionais (Surdez, LER, benzeno). (SMCPs: Folha de Metal, 09/10/1998).</p> <p>“Terceirização – as mudanças continuaram só que com outra faceta. A rádio Peão começou a noticiar que a Ferramentaria ia ser terceirizada e que haveria mudanças na Manutenção porque as novas máquinas precisavam de técnicos especializados. Dito e feito: a terceirização atingiu a ferramentaria, a Manutenção, setores de produção e ainda ameaça outras seções. (SMCPs, Especial Lacom Schwitzer, 28/05/1998).”</p>	<p>Fim das terceirizações (SMCPs e trabalhadores da Gevisa, 21/07/1994).</p> <p>“A alternativa é diminuir a jornada e contratar mais metalúrgicos, sem diminuição de salário.”¹ Redução da jornada de trabalho para 36 horas sem redução de salário (SMCPs: <i>Folha de Metal</i>, 20/01/1999).</p>	<p>Greves, paralisações e mobilizações contra demissões e mudanças na estrutura de emprego, como as terceirizações.</p> <p>Resistência contra banco de horas, Câmara Setorial e políticas de flexibilização da jornada de trabalho (SMCPs: <i>Folha de Metal</i>, 20/01/1999).</p> <p>Práticas de resistência propositiva focadas nas áreas de segurança do trabalho e saúde do trabalhador.</p> <p>Palestra sobre Reestruturação Produtiva, preparatória ao 5º Congresso dos Metalúrgicos de Campinas e Região.</p> <p>Pesquisa sobre ambiente de trabalho (SMCPs, maio 1998).</p> <p>Perícias médicas e visitas ambientais de técnicos do SMCPs a fábricas da região (SMCPs, Especial Magal, janeiro 1994, Especial Braseixos, 1990).</p> <p>Denúncias e negociações sobre LER e outras doenças ocupacionais (SMCPs, Especial Conduphon, 12/07/1994; Especial Bosch, 31/03/1998; Especial Clark, 20/07/1994). Encontro sobre LER (1995).</p> <p>Debate “O mundo do Trabalho e o processo de terceirização” (1993).</p> <p>Seminário internacional “Desemprego x Saída de classe” (1998).</p>

⁹ Declaração de Sérgio Bonifácio, diretor do SMCPs e trabalhador da Eaton (CSC, 1999:3)

Subordinação	<p>“Todas estas alterações relacionam-se com o atual estágio de desenvolvimento capitalista. Elas têm como base os enormes avanços da humanidade. Mas como a ciência não é neutra, estas inovações tecnológicas se encontram sob o domínio e servem à estratégia da burguesia internacional. Esta procura se adaptar à situação de profunda e prolongada crise do seu sistema econômico. A produção em massa fordista não se encaixa mais na sua lógica de acumulação” (SMCPS, 1995:12)</p>	<p>Fraca proposição em relação à subordinação.</p>	<p>Ações não concatenadas em relação ao tema subordinação. Realização do 1º e 2º Encontro Nacional dos trabalhadores da Bosch (SMCPS, 1993; SMCPS, 1995). Formação e assessoria sindical a delegados de CIPA (SMCPS, 1997).</p>
Coerção	<p>“Precisamos estar atentos também, no sentido de não permitir que a empresa use as conversas de café com os trabalhadores para fazer um mapeamento ideológico e, posteriormente, um operação “pente fino”. (...) Logo que conquistamos o Sindicato, em 1984, a empresa usava de repressão para conter a organização dos trabalhadores. Depois ela fez a linha demagógica do bom relacionamento, que nos custou demissões em massa e muita luta para manter direitos que a empresa queria reduzir.” (SMCPS – especial Dako, 14/11/1994).</p> <p>“...Agravando esta situação (de desemprego tecnológico e de exclusão social), como são as multinacionais e os países ricos que detêm o conhecimento tecnológico mais avançado e o controle sobre pesquisas, esses não só têm maior poder de competitividade como pressionam cada vez mais os governos dos países subdesenvolvidos, visando atuar em mercados de trabalho sem regulamentação” (SMCPS, 1995: 4)</p> <p>“Na disputa que a empresa faz com o Sindicato muitos estão mordendo a isca. A Eaton quer cada vez mais que a gente aceite a sua lógica. Em nome da produtividade, qualidade e competitividade todos têm que se envolver mais. Sugerir mais. Produzir mais. Trabalhar mais rápido. Ser mais reprimido e mais perseguido. Tudo para a empresa lucrar mais.” (SMCPS – especial Eaton, 11/12/1998).</p>		<p>Demissões e ameaças de diminuição de direitos e benefícios. Intensificação do trabalho, multifuncionalidade e polivalência associadas. Reestruturação produtiva sem influência do SMCPS, incluindo processo de inovações e terceirizações sem negociação prévia. Adoção de banco de horas à revelia do SMCPS, às vezes com apoio de assembleias de fábrica.</p>

Consentimento	<p>“Portanto, para garantir que as mudanças no processo produtivo ocorram sem conflitos (greves, manifestações, etc), os empresários investem alto na cooptação ideológica, passam a falsa idéia de que tudo que é bom para a empresa também é bom para o trabalhador e para isso usam o chamado trabalho participativo, além de outros mecanismos.” (CPB, 1995).</p> <p>“Uma das maneiras de cooptação que a Dako tem usado é o tal do café da manhã com o superintendente. (...) Hoje é cada vez mais corrente a ideologia de colaboração de classes sociais, de amortizar as evidentes contradições existentes numa sociedade tão empobrecida como a nossa.” (SMCPS, Especial Dako, 14/11/1994)</p> <p>“Estas refinadas técnicas (de gerenciamento), baseadas no avanço das ciências humanas, procuram seduzir os trabalhadores com o falso discurso da participação, envolvendo-os na retórica da modernidade e da qualidade. (...) o patronato otimiza o uso das novas máquinas e principalmente a capacidade de trabalho do assalariado, que deve vestir a camisa da empresa (exacerbando seu individualismo), e rejeitar as suas organizações classistas ” (SMCPS, 1995)</p>	<p>Proposições corretivas implícitas em relação à segurança do trabalho.</p>	<p>Adoção de tecnologia de grupo, políticas de qualidade total, técnicas desenvolvidas nos departamentos de RH que privilegiam a relação capital-trabalhador sem interferência do MS.</p> <p>Fábricas com maior qualificação profissional dos trabalhadores dificultam a ação do SMCPS (IBM, Bosch, Honda e Toyota, por exemplo).</p> <p>Ações sindicais corretivas implícitas nas questões relacionadas a segurança do trabalho e saúde do trabalhador: denuncia-se infração às leis e normas relacionadas ao assunto e espera-se uma atitude da empresa. Ações deste tipo geraram adequação às normas de poluição sonora em fábricas (Entrevista com assessor sindical).</p>
Resistência sindical	<p>“A automação microeletrônica torna mais vulnerável a rede do capital. A greve num destes setores informatizados tem forte impacto. Não é para menos que a burguesia investe nas técnicas de cooptação.” (SMCPS, 1995).</p>		<p>Instrumentos de resistência sindical explícita e conflitiva (greves, paralisações, manifestações, assembléias). Negociação fraca com capital.</p> <p>Resistência propositiva implícita e corretiva em questões relacionadas à saúde do trabalhador e à segurança do trabalho.</p> <p>Resistência explícita ao banco de horas (SMCPS, 20/01/1999).</p> <p>Formação e eleição de representantes de CIPAs nas fábricas.</p>

Organização sindical	<p>“É cada vez mais inviável a solução de problemas trabalhistas se a busca dessa solução permanecer circunscrita ao universo reduzido de uma empresa, ou de uma categoria da forma como nos organizamos hoje.” (SMCPS et alli, 1999:3)</p> <p>“Essa exigência (de ação unificada nacional) decorre do caráter do modelo industrial que se firmou no âmbito do neoliberalismo e do caráter do projeto do governo federal em implantação no nosso país (...). Essa campanha (da CUT e da FS pelo contrato coletivo nacional) é, portanto, um indicativo do que deverá ser, cada vez mais, a característica fundamental de nossa ação sindical.” (SMCPS et alli, 1999:3).</p>	<p>Priorizar OLTs (representantes de CIPA, GFs, CFs) na base sindical.</p> <p>Proposta de elaboração de uma pesquisa científica sobre o perfil da categoria, do ponto de vista social, econômico e político.</p> <p>Reorganizar assessoria do DIEESE, que existiu no começo dos anos 90.</p> <p>Proposição de organização nacional dos metalúrgicos alternativa ao sindicato nacional dos metalúrgicos, apresentada pelo SMABC e pela maioria da direção da CNM. Divergências políticas relacionadas às mudanças de ação sindical no setor produtivo entre correntes sindicais (no caso, entre a Articulação Sindical e a ASS /MTS/CSC) e sobre a dimensão, a abrangência e composição da CNM e/ou Sindicato Nacional. (SMCPS et alli, 1999)</p>	<p>Sindicalismo com forte influência do MS dos anos 80. Modelo de organização e ação sindical predominantemente fordista-taylorista.</p> <p>Ação conjunta entre representantes de CIPAs e SMCPS.</p> <p>Existência em alguns períodos de GFs e CFs (Clark, atual Eaton – 1987; Ibafe - 1998).</p> <p>Atuação sindical conjugada aos Metalúrgicos de Limeira e região e de São José dos Campos (SMCPS, SML, SMSJC, 1993 e 1999).</p> <p>Participação de militantes e dirigentes sindicais em correntes divergentes ou adversárias à Articulação Sindical: ASS e CSC. Interlocução no interior da CUT com a MTS.</p> <p>Palestra sobre “Organização Sindical e Toyotismo no Japão”, com o sindicalista japonês Bem Watanabe, presidente do Japanese National Union General Workers (1993).</p> <p>Constituição da Comissão Intersindical de Saúde de Campinas e Região, com a participação de mais de 14 sindicatos. Realização do debate “Os desafios dos trabalhadores frente à reestruturação produtiva e suas consequências nas áreas de Saúde e Previdência” (1999).</p> <p>Articulação com partidos políticos e parlamentares. Eleição da vereadora e diretora do SMCPS Rita Gonçalves em Indaiatuba. Promoção de debate sobre o amianto na sede do SMCPS no município (1999).</p>
-----------------------------	---	--	--

A compreensão da C&T pelo SMCPS é crítica e pouco ativa. Esta organização utiliza resistência conflitiva típica dos anos 80. Apresenta um discurso crítico em relação à precarização e à exclusão. Articula proposições em questões relacionadas à saúde do trabalhador e à segurança do trabalho (em geral corretivas). Não apresenta posturas diretamente relacionadas à subordinação e possui deficiências na organização, priorizando a representação nas CIPAs. Faz algum intercâmbio com o DIEESE e com a comunidade acadêmica (sobretudo em ciências humanas). Não consente explicitamente. Em nível regional, estadual e nacional, possui relações sindicais relevantes e até relações internacionais. Apresenta discordâncias políticas em relação às proposições de mudanças da organização sindical vigente, principalmente aquelas defendidas pelo SMABC e pela Articulação Sindical (maioria na CUT, CNM e SMABC) e com a CSC (defende unicidade sindical e tem representantes no SMCPS).

3.4. Aplicação do referencial analítico – CNM, sindicatos filiados à CUT e CUT Nacional

	Discurso	Proposição	Ação
Precarização e Exclusão Social (Emprego, Desemprego)	<p>“O resultado mais dramático da crise da economia capitalista é o crescimento extraordinário do desemprego, fenômeno motivado por duas causas básicas: o progressivo declínio das taxas de crescimento econômico aliado ao desenvolvimento tecnológico com aplicação condicionada pelas relações de produção características de tal sistema” (CUT, 1997:11)</p> <p>“...Contraditoriamente, com o fim da ditadura e a redemocratização surgiram novos atores sociais e a luta sindical já não tem o caráter intrinsecamente democrático de enfrentamento com a ditadura militar. Além disso, as agendas nacional e sindical se tornaram mais abrangentes e complexas (reforma do Estado, abertura econômica, reestruturação e desemprego tecnológico, terceirização, deslocamento de plantas produtivas, crise bancária, sucateamento dos serviços públicos, etc.) colocando novos desafios para os sindicatos.” (CUT, 1997: 19)</p> <p>“As transformações derivadas das inovações tecnológicas produzem efeitos positivos e negativos. Se por um lado possibilitam ao homem liberar-se dos trabalhos rotineiros e fatigantes, contribuindo para o aumento das riquezas, por outro, ao substituírem o homem por robôs e seus serviços por trabalho informatizado, provocam o aumento do desemprego estrutural, lavando milhões de trabalhadores a perderem o emprego (...) Isto indistintamente de suas origens, se de países ricos ou terceiro mundistas. É a exclusão social e a marginalização da classe trabalhadora.” (Movimento pela Retomada do Sindicalismo, 1996:4)</p>	<p>Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e das horas extras (CUT e sindicatos filiados, FS).</p> <p>Uniformização da atuação da CUT nos fóruns que envolvem ensino/formação profissional no Mercosul: Câmaras Setoriais, PBQP, IBQP e PACTI. (CUT, 1995)</p> <p>Proposta de retomada das Câmaras Setoriais pela maioria da CUT.</p> <p>Projeto de renovação da frota de veículos (SMABC e CNM).</p> <p>Contrato Coletivo Nacional no setor automotivo (CNM).</p> <p>Projeto Brasil Telecom (SinTPq) em contraposição à privatização do sistema Telebras.</p> <p>Propostas de melhoria da qualidade do trabalho e de vida dos trabalhadores (Sindieletro/MG, 1994), relacionando-a à implantação de sistema de qualidade total (TQC) e a projetos de automação da CEMIG.</p>	<p>Greves e mobilizações contra demissões, terceirizações e a flexibilização do trabalho.</p> <p>Abordagem sócio-técnica em negociações sobre tecnologia em fábricas (SMABC).</p> <p>Abordagem sobre saúde do trabalhador e segurança do trabalho nas negociações sobre condições de trabalho (SMCPS).</p> <p>Abordagem sobre saúde do trabalhador, segurança do trabalho e impacto ambiental nas negociações capital-trabalho (CNQ, FUP, 1998: 66-67).</p> <p>Solicitação de conhecimento prévio de inovações e novas instalações nas empresas para negociação (SMABC; CNQ, FUP, 1998: 66).</p> <p>Projetos de requalificação de trabalhadores em ramos da CUT, semelhantes ao Projeto Integrar.</p> <p>Diagnóstico do setor metal-mecânico feito pela CNM CUT, relacionado à formação profissional e à reestruturação produtiva.</p> <p>Participação de sindicatos da CUT e da CNM nas Câmaras Setoriais entre 1992 e 1995.</p> <p>Participação de sindicatos da CUT na Câmara Regional do ABC</p> <p>Campanha Nacional pela redução de jornada de trabalho. Redução efetiva da jornada de trabalho para 40 horas semanais em algumas empresas</p> <p>Realização de seminários sobre reestruturação produtiva e impactos sobre o emprego.</p> <p>Requalificação profissional e Cursos de alfabetização – MOVA (CUT, 1995: 86).</p> <p>Organização de Cooperativas de trabalhadores desempregados (SMABC e CNM).</p>

Subordinação	<p>“É em consonância com as concepções e propostas defendidas pela CUT, e buscando avançar na formulação e implementação de políticas públicas de educação e formação profissional, que rejeitamos as atuais medidas governamentais que reformulam o ensino técnico de nível médio, reduzindo-o a treinamento fragmentado, demarcado pelas necessidades mais estreitas do capital” (CUT, 1999:14).</p> <p>“Considerando que o Movimento Sindical combativo de países como a Itália e a Espanha (País Basco) mantém vigoroso trabalho de organização cooperativa como instrumento de luta da classe trabalhadora e de disputa de hegemonia frente às próprias concepções básicas do capitalismo, sendo que na Itália essas organizações prosseguem em atividade desde a fase histórica do “cooperativismo vermelho” dos tempos de Antonio Gramsci...” (CNM, 1998:75).</p> <p>Pouco discurso formulado sobre a ciência no MS da CUT.</p>	<p>Constituição de conselhos tripartites paritários (trabalhadores, governo e empresários) para a gestão do sistema 5S (Senai, Senac, Sesc, Senar, Senat) e na formulação de políticas públicas de educação, formação e requalificação profissional (CNM, 1998; CUT, 1995).</p> <p>“Reforçar, intensificar e ampliar programas de intercâmbio e de cooperação já em andamento com centrais sindicais combativas de outros países (CGIL, CISL, CCOO, etc), visando assegurar a apropriação pela CUT da experiência secular que os trabalhadores desses países já acumularam sobre o tema (cooperativismo), tanto em seus aspectos técnicos como políticos e organizativos” (CNM, 1998: 76)</p>	<p>Estruturação em Federações/Confederações por categorias e/ou ramos de atividade econômica.</p> <p>Projeto Integrar: projeto de pesquisa (diagnóstico sobre reestruturação produtiva e formação profissional do setor metal-mecânico), de requalificação profissional e de educação formal de trabalhadores desempregados ou em vias de perder o emprego. Projeto da CNM em conjunto ao DIEESE e à UNITRABALHO.</p> <p>Política Nacional de formação, envolvendo eixos temáticos como as Transformações no Mundo do trabalho e o sistema democrático de relações de trabalho, gestão e organização sindical, sindicalismo internacional, entre outros. Visa a capacitação de dirigentes e lideranças da CUT em negociações sobre reestruturação produtiva desde o local de trabalho. (CUT, 1999:12)</p> <p>Projeto de pesquisa “Reestruturação produtiva, política industrial e contratação coletiva nos anos 90” (CUT-FINEP – CUT, 1999:13).</p> <p>Programa de Capacitação de Dirigentes e assessores sindicais, visando a qualificação no tema reestruturação produtiva.</p> <p>Relações internacionais entre sindicatos, federações, confederações e da CUT Nacional, com intercâmbio e trocas de informações sobre reestruturação produtiva.</p> <p>Seminários Internacionais sobre transformações tecnológicas no mundo do trabalho e na atuação sindical (ação do MS na Mercedes Benz, Bosch, Agip, VW, Fiat, entre outras – CF-MBB, SMABC, SMCPs, FUP, CNQ:1998).</p>
---------------------	--	---	---

<p style="text-align: center;">Coerção</p>	<p>“Nos anos noventa, o baixo crescimento econômico, as mudanças na organização da produção, o ataque político e ideológico das classes dominantes contra os sindicatos, as inovações tecnológicas, o desemprego elevado e a precarização do trabalho são os principais mecanismos que têm deslocado os sindicatos para a defensiva.” (CUT, 1997:18)</p> <p>“As armas utilizadas pelo governo, com forte apoio da imprensa, para derrotar a greve dos petroleiros, demonstram o autoritarismo na implantação do projeto, que tenta cooptar os sindicatos e, havendo resistência, a exemplo da CUT e dos sindicatos filiados, procurar atacar o movimento sindical e questionar a sua representatividade. Interessava impor uma derrota à CUT e jogar a sociedade contra os trabalhadores das estatais e dos serviços públicos” (CUT, 1997:24)</p>	<p>Propostas de eliminação de direitos trabalhistas via flexibilização da legislação trabalhista e sindical.</p> <p>Propostas de redução de custos variáveis da produção.</p> <p>Propostas de mudanças da legislação sobre atuação sindical, mesclando propostas defendidas pela CUT (fim da unicidade sindical, do imposto sindical e confederativo) e modificações que aumentam a possibilidade de fragmentação das categorias e o aparecimento dos sindicatos por empresa, além de alterações na justiça do trabalho (CUT, 1997, 1999).</p>	<p>Demissões e redução da oferta de emprego geram aumento do desemprego, da precarização e da exclusão social, resultando em condições propícias para o capital realizar a reestruturação produtiva nos anos 90, deixando o MS na defensiva.</p> <p>Redução de benefícios e intensificação do trabalho.</p> <p>Greve dos Petroleiros de 1995, envolvendo a ação da direção da Petrobras, a intervenção das forças armadas sob o comando do governo Fernando Henrique Cardoso e o apoio de diversos setores da sociedade civil (empresários e parcela significativa dos meios de comunicação). Greve durou mais de 30 dias e foi utilizada como instrumento de coerção contra o MS da CUT.</p> <p>Demissões na MBB em Campinas, São Bernardo e na Alemanha a partir do 2º semestre de 1995.</p> <p>Mudança de postura da empresa na negociação sobre mudanças tecnológicas e sintonia com o contexto econômico e político nacional e internacional (CF-MBB, SMABC, SMCPs).</p> <p>Ameaça de fechamento de fábricas é utilizada como instrumento de negociação com o MS (SMABC, SMCPs).</p>
---	---	--	---

Consentimento	<p>“Por outro lado, é importante considerar que, conforme o resultado de inúmeras pesquisas, as transformações tecnológicas não têm o caráter generalizado que lhe atribuem este tipo de discurso (polivalente, criativo, com maior quantidade de conhecimentos científico-tecnológicos e culturais). Opondo-se à homogeneidade atribuída à atual configuração do processo produtivo, vários estudos apontam para a sua diversidade. Processos de trabalho coexistem num dado momento (...) não é o esgotamento do modelo taylorista/fordista, mas sim a convivência de paradigmas e uma qualificação diferenciada.” (CUT, 1995:20).</p> <p>“As experiências internacionais, nacionais e históricas têm revelado que a opção pela recusa à inovação não tem resultado em conquistas para os trabalhadores e muito menos em fortalecimento e maior representatividade dos sindicatos. Ao contrário, essa opção acaba facilitando a estratégia empresarial de estabelecer vínculos individuais e mesmo coletivos diretamente com os trabalhadores em torno de consensos mínimos no local de trabalho com a conseqüente exclusão dos sindicatos.” (CUT, 1997:45)</p>	<p>Adesão a um eventual Pacto social, entre trabalhadores, empresários e governo, com concessões dos primeiros de direitos em conquistas, para eliminar o “Custo Brasil”, tese defendida pelos empresários.</p> <p>Proposição muito apresentada durante os anos 80 e início dos 90.</p> <p>Criação de um sistema de informações sobre projetos de inovação</p> <p>Negociação de implantação de novas tecnologias e criação de comissões paritárias para direcionar a adoção de acordo com o interesse dos trabalhadores.</p> <p>Deliberação do 1º Congresso dos Trabalhadores do Sistema Petrobras (FUP, s/d).</p> <p>Proposta de retomada das Câmaras Setoriais.</p>	<p>Fortalecimento das políticas de abertura comercial e de inserção subordinada no mercado internacional. Influência da política neoliberal, com tentativas de quebra da solidariedade laboral.</p> <p>Emergência da FS como central sindical concorrente à CUT e que atua mais próxima aos interesses dos empresários e do Governo Federal.</p> <p>Acordos definidos nas Câmaras Setorial e em relação a fatores relacionadas à competitividade regional na Câmara do ABC (químicos e metalúrgicos do ABC).</p> <p>Negociações acordadas em torno de implantação de sistemas de qualidade total (certificação ISO 9000) nos metalúrgicos da CUT/BA (GMe, 22 e 29/11/1994:32).</p> <p>Acordos coletivos envolvendo mudanças tecnológicas.</p>
----------------------	---	---	---

Resistência sindical

“Irreversível (a tecnologia) não quer dizer incontornável: é mais do que sabido que o espaço da produção é um espaço de luta política, onde as formas de produção e de incorporação de transformações tecnológicas e organizacionais concretas não são resultado apenas das políticas e desejos de empresários, executivos e gerentes, mas fruto das relações sociais, particularmente da luta sindical dentro das empresas e da ação política a nível da sociedade como um todo” (CNTA/CUT, 1992)

“O novo padrão de acumulação pressupõe a destruição das conquistas trabalhistas obtidas no período anterior. Os ataques à organização sindical, ao contrato de trabalho e às negociações coletivas vêm se tornando cada vez mais intensos, ampliando a violência dos confrontos sociais e resultando em grandes mobilizações sindicais, como demonstram as greves gerais da França, Brasil e Coreia do Sul.” (CUT, 1997:11).

“Com o crescimento do desemprego, a CUT prioriza a luta por mais e melhores empregos, debatendo e apresentando propostas sobre reestruturação produtiva e formação profissional, além de campanhas pela redução da jornada de trabalho, de combate ao trabalho infantil e escravo, ampliação dos investimentos públicos em atividades geradoras de emprego, por reforma agrária e política agrícola, e contra a discriminação de gênero no mercado de trabalho. Foi o eixo das campanhas “Brasil Caia na real”, aprovado na 7ª plenária, e “Reage Brasil”, na 8ª plenária” (CUT, 1997:24)

A campanha “Qualidade de vida no trabalho na Mercedes Benz do Brasil” (CF-MBB)

Projeto Brasil Telecom, em contraposição à privatização do sistema Telebras (SinTPq).

Projeto de Renovação da Frota (SMABC).

Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e do fim das horas extras.

Conhecimento prévio de inovações em várias categorias (CF-MBB, SMABC, CNM, Sindipetro-SP, CNQ, FUP: 1998).

Proposta de criação de artigos da Constituição que tratem de uma proteção aos trabalhadores face à automação (CNTA/CUT, 1992).

Greves e mobilizações contra inovações não negociadas com o MS que tragam malefícios aos trabalhadores ou desemprego/ precarização (SMABC, CF-MBB, FUP, CNM, CUT).

Ações de resistência adequadas ao just in time, ou seja, paralisações parciais em nós críticos do processo de produção (paralisando nos “gargalos”, greves do tipo “kinder ovo”). Greves nas redes de fornecedores (SMABC).

Resistência ao banco de horas e à flexibilização das relações de trabalho (SMCPS).

Festival de greves. Greves em diversas fábricas no país pelo Contrato Coletivo Nacional no setor automobilístico (CNM, 1999).

Organização sindical

	<p>“As transformações no mundo do trabalho indicam claramente as grandes dificuldades colocadas para um sindicalismo baseado exclusivamente nos setores tradicionais. A organização dos desempregados, dos trabalhadores informais, das mulheres, que ingressam no mercado de trabalho em condições ainda mais precárias do que os homens, e de contingentes cada vez mais amplos de excluídos, representa um desafio crucial para o futuro do sindicalismo.” (CUT, 1997: 11)</p> <p>“A organização sindical corporativa, existente hoje, no Brasil, não consegue mais responder satisfatoriamente às mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho e na sociedade. Esta estrutura sindical dificulta a organização da luta pelos direitos do trabalhador como cidadão, a solidariedade intercategoria e a participação de forma competente dos sindicatos e da CUT na disputa pela hegemonia na sociedade.” (CUT, 1997:28)</p> <p>“Como todos nós sabemos, a atual estrutura sindical leva a uma enorme dispersão de recursos e desperdício político. Vou dar um exemplo bastante claro: em uma determinada região do estado onde temos nove sindicatos filiados à CUT, existem além das sedes (...), 9 carros de som, nove gráficas, 32 automóveis, 40 linhas telefônicas e 30 aparelhos de fax, sem contar máquinas de xerox e 150 dirigentes eleitos. Isso nos dá uma impressão de força fantástica (...) O problema é que funcionam com 9 máquinas sindicais distintas, todas buscando repetir ações que deveriam ser comuns. Pasmem que nós temos na CUT a maior empresa jornalística do Brasil, com mais de 600 profissionais de imprensa contratados, editando mensalmente cerca de 21 milhões de boletins e panfletos. Entretanto todo este material não consegue ter unidade, sendo incapaz de produzir e formar opinião”</p> <p>“A necessidade de uma melhor Organização por local de trabalho tem sido uma das questões que mais sensibiliza os sindicatos cutistas. A existência de um sindicalismo de luta, de massa, democrático e de base, princípios fundamentais da CUT, só é possível com uma eficiente organização de base” (CUT, 1997:31)</p>	<p>Fortalecimento das OLTs. (CUT, 1997). Priorização da disputa de hegemonia nas CIPAs, eleição de delegados sindicais e constituição de CFs. Deliberação sobre a estruturação da CNM em Sindicatos regionais de base e de comitês sindicais de base (CNM, 1998). Divergências políticas nas propostas de organização da CUT:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Adoção do modelo de Sindicato Orgânico, com a transformação das confederações/ federações em Sindicatos nacionais (Articulação Sindical e texto aprovado na Direção Nacional da CUT). (CNM, 1999; CUT, 1997:66-70). ■ Fortalecimento das federações/ confederações e das OLTs/ sindicatos nos locais de trabalho (ASS). ■ Manutenção da unicidade sindical e da organização atual da CUT (CSC). 	<p>Estruturação de federações e confederações em 13 ramos de atividade (CNB, CNM, FUP, CNQ, CNTE, FITTEL, entre outras organizações verticais). Entrada da CONTAG na CUT e fortalecimento do ramo de trabalhadores rurais. Cursos de formação de lideranças de OLTs. Adoção dos CSFs (CSBs) no SMABC (1998). Assessorias sindicais do DIEESE e da rede Unitrabalho para sindicatos, CNM e CUT (CUT, 1999). Intercâmbio com Universidades e redes de pesquisa em economia, ciências humanas, educação, engenharia e medicina, entre outras áreas de conhecimento. Participação no PBQP. Relações internacionais com outras centrais sindicais (CGT- Argentina, CUT-Chile, CFDT-França, CISL-Itália, CGIL-Itália, AFL-CIO/EUA, CLC – Canadá, LO – Dinamarca, FNV – Holanda, CTC – Cuba, entre outras) e organizações sindicais internacionais (FSM e ORIT). Filiação da CUT à CIOSL</p>
--	--	--	---

A aplicação do referencial analítico nos sindicatos, federações/ confederações e na CUT Nacional representa um apanhado e uma visão global de análise da compreensão da C&T pelo MS brasileiro.

O SMABC, por ser o berço do Novo Sindicalismo, ainda possui a organização mais complexa do MS da CUT, no tocante à compreensão da C&T. Por esta razão, pode ser considerado como possuidor de uma compreensão crítica e ativa frente à tecnologia. A sensibilização e a percepção em relação à ciência, no entanto, ainda é fraca. Pode ser que a compreensão se aprofunde, a partir da participação de suas lideranças em esferas públicas como a Câmara Regional e na interlocução com a comunidade acadêmica.

A CNM, criada nos anos 90, desenvolve ações semelhantes às do SMABC, e procura extrapolar o setor automobilístico. O Programa Integrar, de requalificação profissional, educação e pesquisa/diagnóstico do setor metal-mecânico e metalúrgico, além da possível criação do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos, indica uma compreensão crítica e ativa da tecnologia.

O SMCPS é um exemplo da compreensão da C&T em parte significativa da CUT. A maior fragilidade organizativa do MS, a diversidade da rede produtiva na região de Campinas e a continuidade histórica menor do que a do SMABC ainda influencia a compreensão, que é crítica, mas pouco ativa. As divergências políticas do SMCPS (liderado pela ASS e com presença da CSC) com o SMABC, a CNM e a Articulação Sindical, corrente hegemônica da CUT, tornam questões como resistências negociadas e uma organização sindical mais adequada às transformações científico-tecnológicas difíceis de serem aceitas e implementadas, já que até uma proposição do trabalho para o capital é considerada como colaboração de classes.

A percepção das mudanças no mundo do trabalho estão presentes em diversas categorias da CUT nos anos 90. As mudanças tecnológicas foram sentidas devido ao aumento do desemprego, da precarização das relações de trabalho e da exclusão. Houve quebra de setores da CUT, com derrotas de chapas cutistas para as de outras centrais sindicais (FS – metalúrgicos de Volta Redonda) e na fragilização de outras organizações devido à abertura

subalterna da economia nacional ao capital internacional e à diminuição do papel do Estado no Brasil dos anos 90.

A postura frente à C&T tornou-se mais complexa. Antes, predominava a resistência conflitiva, por aumentos salariais e pela conquista de mais direitos. Ela foi trocada por uma postura de negociação pela manutenção dos empregos e dos direitos. O misto de medo e fascinação frente às novas tecnologias se misturou à insegurança da perda de conquistas trabalhistas e dos espaços conquistados pelo MS para os novas posturas do capital. A ação sindical fordista-taylorista tradicional é ineficaz para o novo mundo do trabalho e para a complexificação das relações sociais externas ao local de trabalho.

Neste panorama, a noção de que a tecnologia é uma construção social se expressa em várias categorias, como nos metalúrgicos, bancários, químicos e petroleiros. O trabalho desenvolvido pela CNTA no final dos anos 80 e começo dos 90 (CNTA/CUT, 1987; 1992) foi importante na sensibilização do MS para o desenvolvimento desta compreensão. As resoluções da CUT indicam preocupação e ações frente aos diversos temas sindicais. Há, no entanto, a presença de discursos instrumentais ativos, responsabilizando somente os interesses do campo econômico determinando mudanças técnicas e causando malefícios aos trabalhadores (CUT, 1997). A participação da CUT em fóruns sobre qualidade, produtividade e em fóruns científicos pode modificar a compreensão quase instrumental da ciência pelo MS.

Em outros, há a preocupação em entender as mudanças, trabalhar a formação sindical e se articular a outros segmentos da sociedade civil, com o objetivo de abordar as transformações e lutar pelos interesses dos trabalhadores do local de trabalho ao nível nacional e internacional. A organização sindical foi um dos temas que tomou mais a preocupação do MS nos anos 90. Nela, há muitos consensos, desde a formação da CUT quanto ao anacronismo da estrutura sindical corporativa herdada. No entanto, divergências políticas quanto à organização sindical tornam o debate sobre este tema mais controverso entre os sindicatos e as correntes sindicais.

Portanto, consideramos que a compreensão da C&T pelo MS brasileiro, ligado à CUT, está em um processo de transição, de instrumental para crítica e de passivo para ativo. A compreensão instrumental ativa, que era mais forte nos anos 80, passa por mudanças. Organizações locais e regionais (OLTs e sindicatos), como o SMCPS, passam de instrumental para crítico. Outras, como o SMABC e a CF-MBB, passam de crítica e passiva para crítica e ativa. As organizações verticais, por ramos de atividade sócio-econômica, situam-se entre uma compreensão crítica e pouco ativa da tecnologia para crítica e ativa. E a CUT em nível nacional transita entre uma compreensão crítica e pouco ativa para crítica e ativa, sobretudo em relação à tecnologia. A ausência de posturas frente à ciência pode ser consequência do ramo preferencialmente estudado (metalúrgico) e pela inexistência deste debate na sociedade.

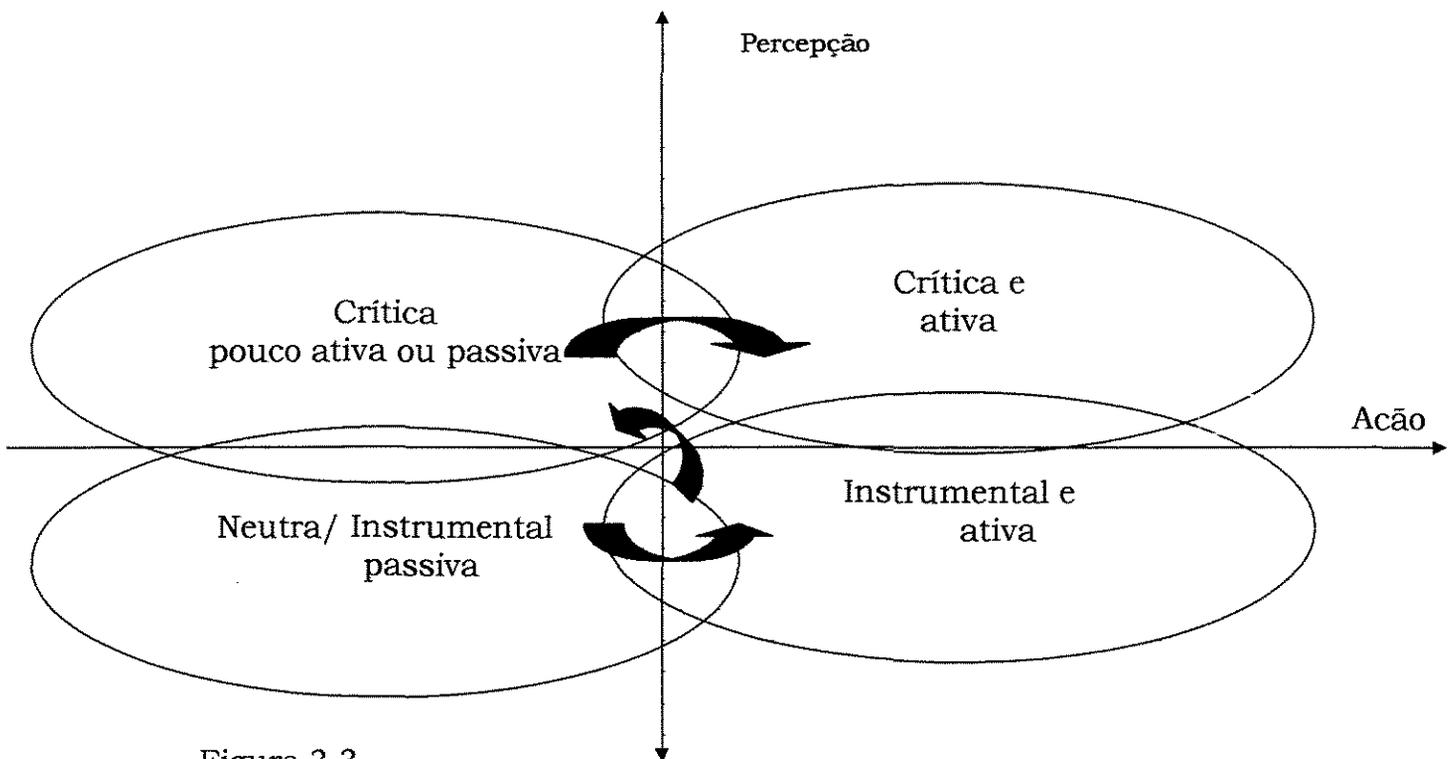


Figura 3.3.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. Textos Escolhidos. São Paulo, . Nova Cultural, 1996.
- ALTERNATIVA SOCIALISTA SINDICAL.. Boletim informativo. Campinas, 1999.
- ARBIX, Glauco. Uma Aposta no Futuro. São Paulo, . Scritta, 1996.
- _____ A Câmara Banida. In De JK a FHC, a reinvenção dos carros. Org: Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius. São Paulo,. Scritta, 1997.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Editora Presença. Lisboa (1980).
- BOITO, Armando. Reforma e Persistência da Estrutura Sindical. In O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80. São Paulo e Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista A Degradação do Trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.
- BRESCIANI, Luis Paulo. Da Resistência à Contratação. Tecnologia, Trabalho e Ação Sindical no Brasil. Brasília, SESI-DN, 1994.
- _____ Na zona do agrião: a nova agenda da negociação coletiva. In De JK a FHC, a reinvenção dos carros. Org: Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius. São Paulo, Scritta, 1997.
- BRYAN, Newton. Educação, trabalho e tecnologia. Tese de doutorado defendida pela Faculdade de Educação – UNICAMP. Campinas, 1992.
- BURAWOY, Michael. Toward a Marxist Theory of the Labor Process: Braverman and Beyond. Politics and Society, v. 8 (3/4), 1978.
- _____ Manufacturing Consent - Changes in the labor process under monopoly capitalism. University of Chicago, 1979.
- _____ A Transformação dos Regimes Fabris no Capitalismo Avançado. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, n ° 13, ano 5: 29-50, junho de 1990.
- CARDOSO, Adalberto M., COMIN, Álvaro A. As bases sociais do sindicalismo metalúrgico. In De JK a FHC, a reinvenção dos carros. Org: Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius. São Paulo, Scritta, 1997.
- CASTRO, Nadya; Guimarães, Antônio. Além de Braverman, depois de Burawoy: vertentes analíticas na Sociologia do Trabalho. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, n ° 17, ano 6: 44-52, outubro de 1991
- CATTANI, Antonio David (Org.). Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico. Petrópolis, Vozes; Porto Alegre, Ed. Universidade, 1997.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. “A Tecnologia e os Trabalhadores”. Caderno da CUT. São Paulo, 1987.
- _____ Resoluções do 4º. Congresso Nacional da CUT. São Paulo, CUT, 1991.
- _____ Cadernos da CUT n ° 6. São Paulo, 1991a.
- _____ Resoluções do 5º. Congresso Nacional da CUT. São Paulo, CUT, 1994.
- _____ Resoluções da 7ª. Plenária Nacional da CUT. In Informa CUT. São Paulo, CUT, setembro/1995.
- _____ Resoluções e Registros do 6º. Congresso Nacional da CUT. São Paulo, CUT, 1997a.

- _____
Como se organizam os trabalhadores na Europa? Conheça as experiências da Itália, Espanha, França e Alemanha. São Paulo, 1997b.
- _____
Resoluções da 9ª. Plenária Nacional da CUT. São Paulo, CUT, 1999.
- _____
ESCOLA SINDICAL SÃO PAULO, SECRETARIA ESTADUAL DE FORMAÇÃO. Sindicato Orgânico. São Paulo, 1997.
- _____
CLEGG, Stewart. Foucault, Power and Organizations. In Foucault, Management and Organization Theory. London, Sage Publications, 1998.
- _____
COMISSÃO DE FÁBRICA DA MERCEDES BENZ DO BRASIL. Jornal da Comissão. São Bernardo do Campo, 1990 a 1999.
- _____
SINDICATOS DOS METALÚRGICOS DO ABC E DE CAMPINAS E REGIÃO. Jornal Internacional dos Trabalhadores na Mercedes Benz. Campinas, São Bernardo do Campo, 1997.
- _____
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS METALÚRGICOS/CUT. Resoluções do 2º Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT. São Paulo, 1992.
- _____
Resoluções do 3º Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT. São Paulo, 1995.
- _____
DIEESE. Reestruturação Produtiva. Programa Integrar. São Paulo, 1997.
- _____
Resoluções do 4º Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT. São Paulo, 1998.
- _____
A Organização Sindical dos Metalúrgicos da CUT. São Paulo, 1999.
- _____
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS QUÍMICOS/CUT. Acidentes Químicos ampliados – a visão dos trabalhadores. Anais do Seminário Nacional sobre os riscos de acidentes maiores. São Paulo, 1998.
- _____
CONSONI, Flávia. Dez anos de estrutura do emprego na indústria automobilística brasileira: Rupturas e continuidades (1986/1995). Dissertação de mestrado (Política científica e tecnológica), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- _____
CORIAT, Benjamin. Pensar pelo Averso: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.
- _____
CORRENTE SINDICAL CLASSISTA. Mundo do Trabalho e desafios do sindicalismo classista. In SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE CAMPINAS E REGIÃO, Revista de debates – 5º Congresso dos Metalúrgicos de Campinas e Região. Campinas, 1995.
- _____
Alerta Metalúrgicos. Boletim de campanha para a convenção dos metalúrgicos de Campinas. Campinas, 1999.
- _____
COTANDA, Fernando. Organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. In Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico. Org.: Cattani, Antonio. Petrópolis, Vozes; Porto Alegre, Ed. Universidade, 1997.
- _____
COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo, Cortez, 1996.
- _____
CUT PELA BASE. A reestruturação industrial e os Trabalhadores. In Caderno de debates – 5º Congresso dos Metalúrgicos de Campinas e região. Campinas, 1995.
- _____
DAGNINO, Renato e THOMAS, Hernán (1998): Os caminhos da política científica e tecnológica latino-americana e a comunidade de pesquisa: ética corporativa ou ética social?, Avaliação, Ano 3, Vol 3, No. 1, pp. 23-40
- _____
DIÁRIO DO GRANDE ABC. Inovação, meta constante nos últimos 30 anos da Mercedes. Caderno informática. São Bernardo, 25 de setembro, 1986.
- _____
Metalúrgico morre e Mercedes pára. Caderno Economia. São Bernardo, 16 de maio de 1998a.
- _____
Mercedes Benz retira benefícios de funcionários. São Bernardo, 27 de outubro de 1995b.

- Mercedes anuncia recurso para segurança. São Bernardo, 17 de maio de 1998b.
- DIÁRIO POPULAR. Mercedes foge do ABC por causa do sindicato. São Paulo, 10 de outubro de 1996.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO ECONÔMICOS. A visão das entidades sindicais sobre política científica e tecnológica. Brasília, CNPq, 1985.
- _____. SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. The brazilian metalworkers and the new factory's challenge: a negotiated change at Mercedes Benz. São Bernardo do Campo, 1995a.
- _____. Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CUT. Diagnóstico do complexo metal-mecânico brasileiro. São Paulo, DIEESE e CNM/CUT, 1998.
- DWYER, Tom. A sociologia do Trabalho - por uma redefinição através do acionismo histórico e do acionismo fenomenológico. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1993.
- FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E ORGANIZACIONAL. Automação e Movimento Operário. Rio de Janeiro, 1989.
- FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS. Questão de Honra! A história da mais longa greve dos petroleiros. Rio de Janeiro, FUP/CUT, 1995.
- _____. Resolução do 1º Congresso Nacional dos trabalhadores do Sistema Petrobras. Belo Horizonte, s/d.
- FEENBERG, Andrew. Critical Theory of Technology. Oxford University Press, 1991.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Propaganda institucional da MBB. São Paulo, 03/10/1989 C1.
- _____. "Protesto contra cortes na Ford ganha força". São Paulo 14/01/1999, 2-3.
- _____. Caderno Dinheiro. São Paulo, 10/03/1999, B4.
- FORRESTER, Viviane. O Horror Econômico. São Paulo, Ed. UNESP, 1997.
- FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.
- _____. Vigiar e Punir.
- GALBRAITH, John K. Anatomia do Poder. São Paulo, Livraria Pioneira, 1986.
- GAZETA MERCANTIL. Mercedes mantém investimentos em pesquisa. São Paulo, 08/02/1991a, p. 16)
- _____. Brasil sedia segundo maior centro de competência da Mercedes Benz. São Paulo, 30/08/1991b, p. 14.
- GITAHY, Leda. BRESCIANI, Luís Paulo. Reestruturação Produtiva e Trabalho na Indústria Automobilística brasileira. Texto para discussão n.º 24. Campinas, UNICAMP, Instituto de Geociências, Departamento de Política Científica e Tecnológica, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1991a.
- _____. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 8ª. Edição, 1991b.
- _____. Bordiga, Amadeo. Conselhos de Fábrica. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- HESSEN, Boris. Las Raices Socioeconómicas de la Mecánica de Newton. Havana, Academia, 1985.
- HOBBSBAWN, Eric. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.
- _____. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- KUHN, Thomas - A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo, Editora Perspectiva, 3ª. ed., 1989.

- LEITE, Márcia P. Reestruturação produtiva e sindicatos: o paradoxo da modernidade. In O Trabalho em Movimento - Reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. São Paulo, Papyrus, 1997.
- _____. O Futuro do Trabalho. Novas Tecnologias e subjetividade operária. São Paulo, Ed. Página Aberta, 1994.
- LIMA, Adi dos Santos. Em nome da competitividade. In Diário do Grande ABC, Contexto. São Bernardo, 2 de novembro de 1995.
- MACIEL, Maria Lucia. O milagre italiano: caos, crise e criatividade. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.
- MARCUSE, Herbert. One dimensional Man. London, Sphere, 1968.
- MARONI, Amnérís. A estratégia da Recusa. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Vol. 1 e 2. São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1985.
- _____. O Capital O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Segundo: o Processo de Circulação do Capital. São Paulo, Nova Cultural, 1988a.
- _____. Miseria de la Filosofia. Moscou, Progreso, 1988b.
- MARX, Roberto. Análise dos Projetos de Implantação de trabalho em grupo na indústria: a questão da autonomia no chão de fábrica. Tese de doutorado defendida na Escola Politécnica da USP. São Paulo, 1996.
- MATTOSO, Jorge. A desordem do trabalho. São Paulo, Página Aberta, 1995.
- _____. POCHMANN, Márcio. Respostas sindicais à globalização: o caso brasileiro. Campinas, 1999.
- MERCEDES BENZ DO BRASIL. Projeto Fábrica 2000. São Bernardo do Campo, 1995.
- _____. SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. Acordo Coletivo de Trabalho COT 725/94 sobre terceirização e desverticalização. São Bernardo do Campo, 1994.
- _____. SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. Acordo Coletivo de Trabalho COT 825/94 sobre manufatura celular. São Bernardo do Campo, 1994b.
- _____. SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. Acordo Coletivo de Trabalho COT 420/95 sobre kaizen. São Bernardo do Campo, 1995.
- _____. SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. Acordo Coletivo de Trabalho sobre adoção de trabalho em grupo na MBB. São Bernardo do Campo, 1995b.
- MERTON, Robert K., Os imperativos institucionais da Ciência. In: J.D. Deus (org.), A Crítica da Ciência. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- MOVIMENTO PELA RETOMADA DO SINDICALISMO. O PT e a crise do Movimento Sindical. In Encontro Nacional de Sindicalistas do PT - Caderno de Teses. São Paulo, 1996.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. Caderno de Economia, 26/07/91.
- _____. Demissões abalam clima de acordo entre Mercedes e Sindicato. São Paulo, 08/10/1995.
- PAULO da SILVA, Vicente. Eita Mercedes!. In Diário do Grande ABC, Contexto. São Bernardo, 29 de setembro de 1995.
- PINCH, T., BIJKER, W. E. The social construction of facts and artifacts: or how the sociology of Science and the Sociology of Technology might benefit each other. In Bijker et al, The Social construction of Technological systems. Cambridge, MIT Press, 1990.
- PIORE, Michael; Sabel, Charles. The second industrial divide: possibilities for prosperity. New York, Basic Books, 1984.
- POCHMANN, Márcio. O trabalho sob fogo cruzado. São Paulo, Contexto, 1999.

- O desemprego na economia global: dimensão, hierarquia e evolução no último quartel do século XX. Versão preliminar. Campinas, 2000.
- PONCE, Aníbal. Educação e Luta de Classes. Lisboa, Veja, 1979.
- PRICE, J. D. de SOLLA. Little Science, Big Science and Beyond. New York, Columbia University Press, 1986.
- RODRIGUES, Iram Jácome Rodrigues. Comissões de Fábrica e Reestruturação Produtiva. In De JK a FHC, a reinvenção dos carros. Org: Arbix, Glauco e Zilbovicius, Mauro. São Paulo, Scritta, 1997a.
- Sindicalismo e política: a trajetória da CUT. São Paulo, Scritta, 1997b.
- ARBIX, Glauco. Novas estratégias sindicais diante do desemprego. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 10, n° 1, jan-mar, 1996.
- RODRIGUES, Leôncio M. CUT, os militantes e a ideologia. São Paulo e Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- Força Sindical.
- ROSA, Maria Inês. Trabalho, Subjetividade e Poder. São Paulo, USP, Letras, 1994.
- SANTOS, Wanderley dos; Médici, Ademir. 1º de maio e os principais momentos da luta sindical em São Bernardo: 1902-1990. São Bernardo do Campo, Secretária de Educação, Cultura e Esportes, 1992.
- SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS/MG. Vamos falar sério de Qualidade? Belo Horizonte, 1994.
- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. Tribuna Metalúrgica. São Bernardo do Campo, 1993 - 1999.
- Resoluções do 1º Congresso dos Metalúrgicos do ABC. São Bernardo do Campo, 1993.
- Um Acordo Histórico. As propostas dos trabalhadores da indústria automotiva e a proposta de acordo firmada em fevereiro de 1993. São Bernardo do Campo, 1993a.
- Formação. Folder de apresentação de cursos oferecidos pela Secretaria de Formação. São Bernardo, 1993b.
- Revista Ligação. São Bernardo do Campo, 1993 a 1995.
- Comissão de Fábrica da Mercedes Benz do Brasil. Qualidade de Vida no Trabalho na Mercedes Benz do Brasil. São Bernardo do Campo, 1994.
- Programa de Apoio às Organizações nos locais de trabalho. São Bernardo do Campo, 1995.
- Comissão de Fábrica da Volkswagen - São Bernardo do Campo, Relatório de Visita às Montadoras na Alemanha e na Bélgica: o trabalho em grupo nestas empresas. Relatório da Conferência Mundial de Representantes de Trabalhadores no grupo VW. São Bernardo do Campo, 1996.
- Sindicalização/ES, Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro/RJ, Sindicato dos Metalúrgicos de Timóteo/MG. Viver ou sobreviver? Em busca da qualidade sustentável. Vídeo dirigido para trabalhadores e dirigentes sindicais de base. Vila Velha, Associação Raio, 1996.
- Caderno de Resoluções do 2º Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. São Bernardo do Campo, 1997.
- DIEESE. Renovação e Reciclagem da Frota de Veículos - As Propostas dos Metalúrgicos do ABC. São Bernardo do Campo, novembro, 1998.
- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE CAMPINAS E REGIÃO. Resoluções do 4º Congresso dos Metalúrgicos. Campinas, 1992.

- Bosch - Conhecê-la para transformá-la. 1º. Encontro Nacional dos Trabalhadores da Bosch. Campinas, 1993.
- SINDICATOS DOS METALÚRGICOS DE LIMEIRA E REGIÃO E DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Mobilização Metalúrgica. Campinas, 1993.
- Trabalhadores da Gevisa. O Expresso do descaso. Não às demissões. Campinas, 21/07/1994.
- Resoluções do 5º. Congresso dos Metalúrgicos de Campinas e Região. Campinas, 1995.
- Cartilha do Cipeiro. Campinas, 1997.
- Resoluções do 6º. Congresso de Metalúrgicos de Campinas e Região. Campinas, 1998.
- Sindicato faz pesquisa sobre ambiente de trabalho. Campinas, maio 1998b.
- SINDICATOS DOS METALÚRGICOS DE LIMEIRA E REGIÃO E DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Jornal Unificado. Campinas, Limeira e São José dos Campos, 27/09/1999.
- outros Sindicatos e Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais. Por uma Organização Nacional dos Metalúrgicos que se estruture como uma confederação e que mobilize como um Sindicato. São Paulo, 1999b.
- Folha de Metal. Jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e região. Campinas, 1990 – 1999.
- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA. Jornal Tribuna Metalúrgica. São Bernardo do Campo.
- Jornal dos Trabalhadores da Mercedes. São Bernardo do Campo, dezembro, 1984.
- Resoluções do 6º. Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. São Bernardo do Campo, 1991.
- Reestruturação do Complexo Automotivo Brasileiro - As propostas dos Trabalhadores na Câmara Setorial. São Bernardo do Campo, 1992.
- Revista Ligação. São Bernardo do Campo, 1989 a 1993.
- THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- VELHO, Léa. *Indicadores de C&T e seu uso em Política Científica*, in Sociedade e Estado. Vol. 7 (1-2), 1992.
- VESSURI, Hebe. *Perspectivas recientes en el estudio social de la ciencia*, in Interciencia, vol 16, n° 2. 1991.
- VOLKSWAGEN DO BRASIL, SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. MS Argentina. Acordo Coletivo. 1999

5. ANEXO A – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO MS

Este anexo, em seu item A, representa o esforço iterativo de construção do referencial analítico da compreensão da C&T pelo MS, apresentado no capítulo 2. No capítulo 1 discuto a construção social da C&T a partir de uma visão de classe, que orienta a análise. No capítulo seguinte trato desta formulação, das Posturas e dos Temas encontrados durante a pesquisa de campo nas entidades sindicais, para a análise indireta da compreensão da C&T pelo MS em si. Desenvolvo o referencial analítico, a matriz de análise, com o cruzamento das Posturas e dos Temas.

No capítulo 3 aplico o referencial analítico nas organizações sindicais. Estudo o MS, suas lideranças, assessorias e em fóruns e instâncias: o MS do ABC, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC - antigo Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema), Comissão de Fábrica da Mercedes Benz do Brasil (CF-MBB) e assessores sindicais; os metalúrgicos de Campinas (SMCPS); a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Neste anexo encontra-se dados e informações sobre as organizações estudadas e posturas adotadas antes dos anos 90.

Também encontra-se o resultado inicial das pesquisas, relacionado à história do MS e das organizações sindicais e o trabalho de pesquisa concomitante ao desenvolvimento dos capítulos 1 e 2. As informações constantes deste anexo, ajudam a compreender melhor a utilização dos referenciais analíticos e as conclusões tiradas no capítulo 3.

5.1. A COMPREENSÃO DA C&T PELOS METALÚRGICOS DO ABC

5.1.1. *Da fundação aos anos 80 na luta pelo reconhecimento e pela identidade*

O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André foi fundado em 1932, influenciado por experiências políticas trazidas por imigrantes europeus (particularmente, pelo anarco-sindicalismo), pelo Partido Comunista do Brasil/Brasileiro (PCB) e pelas Igrejas Católicas (Santos, Médici, 1992). Estas influências podem ter contribuído para a constituição de uma base social que reconhece seus direitos enquanto classe social. Em 1959, devido a uma estratégia política do Partido Comunista do Brasil - PCB (força política sindical hegemônica no ABC) nessa época e com apoio implícito de alguns empresários, seria fundado o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMBC, 1991).

A cidade de São Bernardo do Campo foi escolhida para sediar a indústria automobilística brasileira, concomitantemente ao processo acelerado de industrialização promovido por Juscelino Kubitschek no final dos anos 50, como descreve Shapiro (1997) e Negro (1997). Montadoras como a Volkswagen (VW), Mercedes Benz (MBB) FNM, Willlys, entre outras, consolidaram a indústria automobilística que seria o modelo de modernização adotado por este setor durante os anos 60 e 70.

Na década seguinte, apesar da ligação com os governos populistas e, portanto, consentindo uma prática política associada ao modelo sindical corporativo¹⁰, o sindicato desenvolveu mobilizações limitadas, mas representativas, como o apoio às Reformas de Base, assumindo uma posição próxima ao nacionalismo e aos comunistas, que estavam alinhados. Esta política estava associada a um modelo de desenvolvimento: o nacional-desenvolvimentismo. A visão

¹⁰ O modelo sindical corporativo foi implantando por Getúlio Vargas na década de 30, influenciado por experiências fascistas, constituindo um atrelamento da relação capital-trabalho ao Estado. A autonomia sindical frente ao Estado é limitada, tanto do ponto de vista financeiro (os meios de financiamento são previstos e regulados por lei), quanto do ponto de vista político (o sindicato tem de ser reconhecido pelo Estado para poder exercer as suas funções) e sua ação é restringida. Questões como conhecimento prévio de inovações e a formação da mão de obra são proibidas de serem exercidas pelo MS (Rodrigues, 1986; Boito, 1988). Logo, o MS corporativo tendeu a não interferir no processo produtivo, aproximando-se de uma compreensão instrumental passiva/neutra ou pouco ativa.

instrumental e positiva da C&T, que unia a esquerda e a direita, estava presente, demonstrado pelas ações e declarações feitas pelos empresários e sindicalistas (Negro, 1997).

A ditadura militar implantada pelo golpe de 1964 aumentou as dificuldades para a representação dos trabalhadores. O sindicato sofreu intervenção, os trabalhadores foram impedidos de fazer greve e ocorreu um forte arrocho salarial, que perduraria até do final da década seguinte (Antunes, 1988). A ocorrência do autoritarismo militar associado ao autoritarismo gerencial (Maroni, 1982) nas fábricas aumenta a opressão e cria um descontentamento dos trabalhadores. Parte-se então para uma resistência não declarada dos trabalhadores nas fábricas, no nível micro. Trabalhadores e lideranças sindicais dedicam-se também a trabalhos de organização da população nos bairros.

A partir de 1976, a presidência do sindicato é assumida por Luis Inácio da Silva, que começa uma reaproximação com setores da esquerda e com a Igreja Católica, na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. A história do MS nacional passa a ser influenciada pela trajetória política do SMBC, que tem um papel fundamental na política sindical, regional e nacional desde a ascensão do “Novo Sindicalismo”. O MS contribuiu para o fim da Ditadura Militar, para construção da CUT e do Partido dos Trabalhadores (PT) na década seguinte, influenciando sensivelmente os rumos da política nacional.

Nos anos 80 ocorreu um período de consolidação do novo sindicalismo, que se afirmou como ator social relevante na política brasileira. O SMBC constituiu o reconhecimento do seu papel no mundo do trabalho, compreendendo a necessidade de construção de uma identidade de classe entre os trabalhadores para fortalecer as suas posições e reivindicações na relação capital-trabalho. A luta econômica, que priorizava a reposição e o aumento salarial, a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, foi conjugada à solidariedade a outras categorias e à articulação com a sociedade civil organizada em geral, o que possibilitou uma transcendência para uma luta política mais ampla, com a participação ativa na política brasileira (Rodrigues, 1986). Ou seja, o SMBC procurou disputar a hegemonia na sociedade, consolidando uma visão de classe para si e passando a se preocupar também com a construção de uma visão ético-política, da construção da classe trabalhadora em nível regional, nacional e internacional.

A classe empresarial, dotada de uma cultura autoritária originada do modelo de gestão fordista-taylorista, tendia a não aceitar o SMBC como interlocutor, não somente nas negociações salariais, mas principalmente nas questões “internas”, técnicas, que compreendessem os planos

de modernização da fábrica. Ou seja, o espaço de produção foi apropriado pela alta gerência enquanto esfera privada, fortalecendo a subordinação dos trabalhadores.

A organização dos trabalhadores nos locais de trabalho é uma das características desta nova ação sindical. As organizações por locais de trabalho (OLT), como representantes em CIPAs (Comissões Internas para Prevenção de Acidentes), delegados sindicais e constituição de Comissões de Fábrica (CFs) e Grupos de Fábrica (GF) tinham como prioridade a luta política sintonizada à realidade vivida pelo trabalhador. Ou seja, questões como reajustes salariais, saúde do trabalhador, o impacto ambiental, as condições de trabalho e de segurança e a organização do trabalho, constituíram uma resistência à intensificação e à exploração dos trabalhadores pelas empresas e que levaram os trabalhadores a lutarem pelo direito a se organizar em OLTs.

Como não poderia deixar de ser, este movimento era predominantemente conflitivo, de resistência: luta por melhores salários, contra a intensificação do trabalho e por condições de trabalho adequadas eram acompanhadas por greves, paralisações, operações padrão e tartaruga, entre outras ações que procuravam melhorar as condições de representação dos trabalhadores no sentido de melhoria das condições de vida e de trabalho e preservar e ampliar o conhecimento dos trabalhadores sobre o processo produtivo, diminuindo a separação entre concepção e execução, típico de padrões industriais derivados do fordismo-taylorismo.

As novas tecnologias já são preocupações expostas pelos sindicalistas brasileiros na década de 80 (CUT, 1987, 1988). Isto é incentivado pelas transformações que começavam a ocorrer em algumas das fábricas e pela introdução da automação. Além disso, os métodos e técnicas gerenciais advindos da experiência japonesa, como o CCQ e o *just in time*, começam a ser utilizados no ABC. Embora seu uso não seja generalizado, a percepção de que a tecnologia poderá afetar os trabalhos começa a ser relevante, apesar do desenvolvimento tecnológico industrial ser relativamente lento no ABC paulista dos anos 80 (Bresciani, 1997).

José Lopes Feijóo¹¹, membro da CF-Ford São Bernardo, e posteriormente coordenador do CNTA, redigiu a resolução do I Encontro das Comissões de Trabalhadores da Ford na América Latina sobre Novas Tecnologias e Automação (CUT, 1987:12). No documento ressalta-se a compreensão de que a tecnologia não está satisfazendo as necessidades e os interesses de todos, mas somente de uma parcela. Observou-se na pauta de reivindicações que os trabalhadores precisam ter informação prévia em relação à implantação das novas tecnologias nas fábricas e

lutar para eliminar os “efeitos perversos da tecnologia e da automação”, como a desqualificação do trabalhador (CUT, 1987:15). A preocupação com o desenvolvimento nacional, com o redirecionamento e o controle social das pesquisas, priorizando os problemas sociais, bem como o desenvolvimento de atividades econômicas que melhorem a qualidade de vida da população estão expostos neste documento. Trabalhos sobre novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho foram realizados pela sub-sede do DIEESE no SMBC, alertando para a ampliação dos efeitos das transformações científico-tecnológicas nas indústrias, inclusive as do setor metal-mecânico.

Apesar disso, a compreensão da C&T pelo MS do ABC aproximava-se do instrumental ativo. Isto ocorria devido ao nível de organização frágil, embora crescente, para a realização da proposição, prevalecendo as ações de resistência sem proposição. Uma visão negativa da C&T começa a se esboçar nos anos 80, a partir das conseqüências das inovações na vida dos trabalhadores e permite a constituição de uma nova compreensão nos anos 90, como discuto a seguir.

5.1.2. *Os anos 90 – Da Câmara Setorial à proposta de renovação da frota nacional de veículos: a hora e a vez do sindicalismo propositivo*

A discussão entre as lideranças do MS sobre um novo modelo de desenvolvimento econômico e social alternativo ao modelo brasileiro excludente e anacrônico que se adequasse às necessidades e demandas dos trabalhadores e da sociedade brasileira estava na pauta de debates nos anos 80 (DIEESE, 1985). O debate, reforçado pela necessidade de construção de uma identidade política dos trabalhadores e de seus mecanismos de representação, é influenciado por nacionalistas e por correntes com influências teóricas do marxismo (social-democracia, socialismo e comunismo).

No início dos anos 90, pôde-se sentir o esgotamento do modelo de substituição de importações e a ascensão do governo Collor, que apresenta uma política de abertura econômica irrestrita ao mercado internacional. Esta política levou à recessão em 1990 e colocou novos desafios ao setor produtivo. As empresas automobilísticas brasileiras encontravam-se defasadas em relação ao avanço tecnológico apresentado nas indústrias situadas nos países desenvolvidos. A reestruturação produtiva já havia se tornado instrumento fundamental para o aumento da produtividade e da competitividade. O então presidente a República se referia aos automóveis

¹¹ Atualmente é presidente da CUT/SP e secretário geral do SMABC.

brasileiros como “carroças”, resultado dos anos de protecionismo do mercado e pela estagnação do setor no país durante os anos 80.

O SMBC percebeu o sensível aumento do desemprego e as mudanças da qualidade de emprego em sua base, como o aumento da demanda por maior qualificação profissional e a exigência de mais educação formal, principalmente nas montadoras (SMBC-Revista Ligação, 1990; Bresciani, 1996; Cardoso e Comin, 1997). Apesar da possível diminuição da rotatividade nos empregos, a insegurança no trabalho conjuga-se a um processo de insegurança em todo o complexo automobilístico, inclusive entre as lideranças empresárias, que temiam a exposição abrupta de suas empresas à competição internacional.

Para o SMBC, esta situação era muito delicada. Sua base se concentrava no setor automobilístico e isso fazia com que o MS do ABC percebesse que a possibilidade de recessão, combinada à abertura comercial e à reestruturação produtiva, levaria milhares de trabalhadores ao desemprego e à precarização e a piora de condições de trabalho e de vida para aqueles que permanecessem. Isto afetaria os trabalhadores do ABC, devido ao efeito-cascata que provocaria no comércio e no setor de serviços local, causando uma crise econômica e social no ABC.

Este contexto redesenhou a política sindical. As reivindicações que eram por reajustes salariais e pelo direito à livre organização sindical nos anos 80, foram mudadas nos anos 90 para uma luta pela manutenção do emprego, pelo conhecimento prévio das estratégias empresárias em relação à tecnologia a ser incorporada no ABC e no país e na construção de um novo modelo de MS que respondesse às mudanças técnicas na produção, como pode se verificar a seguir em um trabalho relacionado à C&T realizado pela CF-MBB.

5.1.3. A Câmara Setorial automotiva e uma nova compreensão da C&T pelo SMABC

O início dos anos 90 marca um novo contexto para o MS do ABC. A partir do processo de negociação que levasse à manutenção dos empregos na planta da Ford, localizada no ABC, o SMBC passou a discutir com maior preocupação as conseqüências das inovações na vida dos trabalhadores. Isto ocorreu após uma sucessão de greves, que alcançaram 50 dias no final de 1990 e início de 1991, a “greve dos golos vermelhas”, em que a Ford ameaçava demitir cerca de 700 trabalhadores, arrochar salários e até fechar a fábrica de motores situada no ABC (OESP, 1991).

Em setembro de 1991, uma nova greve de 23 dias foi realizada, como protesto contra a proposta de fechamento da fábrica, comunicada oficialmente pela direção da empresa em junho. A direção mundial da Ford já havia se pronunciado contrariamente à manutenção da fábrica de motores no ABC (SMBC-Tribuna, 1991). A greve não obteve os resultados esperados, levando à conclusão de que a melhor alternativa seria uma negociação direta com a direção mundial da empresa, em Detroit (EUA). Uma delegação sindical deveria ser responsável pelo encaminhamento da proposta de manutenção da Ford no ABC.

Esta negociação foi realizada em 1991, articulada a partir de lideranças sindicais, religiosas, partidárias e ligadas à Administração Municipal de São Bernardo do Campo, junto à direção mundial da Ford. Esta articulação possibilitou a comunicação com lideranças, políticas, empresariais e sindicais norte americanas, como apontado por Arbix (1996:68-71). O encontro foi feito, mas não apresentou os resultados esperados. A empresa argumentou que estava em crise por falta de competitividade devido ao crescimento das montadoras japonesas no mercado automotivo internacional e norte-americano, e que era prioridade manter as plantas industriais da empresa situadas no NAFTA (Arbix, 1996: 38).

Acompanhado por um dirigente sindical do setor automotivo local (UAW), o então presidente do SMBC, Vicente Paulo da Silva (que posteriormente viria a ser o presidente nacional da CUT, a partir de 1994), pôde presenciar, junto com a delegação, a grave crise vivida pelas empresas automobilísticas norte-americanas, que perderam competitividade devido ao desenvolvimento tecnológico das indústrias automobilísticas japonesas. Verifica-se na cidade de Detroit, anteriormente uma das cidades mais prósperas dos EUA e centro da indústria automobilística nos EUA, o fechamento de fábricas, o desemprego e a crise social (SMBC, 1990, 1991; Arbix, 1996). Se em um país desenvolvido as conseqüências das mudanças tecnológicas eram tão devastadoras, o que poderia se pensar para um país (e para a região do ABC), onde a rede de infra-estrutura, as condições sociais e o desenvolvimento científico-tecnológico estavam em condições muito mais precárias? A face negativa da reestruturação produtiva na cidade de Detroit tinha clara analogia com o ABC.

Aproveitando-se do enfraquecimento político do Governo Collor, que posteriormente seria levado ao impeachment, o SMBC passa a defender uma política de desenvolvimento setorial para combater a crise econômica nacional (haja visto a importância econômica do setor automotivo), para manter e aumentar o número de empregos, com aumento salarial. Após uma reunião do

SMBC com o ministro da economia, Marcílio Marques Moreira, inicia-se a discussão sobre um fórum onde uma das pautas era a reestruturação produtiva (SMBC, 1992:17).

Para isso, no final de 1991, será constituído um fórum tripartite, composto por uma coordenação geral, formada pelo Governo (incluindo a secretaria de C&T do governo paulista e governos municipais imediatamente interessados), por representantes empresariais ANFAVEA, FENABRAVE, SINDIFORJA, ABIFA, ANIP e SINDIPEÇAS) e pelo SMBC, a Câmara Setorial Automotiva (ibidem:18). Esta seria uma das câmaras mais ativas e uma das que mais resultados apresentou.

A redução dos custos finais dos carros, através da redução de impostos (como o IPI e o ICMS) e da margem de lucros, com mudanças no mix de produção, decidida com propostas feitas pelo SMBC, são alguns dos assuntos debatidos e dos resultados acordados em mesa de negociação. Essas medidas refletiram no aumento progressivo da produção automobilística, na manutenção dos níveis de emprego (pelo menos durante a sua vigência) e dos salários.

Em 1995, inicia-se o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) na presidência da República. Eleito por uma grande coalizão de forças políticas e econômicas, majoritariamente conservadora, e sendo responsável pelo controle da inflação a partir da sua formulação enquanto Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, FHC modificou sensivelmente o modelo de governo e a relação com os movimentos sociais, sobretudo em relação à CUT. A pauta relacionada à abertura da economia brasileira no mercado internacional, a tentativa de desregulamentação das relações trabalhistas e as privatizações de estatais, entre outras medidas, fez com que o novo governo entrasse em rota de colisão com os partidos de esquerda/centro esquerda e com a CUT¹². A continuação e o aprofundamento da política econômica implementada no começo dos anos 90 levou à retirada do governo federal das negociações e ao fim da concertação regulada constituída anteriormente. Arbix chama este novo contexto político-econômico de “Câmara banida”.

O discurso favorável, a elaboração da proposta e a articulação para a constituição da Câmara Setorial revela um MS do ABC comprometido com a definição de políticas industriais,

¹² Não pode ser esquecido o episódio envolvendo a greve nacional dos petroleiros em 1995, em que o governo utilizou diversos mecanismos de coerção, inclusive militar, e procurou derrotar exemplarmente o movimento grevistas (FUP, 1995). A quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações foram algumas das principais medidas do primeiro mandato de FHC

anteriormente decididas sem a participação do trabalho. A apresentação de propostas para a manutenção e o aumento do nível de emprego, a articulação de propostas que definiram o mix de produção, discutindo produtividade, eficiência e competitividade possibilitaram ganhos para os trabalhadores, tanto na remuneração, quanto no nível salarial. Apresentam, portanto características de uma compreensão crítica da tecnologia, onde temas como a subordinação, o emprego, a resistência e a organização sindical estão presentes nas posturas sindicais.

5.1.4. . *O programa de renovação da frota*

“Se há um ponto que marca profundamente a sociedade contemporânea, este é o automóvel. Ele é sinônimo de ‘status’, ascensão social, poder econômico investimento e emoções para o consumidor. Para os países, ele representa emprego, infra-estrutura, tecnologia, divisas e impostos. Mas, não resta dúvida, ele também tem sido sinônimo de aspectos negativos, entre os quais problemas ambientais, especialmente o consumo elevado de combustível e a poluição gasosa e sonora” (SMABC, DIEESE, 1998:25).

A construção de alternativas tecnológicas para o desenvolvimento da indústria automobilística brasileira nos anos 90 tem na proposta de Renovação da Frota de Veículos Brasileira uma proposição sindical a ser destacada. O desenvolvimento econômico brasileiro, que esteve em processo de retomada após o governo Collor, voltou a declinar com a posse de FHC. A falta de perspectivas para o crescimento das vendas de veículos, aliado ao aumento do desemprego na cadeia produtiva, motivou a procura de mecanismos que pudessem incrementar a produção de veículos no país.

A Política Nacional de Transportes tem há décadas priorizado o transporte rodoviário em detrimento de outras alternativas (hidrovias, ferrovias, metrô). Havia infra-estrutura que desse conta do número dos automóveis. As péssimas condições do sistema rodoviário, da conservação de vias e do caos urbano existente nas principais cidades do país pioraram a qualidade de vida dos trabalhadores e da população.

O impacto ambiental causado pela emissão de poluentes, inclusive de veículos automotivos, além dos problemas relacionados à segurança no trânsito, motivaram a apresentação de uma proposta:

(1995-8) e resultaram no rompimento das negociações entre as organizações sindicais da CUT e o governo federal.

“Entre outros motivos, a redução de poluentes com a renovação da frota explica-se pela ausência de tecnologia apropriada à redução de poluente nos veículos antigos” (SMABC, DIEESE:29).

“O que fazer então com toda a sucata? Superlotar os atuais ferros-velhos? Ou buscar, através de tecnologias apropriadas, reciclar os materiais de forma a construir um ciclo sustentável de um produto industrial?” (SMABC, DIEESE:47).

5.1.5. *A compreensão da C&T pelo SMABC e pelos sindicalistas*

O MS do ABC, como visto anteriormente, possui uma trajetória política única no país. Berço do Novo Sindicalismo, o SMABC constituiu uma organização sindical representativa da capacidade de disputa de poder nas fábricas, na região do ABC, chegando a interferir nos rumos do contexto nacional, como no exemplo da Câmara Setorial Automotiva. A articulação entre CFs, OLTs, FEM, CNM, CUT, FITIM-CIOSL, de outros sindicatos e OLTs no país e no exterior, além de outros atores sociais, fortaleceu a capacidade de resistência e proposição frente às novas tecnologias.

As ações frente à Reestruturação Produtiva, ao desenvolvimento regional e setorial (automotivo) demonstram que o SMABC constituiu uma compreensão ativa frente à tecnologia. As ações da CF e do sindicato na MBB, pioneiras no país, possibilitaram uma ação sindical que combina resistência, proposição e organização na trajetória tecnológica no interior da fábrica. A constituição de GSAs, a efetivação de acordos coletivos e as negociações anteriores à implantação de novas tecnologias, às terceirizações, entre outras questões, são demonstrativas de um MS que tem a ambivalência tecnológica como premissa de sua ação.

Em relação ao discurso sindical, a compreensão ultrapassou uma visão instrumental ou negativa em relação à tecnologia. As teses e resoluções congressuais dos metalúrgicos do ABC nos anos 90, revelam uma trajetória progressiva para um discurso crítico. A percepção dos sindicalistas e dos militantes, frente às mudanças, ainda nos anos 80, aguçada pelo trabalho desenvolvido pelas assessorias e departamentos do SMBC/SMABC e por setores da comunidade acadêmica, entre outros atores sociais, permitiu o desenvolvimento de uma compreensão não – instrumental da C&T pelo MS.

No 6º Congresso dos Metalúrgicos do SMBC (1991), a “Resolução sobre automação e tecnologia” reflete uma nova compreensão, não-instrumental, sobre a tecnologia. Ela se aproxima de uma compreensão crítica, ao avaliar que o avanço tecnológico não estava tendo como retorno

melhorias nas condições de trabalho e de vida para os trabalhadores, mas somente ganhos na produtividade e na competitividade das empresas. A redução dos empregos, nas fábricas metalúrgicas, é uma das consequências negativas para os trabalhadores citadas no documento:

“Sem deixar de reconhecer benefícios localizados, o balanço mostra prejuízos claros para a categoria. Associados à estagnação econômica, as inovações em tecnologias e organização reduziram os empregos nas fábricas e na categoria” (SMBC, 1991:14).

A afirmação de que houve redução do número de trabalhadores no ramo metalúrgico é associada à possibilidade de que estas inovações poderiam estar beneficiando a todos, inclusive à sociedade, se esta não fosse apropriada apenas pelos interesses empresariais. Em outro trecho do texto, a busca por uma sociedade mais justa e igualitária é associada à possibilidade de que o avanço tecnológico poderia trazer benefícios a todos, melhorando as condições de vida dos trabalhadores e da sociedade.

“O avanço tecnológico e organizacional poderia elevar fantasticamente o bem estar da grande maioria da população, permitindo a produção de muito mais riquezas, com muito menos esforço humano. Abrindo caminhos para reduzir sempre mais a jornada de trabalho, e aumentar a renda dos trabalhadores; para desenvolver uma tecnologia brasileira de ponta, voltada para os problemas do povo” (SMBC, 1991:14).

No entanto, a consequência trazida pelas inovações estava traduzida em piora das condições de trabalho, com aumento do controle gerencial, aumento dos problemas de saúde relacionados às funções profissionais exercidas, a intensificação do trabalho, a efetivação de terceirizações (com a ocorrência da precarização do trabalho), além do aumento do desemprego já citado. Também não ocorreu o aumento dos níveis de renda, apesar do aumento da produtividade. A constatação de que as inovações deveriam resultar em melhorias para os trabalhadores está contida em outro trecho:

“(…) a aceleração do ritmo de trabalho, o controle automatizado, o desgaste mental são problemas freqüentemente relatados. Ao mesmo tempo que traz competitividade para as empresas, a mudança tecnológica e organizacional não resultou na elevação de nossos níveis de renda” (SMBC, 1991:14).

E está reforçada na Resolução sobre Saúde, onde o impacto das mudanças nas relações técnicas na produção atinge as condições de trabalho, chegando-se a piorar as condições de saúde e de vida dos trabalhadores. A C&T não está a serviço de todos:

“O avanço científico-tecnológico dos meios de produção só tem servido aos interesses lucrativos dos patrões. A melhoria do ambiente de trabalho é pequena ou praticamente nula. A contradição que se apresenta é evidente: avança-se no sentido da produção, da lucratividade e competitividade: fica-se parado ou se retrocede no que diz respeito à melhoria do ambiente de trabalho” (SMBC, 1991).

A priorização na pauta sindical da questão tecnológica, modificando a compreensão instrumental da tecnologia ainda vigente em setores do MS, é uma das resoluções deste congresso, no processo de resistência às demissões e na pauta de reivindicações frente às empresas:

“Relacionar a mudança tecnológica às demais prioridades da categoria, vencendo a resistência patronal que impediu acordos sobre o tema, e as contradições existentes entre os próprios trabalhadores, nos parece um objetivo fundamental para a presente direção, comissões de fábrica e ativistas, uma vez que a classe dominante prega que as novas tecnologias trazem benefícios diretos (salários, cargos, etc.), sem mostrar o conseqüente corte na mão de obra direta na produção” (SMBC, 1991:14)

A negociação sobre novas tecnologias adotadas pelas empresas, expressou-se nas deliberações do 6º Congresso. Isto ocorreu a partir da constituição da Comissão Sindical de Automação e Processo de Trabalho, formada pelo SMBC, membros de OLTs e assessoria sindical, sobretudo ligada ao DIEESE. Os objetivos desta Comissão estão ligados à elaboração de uma política sindical que contemplasse a temática (formação, comunicação, pesquisa, contratação coletiva) e a relacionassem com melhoria das condições de trabalho, com a democratização das relações no interior das fábricas e à política de desenvolvimento nacional. A articulação com o Departamento Nacional dos Metalúrgicos da CUT (DNM, atual CNM) e com o CNTA-SPS/CUT é uma das decisões tomadas.

O 1º Congresso dos Metalúrgicos do ABC (1993) marca a unificação do SMBC com o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Os dois sindicatos já haviam sido unificados no passado, como relatado anteriormente, e agora voltavam a estar juntos na ação sindical da região do ABC. As experiências construídas em São Bernardo do Campo, principalmente aquelas relacionadas à resistência, proposição e organização sindical, foram em boa parte assimiladas pelo SMABC. Em relação à visão de classe utilizada pelo MS do ABC, é importante destacar que

esta se insere nas relações entre os países, na relação de subordinação constituída entre eles e nas conseqüências geradas, inclusive com o avanço e o direcionamento peculiares da ciência:

“A conjuntura vivida pelo Brasil reflete o impacto perverso que a Terceira Revolução Industrial e a ofensiva neoliberal introduziram na ordem econômica internacional, que já de muito antes se pautava por laços de dominação, opondo uma dúzia de países ricos aos anseios de bilhões de seres humanos (...) A fome ignora os progressos da ciência e se espalha pela maioria dos países” (SMABC, 1993:6)

A esta visão sobre a hegemonia alia-se uma compreensão de que a luta de classes, no interior dos espaços de produção, não está desconectada do que ocorre externamente à fábrica. A relação capital-trabalho também passou a ter um exercício mais intenso e ativo do consentimento empresarial, em que a falta de alternativas ao desenvolvimento tecnológico e sócio-econômico imposto pode acabar por criar um “caminho único”, não se mostrando outra alternativa, senão a adaptação e a resignação dos trabalhadores aos interesses dos patrões. A relação com as questões “externas” à fábrica, como a ofensiva neoliberal, é relacionada ao advento de novas técnicas:

“Cabem, assim, algumas perguntas: numa fábrica onde os trabalhadores não possuem instrumentos próprios de organização, qual disputa pode ser feita? Que visão alternativa os operários podem formar, quando ouvem discursos sobre as maravilhas da gerência participativa, do CCQ, da polivalência, da célula de produção, do kanban, do just in time, da qualidade total, da flexibilidade, da livre concorrência, da economia de mercado ou do próprio capitalismo” (SMABC, 1993:14).

A disputa de hegemonia tecnológica na relação capital-trabalho modifica as relações sociais de produção. Grupos de trabalhadores mensalistas, que executam a função fora do chão de fábrica, muitas vezes em trabalhos “intelectuais”, que não envolviam trabalho manual ou que não exigiam esforço predominantemente físico, portanto diferenciados dos trabalhadores de chão de fábrica no fordismo-taylorismo, passam a estar mais próximos socialmente dos outros trabalhadores assalariados, os horistas, também conhecidos como colarinhos azuis:

“A automação e as tecnologias modernas fazem crescer o número de trabalhadores horistas cujo perfil se aproxima do mensalista tradicional, por nível de escolaridade e predomínio do exercício intelectual na função. Ao mesmo tempo, determinadas faixas de mensalistas vão tendo, como tendência, um padrão salarial em queda, que os aproxima dos horistas” (SMABC, 1993:17)

Esta compreensão de que ocorre uma aproximação entre os diversos trabalhadores industriais fortalece a constituição de uma visão de classe para si, em que a constituição histórica da classe trabalhadora pode atingir paulatinamente trabalhadores que estão em diversas posições/funções do processo produtivo, como apresentado no capítulo teórico. A qualificação dos trabalhadores no chão de fábrica possibilita a ampliação das funções dos trabalhadores. No entanto, as dificuldades enfrentadas pelo MS para construir esta nova relação social de produção ainda são grandes:

“Mas, na prática, ainda não temos conseguido consolidar entre os mensalistas uma ação sindical permanente, que sirva como canal para assimilar a imensa contribuição que podem trazer à luta e que faça fortalecer, entre eles, a consciência de serem parte integrante da classe trabalhadora, tendo com os metalúrgicos horistas muito mais identidade social e econômica do que com os patrões” (SMABC, 1993:17).

Outra preocupação exposta pelo MS metalúrgico do ABC sobre o avanço técnico está concentrada na questão da subordinação do trabalho ao capital. A explicação que se faz sobre o início do processo que levou a uma relação social de produção, em que o trabalhador deixa de ter autonomia para pensar e organizar o trabalho e passa a ser determinado pelos interesses e pelas instruções dos empresários capitalistas, em troca de recompensa salarial, está exposta no trecho a seguir:

“Com a introdução das máquinas, a produção passa, gradativamente, a ser feita visando a atender um mercado cada vez maior. O trabalho, sua realização e forma de executá-lo, bem como a forma de pensar e organizar o processo produtivo, sofrem as transformações necessárias para contemplar os objetivos da nova classe em expansão: os donos das fábricas (empresários), cujo interesse passa a ser extrair o máximo de rendimento do trabalho, em troca de salário” (SMABC, 1993:28)

Porém, o deslocamento de uma posição de subordinação total, bem como da fragmentação do conhecimento e da alienação, como situações colocadas ao trabalhador em função dos interesses dos empresários, que se realizam através das relações técnicas de produção modernas, é compreendida somente enquanto apropriação. Não se admite como necessária a reconstrução ou o redesenho das tecnologias. Ou seja, a ambivalência não é concebida como fundamental para que revertam as relações sociais de produção não-democráticas, de modo que se mantém a compreensão não-instrumental, aí se mostra ainda não-crítica e ativa:

“O nosso problema enquanto classe não é ‘voltar a inventar a roda’ e sim constituir/reconstituir o conhecimento que nos foi expropriado pelo capitalismo. Precisamos, cada vez mais, adquirir informações qualificadas sobre o processo produtivo. Para isso, torna-se imprescindível a organização nos locais de trabalho e a qualificação do movimento sindical” (SMABC, 1993:30)

Este posicionamento se choca com o posicionamento sobre as técnicas e modelos gerenciais adotados, como o trecho citado anteriormente (p. 14), em que a fala de alternativas ao modelo proposto (ou imposto) leva à aceitação e à subordinação total. As técnicas possuem como uma de suas características a busca do consentimento à política da empresa, apresentadas aos trabalhadores como parte de um novo padrão de relacionamento entre patrões e empregados, mais democrático e participativo, estão colocadas em outro trecho da resolução:

“Um dos maiores perigos dos chamados esquemas participativos (CCQ, trabalho em grupo, planos de sugestão, JIT, etc) é a cooptação ideológica dos trabalhadores, disfarçada de ‘parceria’, onde as empresas buscam se apropriar e se beneficiar de classe, que nos é tão valiosos” (SMABC, 1993:57).

A resolução sindical do 1º Congresso dos Metalúrgicos do ABC sobre terceirizações é bastante clara sobre o diagnóstico em relação ao tema:

“Ao terceirizar, as empresas estão adotando uma estratégia de redução de salários, benefícios e direitos conquistados em acordos e ou convenções coletivas de trabalho e que impliquem em custos para as empresas, a um patamar inferior. Logo, a redução de custos implica salários menores e corte na política ou nos direitos a uma série de benefícios como assistência médica, transporte, bolsa de estudo, restaurante, etc.” (SMABC, 1993:53).

Outro posicionamento demonstra uma estratégia de resistência às mudanças propostas pelas gerências. Trata-se do trabalho em grupo que, ao procurar a eliminação do trabalho em postos fixos e transformá-lo em um trabalho focado no processo, pode levar a intensificação do trabalho sem melhora qualitativa nos conhecimentos e habilidades requeridas. Pode significar somente o aumento da mais valia, a redução a porosidade do tempo e a piora das condições de trabalho, com possíveis conseqüências negativas à saúde do trabalhador. Este posicionamento de resistência operária está desenvolvido no trecho a seguir:

“A desqualificação tem sido também outra brutal conseqüência para a categoria, isto é, preparadores se transformam em operadores de máquinas, torneiros, fresadores e

retificadores transformam-se em operadores multifuncionais. Ocorre também o desaparecimento de funções como inspetores de qualidade, furadores, rebarbadores, ajudantes, desenhistas, etc, que são introduzidos como tarefas de outras funções, ocasionando um aumento de responsabilidade e do volume de operações” (SMABC, 1993:56).

A.2. A negociação sobre novas tecnologias na Mercedes Benz – Sindicato e CF na resistência e na proposição.

A ação do MS frente à C&T depende de uma organização sindical que seja adequada às modificações de contexto. As OLTs são parte da estrutura organizativa que possibilita esta ação sindical (resistência, proposta e organização) frente às mudanças técnicas e sociais. O contato entre as organizações gerais do MS e a realidade vivida no local de trabalho propicia uma pauta de reivindicações mais representativa dos interesses dos trabalhadores. A articulação de interesses entre os trabalhadores e os cidadãos, pode ser realizada por um MS que possua uma visão de classe. Ou seja, o MS mais crítico e ativo frente às inovações é aquele que possui melhores condições de discutir as demandas dos trabalhadores e representá-los. Cotanda (1997:175), ao definir as OLTs, considera que:

“As OLTs atuam como um instrumento aglutinador das demandas existentes no cotidiano dos locais de trabalho, podendo incidir sobre as condições e o ritmo de trabalho, a fiscalização do acordo coletivo, a participação nos lucros e sobre aspectos ligados à gestão da produção e à introdução de inovações tecnológicas.”

No caso do SMABC, a existência de 22 CFs em 1999 (dados da Secretaria Geral), além de outras OLTs (delegados sindicais, GFs e membros de CIPA), representando mais de 70% da base (Bresciani, 1997:264), possibilita resistência e organização superiores àquelas encontradas em sindicatos com maior fragilidade estrutural e organizacional. No entanto, deve-se ressaltar que as CFs são heterogêneas e possuem autonomia em relação à diretoria do sindicato e, portanto, a relação entre a entidade e a CF pode não se pautar somente pelo consenso. Na maior parte das vezes há uma relação de cooperação e de ações conjuntas, mas pode existir uma independência do que se discute na CF e da pauta do sindicato (SMABC, 1995:23).

A discussão e a ação frente às novas tecnologias estão presentes na pauta sindical dos anos 90 do MS do ABC paulista. Existem diversas experiências de negociação do sindicato e das CFs com empresas¹³. Para o estudo presente, destaco o trabalho frente às novas tecnologias realizado pelo SMBC/SMABC em conjunto à CF da Mercedes Benz do Brasil (MBB) nos anos 90. O contexto envolvendo as características da empresa, as declarações, ações e negociações frente ao

¹³ Negociações sobre introdução de novas tecnologias com empresas podem ser encontradas em diversas fábricas, envolvendo em geral a (CF) e o sindicato. Experiências são relatadas, como as ocorridas na Atlas Copco, no final dos anos 80 (CUT, 1991), na VW (VW, SMABC, 1999), Ford, Brastemp, entre outras empresas.

tema, colocam a MBB como um exemplo adequado sobre a ação sindical e a relação capital-trabalho.

A CF-MBB é fruto da ascensão do “Novo Sindicalismo”, assim como boa parte das OLTs do ABC. Após um processo iniciado em 78, conquista-se o direito de se organizar a CF em 1984 (SMBC, 1984). A relação entre os trabalhadores e a direção da MBB passava pela resistência conflitiva contra demissões, arrocho salarial, punições e outros tipos de instrumentos de coerção empresarial. Nos anos 80, portanto, a ação da CF-MBB esteve longe de negociações propositivas ou de relações mais abertas e democráticas sobre inovações. A relação capital trabalho ocorria muito mais pela coerção do que pelo consentimento empresarial o que motivou uma resistência sindical mais conflitiva.

Nos anos 80, a CF-MBB revela já possuir preocupações em relação à tecnologia. Seminários realizados em 1985 (sobre automação) e 1988 (a automação e processos de trabalho) demonstram a preocupação dos trabalhadores e do MS do ABC com a questão da tecnologia e do emprego, além das questões relativas às condições de trabalho. As estratégias gerenciais passaram a ser preocupações constantes, expondo a necessidade de intervir sobre o assunto para não sofrer conseqüências negativas a posteriori.

O discurso empresarial da MBB é baseado na competitividade, na qualidade e na inovação (FSP, 1989). Ainda nos anos 80, anterior ao processo de abertura econômica e ainda ligado a um discurso nacionalista, a MBB afirma no jornal *Diário do Grande ABC* (DGABC, 1986) que investiria em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de veículos comerciais brasileiros da montadora cerca de US\$ 112 milhões. Isto incluiria centros flexíveis de fabricação, CNCs, robôs, entre outros equipamentos de automação para a modernização da fábrica.

A constituição do Centro de P&D da MBB, no começo dos anos 90, chegou a reunir mais de 800 funcionários, dos quais 400 eram engenheiros. Isto indica que o discurso empresarial estava se constituindo em ação explícita que envolvia o desenvolvimento tecnológico e até mesmo uma suposta demanda por conhecimentos científicos. O centro de P&D no Brasil é o segundo maior do mundo, entre os países em que a MBB possui fábricas. Isto se justifica pelo tamanho do mercado interno consumidor dos produtos da empresa, pela competência técnica existente e pelas características locais, que demandavam da empresa – líder brasileira em caminhões e ônibus –, investimentos em P&D para manter a liderança do mercado (GM e, 1991a e b, 1992).

A MBB, forçada pela abertura econômica do país à concorrência internacional, começa a tentar a realização de uma reestruturação produtiva na fábrica de São Bernardo. Tenta, a princípio, sem o apoio ou a participação do MS, mas percebe que isso não seria possível devido às resistências que o ator social poderia impor e inicia negociações com a CF e o SMBC. Elabora um conjunto de propostas conhecido por Projeto Fábrica 2000 (MBB, 1995), com implantação a partir de 1992.

O MS do ABC e a CF-MBB percebem estas mudanças. Em 1990, percebe-se modificações nas preocupações da CF, expressas no discurso sindical sobre a questão científico-tecnológica. Antevendo os efeitos das inovações, que poderiam aumentar o desemprego, a subordinação, a coerção e o controle empresarial sobre os trabalhadores, a CF coloca em seu informativo aos trabalhadores da empresa, as preocupações com o futuro da categoria. Analisando as modificações tecnológicas já realizadas na fábrica e as transformações que ocorreram em outras empresas automobilísticas fora do Brasil, a CF questionou os interesses empresariais e o desenvolvimento científico:

“Isto nos leva a alguns questionamentos. A quem pertence a ciência? É dos patrões, dos trabalhadores ou da humanidade? Por que só um lado sai ganhando?”
(CF-MBB, setembro de 1990:4).

Pode-se observar que a CF-MBB já havia constituído uma visão não instrumental sobre a questão do avanço científico e tecnológico e as conseqüências para os trabalhadores. A questão da apropriação tecnológica (ainda sem discutir o desenho da tecnologia e a ambivalência), do controle gerencial sobre os trabalhadores a partir de cartões magnéticos, da intensificação do trabalho, do aumento da produtividade sem aumento salarial estão presentes neste informativo. Além disso, há um posicionamento da CF em relação ao desenvolvimento tecnológico:

“Não somos contra o avanço tecnológico. Somos contra o atraso social. Não é ética nem moralmente possível que só os patrões ganhem rios de dinheiro e para nós sobre apenas o desemprego e os baixos salários” (CF-MBB, setembro de 1990:4)

Há, portanto, um posicionamento que indica um começo de compreensão de que o emprego, os aumentos salariais e a pauta social mais geral estão ligados diretamente ao desenvolvimento tecnológico. E que as condições de trabalho e as relações sociais de produção são profundamente alteradas, com o possível aumento da coerção e do controle gerencial. Se não houvessem modificações no tradicional padrão de ação sindical frente à C&T vigente nos anos

80, as conseqüências poderiam ser negativa para os trabalhadores. Em outra passagem do informativo da CF-MBB, registra-se a seguinte afirmação:

“Qualquer coisa que venha a ser implantada na fábrica deve partir de ampla discussão da globalidade do problema. Vamos discutir automação e novas tecnologias como um todo e não apenas questões isoladas, quando nos são colocadas como um fato consumado” (CF-MBB, setembro de 1990:4).

Deve-se ressaltar a postura de negociar as inovações na CF-MBB. Representa um começo de modificação no discurso sindical e nas prioridades da pauta de reivindicações da CF, que passa a compreender a questão tecnológica como parte fundamental da pauta na relação capital-trabalho. A luta para possibilitar a informação prévia sobre a modernização tecnológica da empresa se intensifica. No entanto, a ruptura de uma compreensão crítica e ativa da tecnologia ocorre de forma concreta a partir dos anos 90.

A partir dos anos 90, a CF-MBB trabalha com maior ênfase a questão tecnológica como preocupação dos trabalhadores, juntamente com o SMBC. Estas ações se refletem nas seguintes ações: realização de seminários sobre inovações e transformações tecnológicas, cursos e eventos de formação e treinamento para negociação sobre tecnologias; viagens e intercâmbios com outras CFs no Brasil, exercício de relações internacionais com CFs e sindicatos ligados a outras plantas da empresa ou do ramo automobilístico; acordos coletivos relacionados a inovações, segurança do trabalho e ações relacionadas à tecnologia.

As viagens e intercâmbios com outras CFs do Brasil e do exterior melhoraram sensivelmente a capacidade de intervenção sindical do MS do ABC. Viagens realizadas por sindicalistas e assessores para a Itália, a Alemanha, a Inglaterra (em 1993 – DIEESE, 1995: 29), para a Alemanha (em 1995) e para a Alemanha e a Bélgica (em 1996) (SMABC/CF/VW, 1996) possibilitaram novos conhecimentos, novos intercâmbios, relações e ações conjuntas internacionais no ramo produtivo automobilístico. A organização sindical sai fortalecida com o conhecimento de outras formas de organização sindical e cria uma cooperação internacional.

Quanto à realização de seminários sobre inovações e transformações tecnológicas, podem ser destacados as seguintes: processos de trabalho e alternativas sindicais (1991); trabalho em grupo (1993); seminário Brasil, Alemanha, EUA sobre formação sindical em trabalho de grupo, reestruturação produtiva e gerenciamento de qualidade (1996); seminário de avaliação das negociações (sobre inovações - 1997), entre outros. Tais seminários contaram com a presença de

sindicalistas e trabalhadores militantes da MBB e possibilitaram trocas de experiências sobre o trabalho e a luta sindical.

Pode destacar, sobretudo, um evento organizado pela CNM sobre a questão tecnológica, e diretamente relacionado à MBB, ocorrido em 1997. O “Seminário dos trabalhadores da Mercedes Benz: trabalhadores e cidadania”, contou com a presença de 5 sindicatos de metalúrgicos (inclusive o SMABC e o SMCPS), CFs (ABC e Alemanha) e trabalhadores de 5 empresas, sendo assessorados pelo DIEESE e pela assessorias de formação (sobretudo do ABC), além de representantes do poder público, da Universidade Federal de Juiz de Fora e da direção da MBB local no início dos trabalhos. Na pauta de discussão, a integração dos trabalhadores da montadora no Brasil e na Alemanha, com trocas de experiências e a busca por uma estratégia de ação sindical comum na MBB. O evento foi realizado em Juiz de Fora, local da mais nova planta da empresa, onde seriam fabricados os carros compactos (classe A).

As negociações em relação às novas tecnologias nos anos 90, por sua vez, foram bastante abrangentes na MBB, conforme conforma Rodrigues e Arbix (1997:79). Elas envolveram salários, mobilidade de pessoal, condições de trabalho, solicitações sobre informações prévias de inovações, desverticalização e terceirização (MBB/SMBC, 1994), manufatura celular (MBB/SMBC, 1994b), kaizen (MBB/SMABC, 1995), trabalho em grupo (MBB/SMABC, 1995b), participação nos resultados (PLR) e flexibilização na jornada de trabalho. Portanto, interferiram nos pontos centrais da reestruturação produtiva.

Estes acordos regulam uma série de mudanças técnicas na produção. A constituição de um acordo em torno das terceirizações que existam ou viram a existir na MBB indica um esforço do MS do ABC em negociar as inovações que envolviam estas técnicas, evitando demissões na empresa, melhorando as formas de contratação e os direitos dos trabalhadores terceirizados, além de reduzir a fragmentação do conhecimento do sistema produtivo, o que poderia vir a quebrar a subordinação total.

O acordo coletivo sobre desverticalização/terceirização teve como objetivo manter a qualidade, a produtividade e o cumprimento de prazos ao menor custo possível, utilizando ferramentas gerenciais que possibilitassem a contratação de serviços e produtos de pessoas ou empresas externas à MBB. A adoção da terceirização, no entanto, só pôde ser implementada após negociação com uma comissão paritária composta pelo SMABC (e pelo CF), principalmente quando esta ocasiona modificações nas relações sociais de produção (desemprego ou

precarização, por exemplo). As empresas/pessoas candidatas à prestação de serviços devem ser informadas a essa comissão.

A cláusula quarta, sobre os reflexos nos postos de trabalho, garante uma regulação sobre as terceirizações:

“Caso a contratação das atividades e serviços de que trata este acordo vier a refletir em postos de trabalho na Empresa, serão adotadas as seguintes providências:

O ocupante do posto afetado terá prioridade para a ocupação de um outro posto compatível com a sua função/salário anterior.

Na hipótese da nova função exigir readaptação/treinamento, isso será feito, devendo o empregado colaborar com a sua readaptação profissional.

Caso seja possível, e havendo interesse das partes, o empregado poderá ser admitido na empresa prestadora.

Não havendo a possibilidade do aproveitamento do empregado pelas alternativas acima, as partes contratantes, em cooperação, imprimirão esforços de conseguir colocação no mercado de trabalho, providenciando o envio do cadastro a entidades voltadas à recolocação de pessoal” (MBB, SMABC, 1994:3)

A cláusula quinta, “qualidade de vida no trabalho”, exige que os trabalhadores da empresa prestadora de serviço ou fornecedora atenda às normas de segurança e de saúde, o que possibilita uma equiparação às condições de trabalho existentes na MBB. Por fim, as outras cláusulas discutem os resultados para a produtividade, a desterceirização de serviços (discutida pela comissão paritária) e os direitos trabalhistas para os trabalhadores das empresas contratadas (cláusulas sexta a oitava), possibilitando que o conhecimento sobre o processo produtivo e as ações gerenciais sejam discutidas pelo MS.

Outro acordo coletivo a ser destacado é o que facilita a constituição de grupos de trabalho na MBB. O SMBC relacionou as diversas formas de organização do trabalho existentes nas indústrias automobilísticas: a fordista-taylorista (tradicional), a toyotista (que vinha sendo adotada em grande parte dos casos conhecidos) e os métodos organizacionais desenvolvidos pela escola sócio-técnica. Uma afirmação feita na época da adoção da Câmara Setorial Automotiva ressaltou:

“O que importa aqui é mostrar que há alternativas do ponto de vista tecnológico e organizacional e que a modernização não necessariamente tem um único sentido, ou se limita a uma única opção” (SMBC, 1992a).

Esta afirmação começa a constituir um novo discurso e uma nova ação frente à tecnologia. Ao declarar que não existe somente uma alternativa tecnológica, o SMBC assumiu um novo discurso, aproximado-se de uma compreensão crítica e ativa, podendo utilizar a proposição como instrumento de negociação entre capital e trabalho no interior das fábricas. E, portanto, construindo uma ação propositiva preventiva em relação ao desemprego, lutando para melhorar os salários, as condições de trabalho e a cidadania dentro da MBB. A intervenção sindical visando a construção de alternativas tecnológicas nesta empresa é, portanto, singular.

O SMABC e a CF-MBB de São Bernardo buscaram uma nova forma de organização da produção, a adoção de grupos semi-autônomos ¹⁴ (GSAs) como alternativa à organização fordista-taylorista de trabalho no interior da fábrica de São Bernardo (DIEESE, 1995a). O GSA, já era utilizado na fábrica da Mercedes Benz de Sindelfingen desde 1989 (SMABC/CF/VW, 1996) e o intercâmbio entre a CF-MBB, SMABC, as CFs da Alemanha e IG-Metall (Industriell Gewerkschaft Metallarbeiter - Sindicato dos Metalúrgicos da Alemanha), foi fundamental na construção desta alternativa tecnológica.

Em São Bernardo do Campo, a implantação do trabalho em grupo na MBB foi feita em projetos-piloto com áreas delimitadas, com grupo e condições de trabalho definidos previamente. A definição de trabalho em grupo no acordo coletivo foi feita a parti da cláusula primeira:

“No âmbito deste acordo, as partes conceituam o Trabalho em Grupo como a realização de um conjunto de atividades por um grupo semi-autônomo de trabalhadores, subordinados a uma maestria, visando a execução de determinada parcela da produção e/ou serviços da empresa, associada à obtenção de significativas melhorias de produtividade, qualidade dos produtos, e da qualidade de vida no trabalho” (MBB, SMABC, 1995:2).

¹⁴ O GSA é uma forma de organização do trabalhado que aumenta a autonomia do trabalhador frente às funções e responsabilidades a serem realizadas. Diferente do modelo ohnoísta, que exige que um operário/grupo de trabalho execute as tarefas de acordo com as instruções definidas pela gerência da empresa, o modelo derivado da escola sócio-técnica implica numa organização de trabalho em grupo, em que o coletivo é o definidor das tarefas a serem realizadas individualmente. Portanto, além de realizar tarefas com variação das funções, o trabalhador deve ser qualificado e idealmente conhecer o processo de fabricação do produto ou de sua linha (essa responsabilidade pode ser passada para o grupo ou para a CF, por exemplo). Isso significa incluir um sistema social no sistema técnico (Marx, 1996).

A busca da superação da separação entre concepção e execução e, portanto, da quebra da subordinação total, reivindicação histórica do MS brasileiro e internacional, são outras medidas a serem implementadas nos GSAs na cláusula terceira do acordo coletivo, sob a denominação “Características do trabalho em grupo”:

“A implantação dos grupos de trabalho será desenvolvida visando a realização integral de um determinado conjunto de tarefas e a conseqüente superação do trabalho fragmentado, ampliando-se progressivamente as possibilidades de tomada de decisão por parte de seus integrantes, e buscando o crescimento da qualificação profissional através da:

autonomia do grupo quanto aos métodos de realização do trabalho, distribuição interna de atividades e alocação dos recursos produtivos existentes com vistas às melhorias previstas na cláusula primeira e sem prejuízo ao fluxo produtivo dos grupos ou setores antes e pós situados.

acréscimo paulatino de novas atividades, mediante adequado treinamento prévio, e respeitadas as capacidades e potencialidades dos profissionais integrantes do grupo de trabalho.

instituição do Porta-voz no papel de representante técnico do grupo de trabalho e interlocutor com os demais grupos e com os superiores hierárquicos, conforme descrito nas cláusulas décima, décima primeira e décima segunda” (MBB, SMABC, 1995:3)

A composição dos GSAs, o dimensionamento, as tarefas, a forma de participação dos trabalhadores e do porta-voz, o programa de produção, a política de qualificação, a remuneração dos membros do grupo, as melhorias contínuas realizadas de forma semi-autônoma (ou até autônoma, quando não exigisse custos adicionais e não prejudicassem os índices de desempenho do grupo), são outros pontos a serem destacados do acordo coletivo. Estas conquistas na forma de organização do trabalho são expressivas, mesmo em relação ao ABC. A organização sindical, ligada a assessorias técnicas sindicais, comunidade acadêmica relações sindicais internacionais, possibilitou esta ação. Representa, portanto, um passo importante para a quebra da subordinação total, já que o MS e o trabalhador passa a ter acesso a grande parte dos processos industriais internos e externos à fábrica, com quebra da divisão rígida do trabalho. O exercício da ambivalência tecnológica representa uma nova forma de disputa da hegemonia.

A campanha “Qualidade de vida no trabalho na Mercedes Benz do Brasil” (SMABC, CF-MBB, 1994) sintetiza o discurso e a pauta de reivindicações sindical, envolvendo a questão

tecnológica, a produtividade e a qualidade na MBB. Enquanto os indicadores apontam o papel de liderança no mercado de veículos comerciais, as condições de trabalho (poluição sonora, ergonomia, meio ambiente e organização dos processos de trabalho), os problemas de saúde, a intensificação do ritmo de trabalho e a sobrecarga das máquinas para atender às demandas do mercado afetavam os trabalhadores.

Além das reivindicações, já mencionadas, as reivindicações da CF-MBB envolvem benefícios sociais, redução da jornada de trabalho, informação e negociação prévias quanto aos projetos de inovação da empresa, educação/formação profissional, democratização do local de trabalho, reestruturação de cargos, funções e salários, criação de uma Comissão de Trabalho, Saúde e Meio Ambiente em substituição à CIPA, entre outras questões.

Deve-se ressaltar, porém, que mesmo com acordos, negociações e ação propositiva, a coerção empresarial e a resistência operária ainda tem um peso importante na relação capital-trabalho da empresa. Sem aviso anterior ou negociação com a CF ou o SMABC, a MBB demitiu 1282 trabalhadores no segundo semestre de 1995, contrariando toda a relação de confiança entre capital e trabalho que estava se estabelecendo. Esta ação, segundo a empresa, teria sido motivada pela redução de vendas dos veículos da montadora, o que ocasionou a necessidade de redução de pessoal.

Na ocasião das demissões, o presidente nacional da MBB e trabalhador da MBB, Vicente Paulo da Silva, afirma:

“Modernidade que traz como conseqüência a piora das condições do nosso povo não é modernidade. É atraso. Estamos dispostos a discutir qualidade, produtividade, reestruturação produtiva. Mas o fator ser humano deve ser colocado em primeiro plano. Não é possível aceitar essa visão economicista, de busca única do lucro” (DGABC, 1995a).

Além do argumento tradicional de redução de custos e da necessidade de aumento da produtividade, a direção da MBB argumentou que a reestruturação produtiva estava caminhando mais lentamente do que o necessário e que a intransigência e a resistência do MS estavam inviabilizando a planta do ABC (OESP, 1995). Estas afirmações foram feitas por Luiz Adelar Scheuer, diretor de RH da MBB e ex-presidente da ANFAVEA, na época da adoção da Câmara Setorial Automotiva. As greves foram instrumentos utilizados para pressionar as negociações, e portanto de resistência operária, contra a posição da empresa. Os salários também estavam entre

os fatores negativos, pois eram altos comparados aos salários vigentes nos locais onde a montadora poderia ter novas instalações.

As demissões podem ser explicadas também por outros motivos. Esta ação pode ser considerada como coercitiva. Ao interromper o período de negociação contratada entre empresa, CF e sindicato, a direção pode ter tido como objetivo aumentar a insegurança dos trabalhadores através da ameaça de desemprego. Este argumento pode ser reforçado pelo processo de corte de benefícios, direitos e com a implantação de células e outras tecnologias sem acordo prévio com a CF ou o SMABC a partir de então (DGABC, 1995b). O aumento da intensificação do trabalho também ocorreu e o plano de demissões voluntárias foi aberto em 1996 e 1997. Foram utilizadas então práticas de resistência na tentativa de reverter as demissões, sobretudo greves e paralisações. A relação capital-trabalho foi estremecida, por quebra de confiança entre os atores sociais envolvidos, como aponta Gitahy e Bresciani (1998:50).

Os acidentes de trabalho, inclusive fatais, como as cinco mortes ocorridas de outubro de 1997 a julho de 1998 (DGABC, 1998a e b), justificam as reivindicações da CF-MBB e do SMABC. E levaram, posteriormente a MBB a propor a construção de um “Colegiado de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho” para discutir e implementar ações visando a prevenção de acidentes, a melhoria das condições de trabalho e do meio ambiente. Muito semelhante à reivindicação feita pelo SMABC e pela CF, de transformação da CIPA em Comissão de Condições de Trabalho, Saúde e Meio Ambiente (SMABC, 1993:17; SMABC, CF-MBB, 1994:14), só que ainda não se materializou.

Outro motivo a ser destacado é que os avanços conquistados pela CF-MBB e pelo SMABC na fábrica de São Bernardo do Campo, nas negociações sobre novas tecnologias, na manutenção de empregos, salários e direitos, acabaram por ser muito superiores aos encontrados em outras empresas automobilísticas. As conquistas transformaram-se em desvantagem na competição pelo mercado, já que em outras empresas a negociação entre capital e trabalho inexistente ou é preponderantemente conflitiva e as inovações são realizadas de acordo com os interesses da empresa. Logo, tendem a custar muito menos. As conquistas da CF e do SMABC na MBB tornaram-se portanto uma “ilha” ao redor de uma reestruturação industrial realizada sem negociação em diversas outras regiões do país.

A quebra das negociações sobre inovações deu-se então sistematicamente. Agora elas ocorrem sem consulta prévia à CF ou ao SMABC e as conseqüências negativas são discutidas

posteriormente. Os GSAs tiveram restrições em sua autonomia e a pressão por aumento da produtividade deu-se em São Bernardo do Campo. Este processo ocorreu em fábricas da MBB em vários lugares do mundo (CF-MBB, SMABC, SMCPS, 1997). estando, portanto associada a uma política corporativa da empresa.

Em 1996, ocorre o processo de escolha da nova fábrica que abrigaria o carro compacto classe A. Além dos argumentos relacionados ao conflito capital-trabalho, ao “custo ABC” e à competitividade no setor em que a empresa era líder, um outro argumento foi levantado para a decisão da MBB pela cidade de Juiz de Fora (MG), como sede da nova planta industrial.

Além da necessidade de mão de obra qualificada, a MBB procurava, portanto, um local que reunisse outras condições favoráveis. Ou seja, salários menores, menores custos de infra-estrutura e impostos (fruto da guerra fiscal entre os estados brasileiros verificada nos anos 90 para a atração de novas plantas de montadoras), matérias-primas e insumos, boa localização, bons terrenos para a planta e uma mão de obra menos organizada e mais suscetível aos interesses da empresa. Foi considerada ainda a existência de um universidade na região, em que se poderia discutir e implementar convênios em P&D, formação e/ou qualificação de mão de obra, aumentando, portanto, o potencial competitivo da empresa em carros compactos dirigidos à classe média alta no país (Diário Popular, 1996).

Este novo discurso da MBB reforça a necessidade do MS em pensar em um reforço na relação com a comunidade acadêmica, não somente em relação às inovações constituídas no chão de fábrica (na tecnologia e na formação/requalificação dos trabalhadores. A necessidade de se pensar nos interesses dos trabalhadores, assim como nas vantagens comparativas que são do interesse empresarial imediato e estratégico (e, portanto na manutenção da competitividade e dos postos de trabalho) exige a construção de uma organização sindical articulada à questão científica e tecnológica.

A reestruturação produtiva na MBB foi construída a partir de negociações na primeira metade dos anos 90 e foi, portanto, menos conflitiva do que em outros locais, resultando em melhorias nas condições de trabalho e maior satisfação do trabalhador (Gitahy e Bresciani, 1998:46). A realização de greves e paralisações foi utilizada, principalmente, segundo a CF e o SMBC/SMABC, para acelerar negociações que não ocorriam ou para impedir quebra de direitos e inovações indesejadas. A CF-MBB, articulada aos representantes da CIPA, ao SMABC e à CNM/CUT, apresenta uma forma de sindicalismo que atua e se manifesta criticamente frente à

tecnologia. As ações, propostas e discursos sindicais sobre a manutenção e a melhoria da qualidade dos empregos estão expostas em declarações de lideranças, acordos coletivos, boletins e ações de resistência e de proposição. A luta pela quebra da subordinação total foi uma das prioridades da CF e do SMABC, resultado de cursos, seminários, intercâmbios sindicais, entre outras ações. Apesar do retrocesso ocorrido em 1995, a redução da coerção empresarial foi percebida pelo MS, e os mecanismos de consentimento empregados pela MBB foram aperfeiçoados. Isso exigiu novos instrumentos de resistência, combinada à existência de CF e delegados de CIPA, o que possibilitou uma nova forma de ação, de proposta e de discurso sindical, que demonstram a existência de uma compreensão crítica e ativa em relação à tecnologia.

A organização sindical pode se estabelecer também fora da fábrica. O MS vem construindo uma política de interlocução com outros atores sociais, como administrações municipais, comunidade acadêmica, movimentos populares, de modo a construir uma política de resistência e proposições que ampliem os direitos e melhorem a qualidade de vida dos cidadãos, buscando o desenvolvimento econômico, científico-tecnológico e social do país. O exemplo dado pelo SMBC, na articulação e constituição das câmaras setoriais, é emblemático da ampliação da ação sindical, ao se constituir em uma rede de atores sociais mais complexa, mesmo quando relacionada a ramos produtivos, como é visto a seguir.

5.2. *Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas: A Compreensão da C&T*

5.2.1. *A emergência do Novo Sindicalismo e os metalúrgicos de Campinas*

O Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas (SMCPS) foi fundado em 1947, representando trabalhadores metalúrgicos da cidade de Campinas e outras cidades na região. A influência da estrutura sindical corporativa, presente em outras organizações de representação dos trabalhadores brasileiros, também está na origem e no desenvolvimento desta organização sindical. Sabe-se, de acordo com relatos de sindicalistas de Campinas, que o MS anterior a 1978 possuía algumas similaridades ao encontrado no ABC paulista, com influências nacionalistas e comunistas. No entanto, registros históricos da ação sindical relacionados à questão científico-tecnológica são raros e estão dispersos, principalmente, anteriores à década de 80.

Diferentemente do ABC, a base sindical do SMCPS situa-se em um local onde existem diversos ramos produtivos relevantes, com suas redes de fornecedores, prestadores de serviço e desenvolvimento de P&D em diversos casos. Isto propicia um setor secundário mais heterogêneo e diversificado, com um complexo parque industrial integrado a redes de serviço, energia, transportes, agroindústria e sistema de ensino e de pesquisa destacados, além da proximidade de grandes centros consumidores. Isto coloca a região de Campinas entre as mais ricas, promissoras e importantes do país.

Os trabalhadores metalúrgicos encontram-se em indústrias automobilísticas (Toyota, Mercedes Benz e Honda), de autopeças (Eaton, Magnetti Marelli, Bosch), eletroeletrônicos e telecomunicações (Bosch, IBM, Singer, Motorola, Gevisa), entre outras empresas. Além delas, percebe-se a existência de indústrias do ramo metal-mecânico de diversos portes, algumas até dedicadas à tecnologia de ponta. Com relação a este último ramo, a atração de investimento tem sido elevada, o que deve manter o contexto econômico e científico-tecnológico por um período de longo prazo, apesar do crescimento dos problemas sociais e trabalhistas, que discutiremos adiante.

Campinas possui, por outro lado, um forte movimento social e sindical, sobretudo a partir dos anos 80. A emergência do Novo Sindicalismo, aliado aos movimentos populares localizados nos bairros, contribuiu para que novos atores sociais emergissem no combate à ditadura e na

construção de uma identidade coletiva de novo tipo. Estes atores propiciam com que o MS corporativo, “pelego” e subserviente aos interesses dos patrões e do governo sofresse contestações. Isto ocorreu em função das demandas reprimidas e da tomada de consciência com relação à necessidade de afirmação dos trabalhadores e dos setores oprimidos na arena política.

A fase vigente no MS metalúrgico de Campinas se inicia com a vitória da chapa de oposição, vinculada à CUT, em 1984. Ligada ao MS que foi denominado de “Novo Sindicalismo”, os sindicalistas tinham como uma das principais influências os movimentos das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e ligações partidárias com o PT. Estas influências garantiram ao SMCPS uma ação sindical baseada na resistência operária envolvida em uma relação capital-trabalho conflitiva. A busca pela consolidação e legitimação frente aos trabalhadores inicia-se com mais dificuldades do que ocorria em sindicatos estabelecidos nos anos 70. No entanto, a direção sindical não deixa de se ligar à CUT, que mantém grande influência entre os trabalhadores e a sociedade civil de Campinas e do estado de São Paulo desde então.

5.2.2. *Anos 90: a crise e a resposta*

- O contexto econômico, político e social encontrado no ABC nos anos 90 é muito semelhante ao encontrado na região de Campinas. A política industrial ditada pelo mercado e com pouca ou nenhuma interferência, o planejamento ou a regulação do Estado levou à crise econômica em parte significativa do setor industrial e elevou o nível de desemprego nas diversas cidades da região. A reestruturação produtiva e a globalização foram os outros elementos que constituíram um quadro em que as reivindicações dos trabalhadores e do MS ficaram distantes de serem contempladas.

Houve falência de empresas, sobretudo de pequeno e médio portes. As grandes empresas, apesar de se manterem, reduziram drasticamente o número de seus empregados. A base representada pelo SMCPS reduziu de tamanho. O número de sindicatos, por consequência, diminuiu.

5.3. *A Organização Nacional do MS Brasileiro: CNM, CUT e a C&T*

O MS brasileiro viveu no país importantes transformações durante o século XX. Foram várias mudanças de contextos: estruturação, crescimento, rupturas, crises, desestruturação e reestruturação sindicais. Elas marcam o processo de construção do sindicalismo brasileiro no breve século XX (Hobsbawn, 1995). Em um país em que o desenvolvimento nacional foi tardio, com as instituições democráticas ainda em processo de consolidação, o MS teve fraca ação propositiva na maior parte da história brasileira. A resistência operária, a partir de ações contra o autoritarismo gerencial, e a estruturação de uma organização sindical, possibilitaram à CUT a construção de sua identidade e da representatividade frente aos trabalhadores e à sociedade brasileira.

A partir das greves de 78 no ABC paulista, o MS brasileiro se reestruturou, constituindo o que se denomina de “Novo Sindicalismo”, muito embora sua organização e sua legislação sejam influenciadas pela estrutura sindical constituída no Estado Novo, ainda vigente (Rodrigues, 1990). A ação do MS frente às mudanças de contexto é ainda mais intensa em alguns setores de atividades e a regiões mais próximas dos grandes centros urbanos, embora alguns avanços se verifiquem nos trabalhadores não-urbanos e em sindicatos isolados. Dentre as centrais sindicais, que são os atores sociais mais relevantes no MS, destaca-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983.

A outra grande central, a Força Sindical (FS), é ainda mais recente em sua formação do que a CUT (foi fundada em 1991) e não tem a mesma capacidade de enfrentar as diversas realidades do mundo do trabalho, priorizando as reivindicações salariais e outras questões não “técnicas”, externas à fábrica. A FS ainda carece de organização para intervir frente à C&T e o seu discurso, assim como a ação sindical, ainda a aproxima de uma compreensão neutra ou instrumental não-ativa. Em relação a uma visão de classe, a sua atuação é muito mais pragmática do que a da CUT, de consentimento (às vezes até ativo) frente aos interesses empresariais (Rodrigues, 1991).

Um trabalho pioneiro que trata da visão da C&T pelo MS brasileiro foi feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), intitulado “A visão das entidades sindicais de trabalhadores sobre política científica e tecnológica” (DIEESE, 1985). Este Trabalho foi solicitado pelo CNPq e analisou o discurso sindical existente em documentos (atas, resoluções congressuais) e em entrevistas com dirigentes sindicais de São

Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal. Ao todo, foram entrevistados 51 sindicalistas de 39 entidades.

Neste trabalho, já se constata que o MS brasileiro tem grande preocupação com o desenvolvimento científico-tecnológico, relacionado principalmente ao desenvolvimento nacional, autônomo, e voltado para a resolução dos graves problemas sociais existentes no país. Preocupações como o desemprego e as condições de trabalho já são notadas nas entrevistas realizadas. A compreensão da C&T, entretanto, ainda permanece próxima da crítica não-ativa ou da instrumental ativa, e reflete a posição secundária nas pautas de reivindicações sindicais, que priorizam ainda as reivindicações salariais e o direito à organização autônoma dos trabalhadores.

Esta compreensão a partir do discurso está relacionada a uma ação concreta tomada posteriormente: a constituição da Comissão Nacional de Tecnologia e Automação da CUT (CNTA) em dezembro de 1985, vinculada à Secretaria de Política Sindical. Coordenada pelo então sindicalista proveniente do estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, tem como objetivo analisar os impactos das novas tecnologias na vida dos trabalhadores. Posteriormente, sob a coordenação de José Lopes Feijóo, em 1989, proveniente dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (CF-Ford), continua-se o trabalho do CNTA.

O documento da CNTA, “A tecnologia dos trabalhadores” (CUT, 1987), permite uma análise do discurso sobre a C&T pelo MS da CUT nos anos 80. Esta publicação teve circulação nacional entre lideranças sindicais de diversos ramos de atividade econômica e pode ser considerado como pioneiro na discussão sobre as conseqüências da tecnologia na vida dos trabalhadores. Logo na apresentação, o coordenador da CNTA, Olívio Dutra afirma:

“Já sabemos que a tecnologia não é neutra, mas nós trabalhadores, por razões históricas, temos dificuldade em perceber este fato e, por conseqüência, maior dificuldade ainda de agir em relação a este assunto” (CUT, 1987:5).

Esta afirmação reforça que a percepção dos trabalhadores e dos sindicalistas frente à tecnologia situava-se entre uma compreensão crítica não-ativa ou instrumental ativa. Apesar das inovações já apresentarem alguma de suas conseqüências negativas da Reestruturação Produtiva dos anos 90 e que as condições de vida tenham piorado, boa parcela do MS continuava a não perceber que a C&T são uma construção social e que os trabalhadores poderiam e deveriam defender os seus interesses frente às inovações, tanto na apropriação das tecnologias quanto na sua implantação, desenho (P&D) e direcionamento do desenvolvimento.

Outros textos, derivados deste caderno da CUT, devem ser ressaltados, O texto construído pelo I Seminário Estadual de Tecnologia e Automação da CUT/RS, texto complementar do I Seminário Nacional de Tecnologia e Automação da CUT, é um dos exemplos. A partir de uma definição sobre o que é a tecnologia, destaco um trecho:

“Se for do nosso entendimento que a tecnologia representa ‘como e com quê’ fazer aquilo que está relacionado com o nosso trabalho e com a nossa vida em geral, vamos concluir que há diferentes maneiras de ‘como e com o quê’ realizar e orientar toda a produção, bem como os hábitos e as necessidades de nossa vida. Concluímos que estas diferentes maneiras irão gerar produtos e serviços diferentes e poderão trazer benefícios a diferentes camadas da população. Isto equivale a dizer que *a tecnologia não é neutra*” (CUT, 1978:8).

A análise sobre a compreensão do MS brasileiro frente à C&T nos anos 90 está tratada na aplicação do referencial, no capítulo 3. A análise passa pelo setor metalúrgico, desde as OLTs até organizações nacionais e internacionais de metalúrgicos. Começo a análise a partir da ação e das declarações que envolvem sindicatos da CUT e lideranças sindicais e políticas ligadas à organização nacional da Central.

6. ANEXO B – EXEMPLO DE ENTREVISTA

Neste anexo, encontra-se um exemplo de entrevista realizada para detectar informações e compreensões da C&T não obtidas na leitura de documentos sindicais, de declarações públicas de lideranças do MS ou quaisquer outras posturas. As entrevistas, portanto, tiveram um caráter complementar.

Pelas limitações impostas à pesquisa de campo (tempo pequeno, objeto de pesquisa amplo e escassa literatura sindical relacionada à temática), foram realizadas algumas entrevistas:

- José Lopes Feijóo – presidente estadual da CUT/SP e secretário geral SMABC;
- Valter Sanches – membro CF-MBB São Bernardo do Campo/SP
- Sérgio Nobre – membro CF-MBB São Bernardo do Campo/SP e da CNM
- Norton Martorello – assessor sindical SMCPs

6. ANEXO B – EXEMPLO DE ENTREVISTA

Entrevistador: Eu estou conversando com Sindicalista. Companheiro que há muitos anos também milita no movimento sindical (MS) do ABC. O assunto que eu vou tratar nesta entrevista, que vou procurar trabalhar dentro desse fio condutor, é a questão da compreensão da ciência e da tecnologia pelo MS. Esse é o tema que eu estou desenvolvendo, é o tema que eu procurei fazer a pesquisa no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, no Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e nas estruturas verticais da CUT, mais algumas discussões em nível internacional como pano de fundo. Mas no centro da perspectiva, eu procurei trabalhar sempre com o ramo produtivo metalúrgico e, de certa forma, quais são as dinâmicas, quais são os interesses dos metalúrgicos, dos trabalhadores sindicais, de um modo geral, de acordo com essa temática. Principalmente nos anos 90, mas até pela origem profissional... gostaria até que você pudesse descrever Sindicalista... você pudesse me passar questões que você trabalhou, principalmente nos anos 80, que eu sei que você trabalhou – que a gente havia conversado anteriormente –, sobre sua origem profissional, sua entrada no MS e como é que foi esse trabalho dos anos 80. Eu gostaria, talvez, de iniciar mais por esse panorama, para a gente poder introduzir as questões.

Sindicalista: Primeiro, eu sou metalúrgico desde 1973, mais precisamente desde o mês de dezembro, entrei prá trabalhar na Ford, em São Bernardo do Campo, no período da noite. Trabalhei na noite mais de um ano. E entrei na função que se chamava *conferente*... *conferente* é a pessoa que cuida de estoques e de abastecimento de peças nas linhas de montagem, para que não falte produtos prá montagem de veículos. Depois eu passei para o dia e, ao passar para o turno do dia, eu fui trabalhar na *contagem cíclica*, que aí já era mais uma contagem de inventário, era uma espécie de controlador de estoque, mas não do estoque geral de cada peça num dado dia, mas era muito mais um tipo de estoque que apontava todas as peças num dado, incluindo todas as fases da produção e, o que nós chamamos refúgio também, para um balanço, para uma espécie de controle de perdas de eficiência de material e para poder projetar inclusive compras. Assim, se o material tava tendo muita perda, se o material... era uma espécie de contagem de inventário para que você, a cada x tempo confere um grupo de peças, dependendo inclusive da sua... preciosidade do processo produtivo, vamos chamar assim... a sua essencialidade. Então, havia peças que tinham conferência diária, peças com conferência semanal, outras peças com conferências mensais, algumas semestrais, algumas anuais, mas todas elas com esse caráter de inventário. Esse era o mais alto de cargo desse setor que se podia atingir na fábrica. Em 1978 eu participei das

greves que começaram a acontecer, não era um militante do MS, mas grevista eu fui como todos aqui foram, esses movimentos foram históricos. Em 1981, na Ford, em São Bernardo do Campo, durante uma greve, nós conquistamos, como sindicato, a primeira Comissão de Fábrica, ainda durante a ditadura, depois da grande repressão que se abateu nesse país pós-64. Essa Comissão de Fábrica da Ford foi um acontecimento histórico, que repercutiu no Brasil inteiro e depois nós lutamos para que ele se espalhasse no ABC e em outras regiões desse país onde foi possível, dentro de um conceito novo de organização sindical. Eu fui eleito Comissão de Fábrica em 1982, e daí prá frente [?] a minha prática militante. E é isso que baliza toda a minha percepção de introdução de Novas Tecnologias no local de trabalho e suas conseqüências. Eu sou um empírico, eu prestei muita atenção no que aconteceu. Eu conhecia a fábrica, que produzia um dado conteúdo de veículos, como é que ela estava estruturada, quantos trabalhadores ela tinha, quantos trabalhadores ali viviam, trabalhavam, cotidiana, qual é o volume de produção. E fui observando como é que a fábrica, a partir da introdução de novos equipamentos, ela foi sendo modificada. Do ponto de vista da modernidade da produção, do ponto de vista das conseqüências para os trabalhadores que operavam dentro desse modelo que veio se transformando; do volume de produção, das suas conseqüências, e de uma coisa que as pessoas às vezes não consideram como uma nova tecnologia, mas que eu considero como parte de uma coisa mais inteira nesses novos processos. Eu me lembro que naquela época, por prestar muita atenção, eu até escrevi um texto sobre o assunto. E esse texto acabou virando referência de debate, tanto é que eu acabei tendo de fazer debate em várias universidades do Brasil inteiro sobre o assunto... introdução das Novas Tecnologias e suas conseqüências para os trabalhadores. E ali eu mostrava que nestes processos de modernização você tinha o processo de introdução *mesmo* das novas tecnologias: linhas terceirizadas, microeletrônica... mas você tinha um outro ponto, tinha um segundo processo que era também uma modernização do modo de produzir que nem sempre tinha a ver com a introdução de novos equipamentos, mas com a reorganização dos equipamentos já existentes. Então, você comprava uma única máquina nova e você reorganizava um lugar que estava em forma de linha de produção para um modelo de *ilha de produção*, e isto era uma coisa nova, “moderna”, que acrescentava com informações. E um terceiro eixo, que é o da disputa ideológica no local de trabalho, ou seja, a partir do momento que nosso sindicato aqui começa um processo de organização cada vez mais forte no local de trabalho, a empresa passa buscar importar os métodos também de *envolvimento* dos trabalhadores, os chamados Círculos de Controle de

Qualidade, os chamados Envolvimento por Qualidade Total... cada um tinha um nome, eram muitos planos e sugestões... mas todos, se a gente analisar – e é isso que eu aprendi durante o tempo que eu fui [?] – todos esses, seja a introdução de novos equipamentos, seja o envolvimento dos trabalhadores via também se apossar do saber operário, de forma que o trabalhador voluntariamente coloque a favor da empresa tudo aquilo que aprendeu de um jeito ou de outro, ou desenvolveu, pras conseqüências, produzir a conseqüência do trabalhador. A partir daí, esse tema passou a freqüentar as minhas preocupações, por todas as suas conseqüências.

Entrevistador: Você também foi presidente da Confederação Nacional de Tecnologia e Automação, não foi? CNTA...

Sindicalista: Eu, durante muito tempo, já fiz tanta coisa que nem lembro. Eu sei que estive envolvido em diversas comissões e debates sobre a questão da tecnologia, eu sei que tive um texto publicado por uma revista sindical de caráter internacional. A primeira revista que a CUT publicou sobre o tema tinha um texto meu... participei de muitos debates. Agora, fundamentalmente eu atuei no tema, do ponto de vista de sua divulgação no MS, fazendo esse debate com a sociedade onde me foi possível e com sindicatos da CUT.

Entrevistador: Você acredita que nesse processo, dentro da Ford... eu fiz uma pesquisa mais forte com relação a Mercedes-Benz, lá eu acredito em uma experiência interessante com relação a questão da tecnologia, de um trato com a tecnologia. Você acredita que isso conseguiu transcender um pouquinho mais algumas dessas empresas, conseguiu transferir em nível individual [?]...

Sindicalista: Eu acredito que sim. Veja só, na Mercedes há um processo de negociação na implantação das Novas Tecnologias. O primeiro momento que nós começamos a avaliar o assunto, eu diria que foi, digamos assim, de “falta de susto”, as pessoas não se preocupavam muito com o tema. Eu canso de me lembrar que muitos companheiros meus, hoje ocupam posições de destaque no MS, e até já ocupavam posições importantes naquela época, diziam prá mim que eu tava muito... que era uma coisa que eu tava me preocupando à toa, que esse era um assunto prá cinqüenta anos!... Era uma preocupação para dali a cinqüenta anos, que eu tava precipitadamente preocupado. Quero registrar que foram os cinqüenta anos mais rápidos da história que eu já vi.

Entrevistador: Cinqüenta anos em cinco...

Sindicalista: É mais do que isso... mais rápidos que eu já vi, porque rapidamente esta questão acabou tendo de virar o centro do nosso debate. Logo em seguida nós passamos para uma fase de enfrentamento dessas Novas Tecnologias... nós temos que *enfrentar* esse processo... porque, afinal de contas, ele trazia conseqüência: o desemprego, aumento de ritmo de produção, novas doenças profissionais. Era um processo de enfrentamento, de impedir a introdução das Novas Tecnologias e das suas conseqüências. Creio que um pouco... se a gente pudesse... é... mau comparar, e bastante mau, digamos, seria um pouco o movimento de *jogar o tamanco dentro da máquina*, a famosa sabotagem... francesa. Nós não chegamos a sabotar nenhuma máquina, mas o processo de resistir: é preciso resistir às Novas Tecnologias porque elas trazem conseqüências, e todas danosas. Esse era o conceito, que quando se encontrava Nova Tecnologia... demissão, aumento do ritmo produtivo, novas doenças profissionais... então um movimento de resistência. Passamos por um momento de conhecimento disso. Eu, pessoalmente, estive visitando muitos lugares, numa das viagens estive sete dias na Argentina, vinte e oito no México. No México eu visitei toda aquela zona da maquiladora, na fronteira com os Estados Unidos, as conseqüências de um processo produtivo que tem a ver com a introdução de Novas Tecnologias. Visitei plantas de automóveis, tive na fábrica da Ford, em Detroit, onde a bobina de aço era descarregada diretamente pelo trem na estamperia da fábrica, prá já desenrolar e produzir... avançados processos de *just in time* e depois estive na Inglaterra, estive quarenta dias na Europa, estive na Inglaterra, na França, a Alemanha, estive nos Estados Unidos... cansei de visitar, de visitar muitos locais. Por fim, nós entramos no debate de que era absolutamente muito difícil impedir o avanço tecnológico, e também que não era ajuizado de fazê-lo, que era preciso encarar a discussão de um outro prisma, de um outro ponto de vista. O primeiro, a negociação da introdução das Novas Tecnologias, para discutir as suas conseqüências e aí encontrar saídas no ponto de vista do ritmo de produção, das novas doenças, na economia, das conseqüências, do volume de mão de obra e assim por diante. E, avançando o conceito, que é o que mais defendo hoje, é que o debate que nós temos que estabelecer em função das Novas Tecnologias... e aí é uma espécie de conseqüência dessa evolução, da negociação. E hoje, com muita sinceridade eu penso o seguinte: o problema que nós temos com as Novas Tecnologias, com a ciência aplicada, é que, invariavelmente, isso que deveria ser um bem da humanidade, prá produzir bem estar, melhores condições de vida, melhores horários de trabalho, maior distribuição de riqueza, não tem funcionado assim. Isso tem ficado apossado por uma parcela cada vez mais restrita da sociedade humana. Prá esses, então

sobra todos os benefícios que as Novas Tecnologias podem produzir, e para uma parte cada vez maior, exclusão social. E é preciso, portanto, fazer um debate das Novas Tecnologias, do ponto de vista de que ela é capaz de promover uma quantidade muito grande de riqueza, de produção de riqueza e de bem estar social. E a contrapartida da sociedade é a distribuição desse bem-estar social, é não permitir que ele seja apossado por uma parcela pequena. Então como é que a gente pode debater isso? Por que é que os debates sobre redução de jornada ganham cada vez mais força? Porque tem um aspecto da manutenção do emprego, mas tem o aspecto de que... na medida em que novas capacidades produtivas são acrescentadas, mais qualidade, maiores velocidades, maior quantidade de produto, menos horas de trabalho são absolutamente necessárias para redistribuir esse benefício. Então, se se produz mais com maior quantidade, com maior velocidade, com maior quantidade e com menos gente, diminua-se a jornada, para pelo menos tentar manter o número de pessoas, mas para que a sociedade se beneficie dessa... digamos, desse bem estar que pode ser gerado a partir de um novo conceito de sociedade. Então, esse é o debate, que ao meu ver, é um debate moderno que a gente tem que fazer, a introdução de Novas Tecnologias, os avanços da Engenharia Genética, da Biotecnologia, Engenharia Química, da Microeletrônica, da Internet, de tudo, tem que ser apropriada pela totalidade da sociedade humana, e para ser apropriada, é preciso repensar o trabalho, é preciso repensar a quantidade de trabalho, e como ele deve ser distribuído, e como se distribui a riqueza que toda essa ciência e tecnologia aplicada gera. Não tem jeito dela ficar apossada por uma quantidade ínfima de pessoas na sociedade humana, que é o aumento da exclusão social. Então, esse talvez seja o maior debate, ao invés de debater se nós vamos impedir ou não introdução de Novas Tecnologias, é como impedir que a maioria da sociedade humana será beneficiada por essas Novas Tecnologias. E não beneficiada periféricamente, porque a gente podia até em última instância imaginar que sempre haverá um benefício periférico, e até acredito nisso, mas não é este benefício, é como é que de fato as pessoas se apossaram disso, terão na sua vida o advento da ciência como fonte de bem estar que todos desfrutaram. Isto significa uma qualidade, tanto do ponto de vista do trabalho, como do ponto de vista da discussão da sociedade e de que tipo de sociedade.

Entrevistador: Uma outra questão que gostaria de levantar, até que porque eu já percebi que no MS do ABC existe com uma certa força. No estadual e no nacional, dependendo da área, eu acho que isso é mais fraco ou menos fraco. Você citou uma coisa que é muito histórico já no Movimento na CUT, que é o movimento da distribuição da renda, da distribuição do poder e, por

conseqüência, a distribuição da própria tecnologia, a tecnologia servir como bem estar para toda a sociedade e não somente uma parte dessa sociedade. Uma coisa que eu notei no MS mais ligado à Comissão de Fábrica, do ABC, é que eles procuraram também se preocupar com os projetos tecnológicos, se preocupar também com o desenho da tecnologia, eu não sei qual é a sua opinião sobre isso, mas eu tenho a impressão que a tecnologia simplesmente aplica, mesmo que seja para toda a sociedade, ela pode não ser necessariamente positiva, porque ela foi desenhada para uma determinada camada da população.

Sindicalista: Você tem razão. Quando nós... nós temos como tese a introdução de Novas Tecnologias no trabalho, deve ser precedida de um comunicado que anteceda essa introdução, para que os trabalhadores, ao tomar conhecimento, desenvolver projetos em torno dessa tecnologia, do ponto de vista da economia, das pessoas que vão lidar com ela, vão estar em volta dela, das conseqüências que ela produz, de como essas conseqüências, se forem nocivas, devem ser eliminadas, tudo isso tem a ver, portanto, não só com a introdução de novos equipamentos, mas com o desenvolvimento de uma democracia. O local de trabalho, ele pode até ter um dono, hoje em dia um dono muito indefinido pelas sociedades anônimas... muito indefinido pelas sociedades, você nunca sabe quem é o dono, você sabe qual é a empresa, você sabe que ela é sociedade anônima, empresas familiares hoje são uma quantidade, digamos, bastante menor destas que tem em parte. Lógico que tem empresa familiar ainda. Então, neste algo assim... o que eu quero dizer com isso, a empresa pensa do seu ponto de vista do lucro da exploração de como aproveitar a tecnologia, nós pensamos do ponto de vista do bem estar e, portanto, o espaço de trabalho é o espaço onde atuam a empresa e os trabalhadores, os trabalhadores, portanto, tem que ser beneficiados de um processo de democracia em que eles possam intervir no desenho, possam intervir no projeto, possam intervir na qualidade, isso para nós é muito claro. É isso, no local de trabalho e é mais: eu acho que isso nós tínhamos de iniciar um debate na sociedade, cada vez mais forte, sobre ética na ciência... quem é que me garante que as novas descobertas tecnológicas no campo da biotecnologia, da ciência molecular, da mecânica quântica, de uma porção de coisas, da bioengenharia, da engenharia genética, que se não tiverem ética, um código de ética e participação social absolutamente democrática, nós não estaremos construindo, digamos, o “admirável mundo novo”, de Aldus Huxley. Ou o “1984”, do Orwel. Com tranquilidade, hoje existe todos os mecanismos para que isso aconteça; e só não acontecerá se nós conseguirmos entender de forma democrática. Então, a ciência, de fato... não existe essa história de ciência

neutra, isso é conversa fiada. A ciência pode até ser neutra, o cientista não, ele não é, e os que se apossam da ciência menos ainda. Então, se não houver um controle democrático e social e sobre a ciência, suas descobertas e as coisas que ela desenvolve, as suas aplicações, a humanidade corre risco sério, que passa desde a questão racial a, digamos, coisas absolutamente mais graves, sobre as quais nós temos que ter cuidado. Então, eu acho que esse aspecto da tecnologia, em última análise, pensar desde o local de trabalho, é um processo de democratização da sociedade, no sentido de que ela tem que ser co-participante, e quando você diz: “bom, o pessoal participa do projeto...”, tem que participar, é evidente que tem de participar. Você tem que participar prá discutir a economia, a segurança, as conseqüências, os ritmos que aquilo produz, se é poluente, se não é poluente, se tem radiação, se não tem radiação, e assim por diante, então, tem que participar. E até do próprio produto, nós vivemos num planeta cujos meios são finitos. Se nós não pensarmos na qualidade do produto, do ponto de vista, inclusive, da sua eficácia, do consumo de combustíveis, quando se trata de veículos, no consumo de energia que a empresa produz, de como é que vai ser processado esse produto quando ele se tornar obsoleto, portanto, seu aproveitamento prá não gerar lixo que fica... se nós não pensarmos na biodegradabilidade, de uma série de elementos utilizados, nós corremos um sério risco de inviabilizarmos o planeta e a vida; então, ao fazer esse debate o alcance dele é maior do que parece à primeira vista, não se trata meramente da defesa só do posto de trabalho, mas se trata da defesa de uma sociedade justa, da distribuição dos benefícios da ciência e das conseqüências que ela tem sobre a sociedade e o meio-ambiente.

Entrevistador: Como é que você vê isso operacionalizado? Porque eu vejo o campo de governabilidade do MS, frente à questão científica, ou frente à ciência, é pequena, até porque a gente nota que o MS, principalmente agora nos anos 90, teve que lidar centralmente com essa questão do desemprego e da mudança do campo de emprego. Como é que você vê isso do ponto de vista do MS?

Sindicalista: Bom, primeiro nós temos uma deficiência no MS brasileiro. Neste caso, eu venho ser representante de uma rara exceção, não é a única, mas é uma das raras exceções, que é o fato do MS brasileiro, ele está absolutamente pulverizado, sob uma fachada de organização produzindo enorme desorganização, e não ter, de fato, sindicatos nacionais, estaduais, que aglutinem categorias inteiras, portanto, que desenvolvam sinergia, força... capaz de agir. Então, o MS, ao parar na porta do local de trabalho, na sua maioria, às vezes é incapaz de compreender o

que está acontecendo dentro do local de trabalho. Você nota que eu tô falando, mas eu sou um cara que entra no local de trabalho, assistiu, prestou atenção... faz parte de um movimento que começa no local de trabalho e, portanto, é capaz de visualizar o que tá acontecendo e é capaz de buscar informações. Mas eu tenho que reconhecer que não é característica do nosso MS. Não é por menos que um dos grandes debates da CUT, desde a sua fundação é o advento da liberdade e autonomia sindical e a construção de um novo modelo de organização, um modelo de organização que comece no local de trabalho, a partir dele, que não se constitua no sindicato por empresa, mas no sindicato global, que começa no local de trabalho, dentro do local de trabalho, portanto, com capacidade do trabalhador conhecer a empresa em que ele trabalha, como ela produz, em que cadeia produtiva ela está inserida, como é que é o seu funcionamento, de quem é que ela compra, pra onde é ela vende, o que ela produz, que é produzido antes e depois para que ela possa funcionar e assim por diante. Então, se nós não... nós queremos avançar para esse modelo de organização sindical, essa deficiência, infelizmente, que nós temos no modelo sindical brasileiro, ela acaba sendo uma das... de certa forma responsável, por este debate não estar mais acirrado, é por isso que nós temos também, concomitantemente, a transformação do modelo de organização sindical, a luta por liberdade e autonomia, conquistar já formas de organização dentro do local de trabalho, onde for possível fazê-lo, e também fazer esse debate dentro da sociedade, porque a sociedade é, querendo ou não, vítima ou beneficiária de cada uma dessas coisas que nós estamos aqui comentando. Então, quando a gente fala de engenharia genética, pode ser benéfica, mas pode ser um mal terrível se não tiver um comportamento ético, se não tiver um controle social. Então, não é só do local de trabalho que a gente discute isso. É por isso que eu digo, que a disputa... a discussão sobre sociedade, sobre democracia... democracia mesmo, de fato... participação, empenho, conhecimento, ela é fundamental.

Entrevistador: Você entrou numa questão que eu acho interessante de ser trabalhada, que é a questão da organização sindical. Eu tenho notado que muita coisa tem sido feita do ponto de vista dessa reestruturação organizativa. Você acredita que ela está conseguindo responder nos seus vários ramos da CUT às transformações científica-tecnológica.

Sindicalista: Olha, eu diria que, na CUT, o debate hoje mais crucial e mais difícil é o da liberdade e autonomia e o da reorganização desse poder[?]. E por que o mais crucial? Porque isso foi a base da fundação da Central Única dos Trabalhadores... é o seu destino. No entanto, nós estamos vivendo num momento de enormes dificuldades, porque muitas pessoas se acostumaram

com cinquenta anos de um tipo de cultura sindical cujo único objetivo é impedir que a classe trabalhadora se organize. Mas, querendo nós, ou não, ela dota um grupo de pessoas de um aparelhinho que ele controla, e depois que uma pessoa tá no controle desse aparelhinho, por mais boa vontade que ela tivesse tido anteriormente, não é raro o caso em que as pessoas se habituem. Então, você dizer que quer mexer com aquilo e produzir alguma coisa nova, a transformação cultural que elas tem que empreender, ela é muito grande. É o momento mais importante da CUT, crucial prá concretizar o destino da Central Única dos Trabalhadores, e de qualquer central sindical que se preze, e também o mais difícil, porque tem que arrebentar cinquenta anos de uma cultura equivocada. Em que, mesmo as pessoas que conseguiram ganhar as máquinas sindicais, com discurso de oposição, de renovação, de liberdade e autonomia, nós corremos o risco que muitas delas tenham se adaptado ao aparelho, e, portanto, podem resistir à sua transformação. Agora, é inevitável essa transformação, porque a economia hoje tá funcionando de um jeito que o sindicato como está estruturado no Brasil não tem sentido e não sobreviverá. Não sobreviverá. Ou ele se qualifica, do ponto de vista do conhecimento, da sua estruturação, do enfrentamento dessa economia nova, ou não tem consequência e, futuramente, por não ter consequência, perde utilidade, e ao perder utilidade, morre. Veja você, num momento em que a gente assiste fusões de mega-grupos empresariais, que produzem empresas com capital, com patrimônio, superior ao Produto Interno Bruto de muitos países, inclusive do Brasil. Empresas que atuam no planeta todo e que, portanto, ao atuarem, estabelecem relações com milhares de pequenas empresas no mundo inteiro que acabam entrando nessa cadeia produtiva. Se o MS não acompanhar essa evolução, ele vai perceber, pelo bem ou pelo mal, que os trabalhadores que ele busca representar não tem mais sentido esse tipo de representação que ele exerce. Por que os metalúrgicos, hoje, estão na luta pelo Contrato Coletivo Nacional de Trabalho? A indústria automobilística está nacionalizada e ela paga salários diferenciados, explorando o máximo que ela pode em cada região. Então, curiosamente, o trabalhador da Mercedes-Benz em Juiz de Fora, que produz o Mercedes “Classe A”, um objeto de desejo na cabeça de muita gente, que custa trinta e cinco mil reais, ganha trezentos e cinquenta reais por hora... por hora não, pelo amor de Deus! Por hora era ótimo... por mês! Trezentos e cinquenta reais por mês. O trabalhador da Volkswagen, no Paraná, um trabalhador que tem que ser absolutamente qualificado, que produz o Audi, um outro objeto de desejo, recebe quatrocentos reais por mês, e tem participação no lucro e resultados, vinte reais, trinta reais, sessenta reais... nós acabamos de ter um acordo rejeitado na Volkswagen, essa

semana, com 10,5% de reajuste salarial, cobrindo toda a inflação do período e mais resíduos passados...

Sindicalista: ...enquanto isso, no Paraná ou em Minas Gerais, um trabalhador ganha quatrocentos trezentos e cinquenta e tem essa miséria do PLR Na mesma empresa, no mesmo grupo. Quer dizer: que esta nova forma de produção serviu prá aumentar a exploração, não para beneficiar a sociedade. Então, isso tem que ser revertido. Por isso essa luta hoje dos metalúrgicos pelo Contrato Nacional, essa luta forte e que também demanda para o campo novo, no nível de organização sindical. Quando a gente discute blocos econômicos... o que é bloco Mercado Comum Europeu, mesmo? Bom, internamente é um bloco que busca sinergia em cada país para melhor produzir, fazer crescer a sua economia, dar uma série de respostas. OK, mas externamente é um bloco de competição! Eles se juntaram prá competir, prá segurar dentro das suas fronteiras a qualidade de vida, o crescimento econômico, [?]. O que que é... então, os trabalhadores desse continente poderão circular, terão regras... direitos básicos assegurados, tem bons salários, tem distribuição de riquezas, acabou de aprovar, na França, 35 horas semanais, como é o Mercado Comum Europeu, não duvido muito que logo, logo, seja moda na Europa inteira esse regime de trabalho de 35 horas semanais, n/é, tende, portanto, a reduzir a jornada. Bom... então este é um tipo de globalização. E o ALCA? O que é o ALCA? Esse é um tipo de globalização também, mas tem uma diferença, o ALCA é uma expansão geográfica. O que é o NAFTA? O NAFTA é um acordo Estados Unidos, México e Canadá. E qual é a consequência mais visível do NAFTA? O México sempre quebrado e independente, os Estados Unidos cada vez mais forte, a economia do Canadá sempre foi, é suficiente, 30 milhões de habitantes naquela extensão territorial tem terra à vontade, então é tranquilo. Mas do lado mexicano o que é que sobrou? Uma enorme cerca do lado da fronteira dos Estados Unidos com o México, com polícia fortemente armada prá evitar que os mexicanos passem para o lado dos Estados Unidos, porque, mesmo sendo mão de obra ilegal e sem direitos nos Estados Unidos, vão ganhar muito mais do que ganham no México. Então, são fortemente reprimidos para atravessar. Aqui não se trata de um processo de integração, se trata de um processo de globalização prá simplesmente explorar. Então, os mexicanos são bons prá produzir tudo aquilo que não se quer produzir nos Estados Unidos, são bons até para ter alguns imigrantes prá fazer serviços que ninguém quer fazer nos Estados Unidos, mas não são bons prá circular livremente. Aí, tem lá a cerca. Prá quem comemorou a queda do muro de Berlim, aquela cerca devia ser uma vergonha. Ela passa no Fantástico e ninguém fala nada... é

tido como natural, e esse é o modelo que quer se expandir prá toda a América do Sul, Latina e Caribe! Chamado de ALCA, o modelo de globalização em que trinta e quatro países, somado o Produto Interno Bruto, se a gente fizer isso, chega a conclusão que quase 80% desse Produto Interno Bruto é a economia americana, que tem mais de 80% das empresas que atuam no mundo inteiro, 90% da pesquisa básica e da pesquisa aplicada. Tá dito o que vai ser o ALCA? Nós vamos ser os... todos abaixo do Rio Grande, com aquela cerca nos impedindo de passar, mercados de exploração, daquilo que eles não querem fazer, mas querem mercado garantido. Ora, isso é diferente do Mercado Comum Europeu e é diferente da proposta do Mercosul, que embora insipiente, capengando, cheio de problemas, é muito melhor do que o ALCA. E ainda há coisas, dentro dessa discussão de globalização, absolutamente piores, como o Acordo Multilateral de Investimentos, o país que receber investimentos tem que dar proteção total contra tudo e garantir o investimento, sendo o fórum de decisão, de quem tem razão, aquele que o investidor escolher. Então, nós estamos diante de um situação em que é preciso repensar a organização sindical, ela não se sustenta mais do jeito que é. É por isso que o maior embate da CUT, o mais difícil, mas é aquele que vai determinar a sua sobrevivência, com qualidade. Sobreviver de qualquer jeito é fácil, viver, existir, com qualidade. Ou seja, qual é a qualidade do MS? Capacidade de organização até prá enfrentar esse tipo de coisa.

Entrevistador: Não sei se eu ia entrar nessa discussão, mas eu acho que vou colocar como uma pergunta, provavelmente prá construção. Eu tenho estudado os metalúrgicos de Campinas, e tenho notado que, em relação à questão da tecnologia, apesar deles trabalharem com a questão da tecnologia, eles trabalham, inclusive com a questão de saúde, segurança do trabalho, na organização de CIPAs, etc., ele tem umas evidências que eu acho... estranhas, do ponto de vista teórico, etc... não sei, eu gostaria de ter uma opinião sobre essa questão, que eles acusam, particularmente o MS do ABC, de estar fazendo *colaboração de classes*, quando atua sobre tecnologia. Eu gostaria de ter uma idéia do que você pensa a respeito disso.

Sindicalista: Em primeiro lugar eu acho que os companheiros são lutadores, mas mesmo entre os lutadores há pessoas equivocadas. Eu acho que eles estão equivocados. Veja você, quando nós, aqui, conquistamos e espalhamos as Comissões de Fábrica, eles foram contra. Eles não tem Comissão de Fábrica ainda decente porque eles usam o seguinte argumento: o estatuto da Comissão de Fábrica é negociado entre a empresa e o sindicato, portanto não tem liberdade para atuar. Só que tem sido a base de um enorme avanço que os metalúrgicos do ABC conseguiram,

em todos os sentidos que a gente compare... um enorme avanço. E, neste momento, nós avançamos ainda mais a partir dessa experiência: nós resolvemos bancar o nosso projeto Integrar, a autonomia sindical e de um novo modelo de organização sindical. Instituído no estatuto do sindicato, portanto sem negociar com ninguém, a eleição de Comitê Sindicais de Empresa. E elegemos Comitê Centrais de Empresa em 70 empresas, e esses comitês compõem a totalidade da direção plena do sindicato. Nós ousamos um novo padrão de organização sindical. Não é mais um estatuto negociado em empresa e trabalhadores... e sindicatos, embora nós continuemos defendendo, mesmo tendo Comitê Sindicais de Empresa, a existência de Comissões de Fábricas. O Comitê Sindical de Empresa é o *sindicato na empresa*, mas a Comissão de Fábrica é a representação local de todos os trabalhadores, filiados ou não. Então nós defendemos a existência dos dois mecanismos. Agora, os companheiros poderiam, já que acham que Comissão de Fábrica é um instrumento negociado e eles precisam de um instrumento mais revolucionário, fazer um debate e introduzir os Comitês Centrais de Empresa, elegê-los e defendê-los, como forma de organização sindical. E podem, se quiserem, atuar com as Novas Tecnologias do jeito que quiserem, inclusive tentando impedi-las. Mas só que tem uma coisa: no máximo ele impede na fábrica velha que quer implantar. E na fábrica nova que já chega moderna... ou alguém vai me dizer que a Honda e a Toyota se instalaram em Campinas com equipamentos obsoletos? São fábricas modernas, que já instalaram o seu modo de produção moderno, desde o ponto de vista do Ciclo de Controle de Qualidade, *Kanban*, *Just In Time*, o diabo-a-quatro, até os equipamentos utilizados. Aí, faz o quê? Qual é a alternativa? Você pode combater a terceirização, e deve. Mas e a empresa que já se instala fora de um local, inova do ponto de vista de Módulo Produtivo, Módulos de Produção Interna, tem vários parceiros produzindo cada parte daquele produto final. Você faz uma mobilização social para impedir a instalação de uma empresa na cidade? Você é linchado! Não tem sentido! Então, querendo eles ou não querendo, o aspecto que tem que ser encarado das Novas Tecnologias é como é que, reconhecendo que não se detêm o seu avanço, encará-lo como um avanço que tem que ser repassado para toda a sociedade humana, dentro do local de trabalho, e aí fazer esse debate. Essa é a nossa divergência.

Entrevistador: Nesse sentido, essa divergência entre a Confederação Nacional dos Metalúrgicos e o conjunto de três sindicatos que estão articulando...

Sindicalista: Não! Esse é pior, isso não tem nada a ver com Novas Tecnologias, isso tem a ver com Campanha Salarial. Nós fizemos uma plenária, em debate a pauta a ser apresentada aos

sindicatos patronais, sobre a pauta foi unânime que era possível estabelecer consenso. Não, a pauta, declararam os companheiros, não é o grande problema, tirando um ponto, aqui outro ali, acertando a redação é possível estabelecer um consenso sobre a pauta. Qual é a divergência que se estabeleceu? A divergência que se estabeleceu é: um pré-acordo na plenária que nós não assinaríamos nenhuma acordo com os sindicatos patronais o acordo não fosse exatamente igual aquele assinado em 1997. E aí nós temos divergência... quem decide se um acordo deve ser assinado ou não é a categoria, depois é analisar o resultado. Nós não podemos dizer à categoria que o sindicato é dono dela, é o contrário, é a categoria que é dona do sindicato, é uma questão de democracia! Então, se eu tenho uma pauta que nós entramos em acordo e nós vamos entregá-la, o que é que manda a democracia? Negocia-se à exaustão, o resultado obtido é submetido à assembléia da categoria, ela decide se o sindicato assina ou não assina, e se ele não assina, o que é que ela vai fazer prá conseguir outra coisa. Eles queriam pré-condicionar! “Não, se não for tal resultado, então não assinamos”. Não! Nós dissemos “não”! Nós submeteremos à assembléia o resultado das negociações e a categoria decide se assina ou não. Porque prá nós é uma questão de princípios, quem manda no sindicato é a base, e não o contrário. Essa foi a nossa grande divergência, e aqui tem uma visão de modelo sindical. É o que eu dizia prá você: porque é difícil discutir liberdade e autonomia? Porque ao discutir liberdade e autonomia esse tipo de postura não tem vez, o sindicato perde o monopólio, não é ele que decide, ou é a base que decide, ou nela estabelece um outro que dá democracia prá base. É essa a divergência. Aí, um companheiro, de Campinas inclusive, até me disse: “nós estamos aqui produzindo um fato histórico, como quando vocês romperam com a federação e resolveram negociar em separado”. Só que tinha uma coisa, quando nós rompemos naquela data nós estávamos debaixo de ditadura, as empresas... nós tínhamos que fazer greve para negociar, porque as empresas não negociavam, era uma outra realidade, e sempre, sempre, a federação que negociava, negociava e você simplesmente concordava com o que ela tinha negociado. Nós não, nós debatemos a pauta, implementamos... então eles estão tentando repetir a história, só esqueceram uma lição: a primeira é verdade, a segunda é farsa. Que a história se repete como farsa.

Entrevistador: É que eu não tinha notado que essa discussão, que vocês estavam fazendo antes dessa questão salarial, ela era uma tendência a ser uma organização sindical entre os três sindicatos...

Sindicalista: E tem mais! Eles estão querendo... eles queriam produzir um fato que justificasse o rompimento. Ao estabelecer, no debate na plenária, que não era possível pré-condicionar a assinatura, quem decide quem assina ou não é a base, eles entraram em crise entre eles... depois resolveram. Mas eles estão desesperados porque eles precisam produzir um fato que justifique o rompimento. Você sabe por quê? Porque no setor metalúrgico da CUT está avançando fortemente o debate da construção do Sindicato Nacional e do Sindicato Estadual, e eles são visceralmente contra Sindicato Nacional e Sindicato Estadual, então eles precisam produzir um fato que justifique porque é que eles romperam. Como vão romper quando a gente decidir como é que vão ser o Sindicato Estadual e Nacional, porque eles não querem uma organização de caráter nacional e estadual. E aí alegam os mais estapafúrdios argumentos. Então, tem um motivo de divergência, que é quem que decide na base do sindicato, se assina ou não assina o acordo... prá nós são os trabalhadores. Nós não podemos pré-condicionar. E segundo, uma clara vontade de romper prá justificar por que é que tem essa divergência na construção de um modelo de sindicalismo.... de organização mais ampla.

Entrevistador: Bom, é um pouco polêmica essa questão, infelizmente é coisa que acontece... eu acredito que seria fundamentalmente isso que eu gostaria de pegar com você, Sindicalista. É trabalhar essa questão mais histórica dos anos 80, trabalhar um pouco mais essa questão dos anos 90 e ver o que a gente pode trabalhar do ponto de vista dessa compreensão de ciência e tecnologia. Eu gostaria de parabenizar e agradecer.

Sindicalista: Obrigado a você, Entrevistador. Desculpe eu ter feito você esperar tanto, hoje, prá gente ter essa conversa.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE